

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

DÉBORAH ARRUDA SERRA

**ENGAJAMENTOS MILITANTES E CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS NA
TRAJETÓRIA DE MUNDINHA ARAÚJO**

**São Luís
2021**

DÉBORAH ARRUDA SERRA

**ENGAJAMENTOS MILITANTES E CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS NA
TRAJETÓRIA DE MUNDINHA ARAÚJO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSOC/UFMA) como requisito para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Eliana Tavares dos Reis

**São Luís
2021**

DÉBORAH ARRUDA SERRA

**ENGAJAMENTOS MILITANTES E CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS NA
TRAJETÓRIA DE MUNDINHA ARAÚJO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSOC/UFMA) como requisito para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Eliana Tavares dos Reis

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Eliana Tavares dos Reis
(UFMA - Orientadora)

Prof. Dr. Igor Gastal Grill
(UFMA)

Prof^a. Dra. Cíndia Brustolin
(UFMA)

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Arruda Serra, Déborah.

Engajamentos militantes e construções identitárias na trajetória de Mundinha Araújo / Déborah Arruda Serra. - 2021.

161 p.

Orientador(a): Eliana Tavares dos Reis.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

1. Cultura negra. 2. Mundinha Araújo. 3. Porta-voz.
4. Trajetória. I. Tavares dos Reis, Eliana. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Seria impossível iniciar uma sessão de agradecimentos sem reconhecer o privilégio que é estar há quase uma década “vivendo para estudar”. Mais do que grata, me sinto honrada por, desde 2011, ter tido a oportunidade de dedicar minha vida à pesquisa. A universidade me proporcionou experiências que com toda certeza, eu não teria se dependesse de qualquer outra via. Nesse momento, gostaria de registrar e tornar públicas as minhas desculpas à Adélia Prado pela exígua paráfrase. Minha mãe também achava estudo a coisa mais fina do mundo. E eu aprendi a, junto dele, também considerar sentimento e amor, essas palavras de luxo. Podia ser só por isso, mas é pela dádiva de poder contar com um conjunto de pessoas que me dedicaram apoio afetivo, terapêutico e prático na produção desta dissertação que eu me sinto no dever de agradecer.

À minha mãe, Núbia Lima Arruda, que pode até nunca chegar a “ser alguém” para a grande maioria das pessoas e mesmo assim, é mais que muitos. Que aqui não figura puramente pela dimensão afetiva, mas pelo andar junto (em tantos sentidos) e ativa participação no processo (agora ela conhece quase todos os museus e centros de cultura de São Luís). Por mais do que nunca, em minhas sucessivas mortes, significar a canção que diz: “minha mãe me deu a vida e sempre ela me dará a vida”. Por durante todo esse tempo jamais ter questionado minhas escolhas profissionais. Pelo respeito pelo que eu faço e pela compreensão e apoio nos momentos em que eu achei que seria prudente e saudável desistir de fazer. Por ter provisoriamente deixado para trás seu trabalho para que eu pudesse realizar o meu. Por ser simplesmente quem é.

À Julyana Ketlen Silva Machado, porque sei da importância simbólica e representativa de nomear mulheres. Mais do que isso, por mesmo em tempos obrigatórios de distanciamento, ter me ensinado tantas vezes e de muitos modos o caminho de casa. Por acreditar em mim e nesse trabalho mais do que eu mesma, às vezes. Pela generosidade da escuta, das partilhas e por me permitir exercer ao máximo minha humanidade. Por não me deixar esquecer que como todo mundo, eu posso e devo estar vulnerável e fragilizada. Por me emprestar a fé que eu não tenho. Por me lembrar do peso leve e transformador das coisas ditas com afeto. Por me fazer saber que nenhuma conquista se iguala à certeza de ter firmado boas parcerias. Tudo é e sempre será NOSSO.

A Pedro Maciel, que nem deve saber, mas tornou a escrita menos dolorosa me oferecendo momentos de provisório “esquecimento” dela e das minhas dores físicas e emocionais. Por participar da minha vida do jeito que eu aprendi que os verdadeiros amigos

fazem: do jeito deles. Por “estender” a sua fé. Pela forma única e tão educativa de confiar no propósito de tudo.

Ao “meu velho” Zequinha, que em seu amor incondicional me deu uma série de coisas para lembrar, entre elas a certeza de que tudo tem um fim. Por eternizar meus laços de amizade. Por estraçalhar meus medos e demonstrar, com a fúria da maior doçura do mundo, que eu importo. Por me devolver e mostrar a força que contém uma pena de passarinho.

À professora Eliana Tavares dos Reis, de modo algum menos afetivamente, mais do que pela orientação, por se fazer presente quando nem eu mesma estive. Por ter aceitado o desafio de me orientar quando este trabalho ainda era um projeto sobre instituições museais e arquivos. Pelo nome que justificadamente a precede. Pela chance de poder ter, da melhor maneira, conhecido outras possibilidades de pensar o universo das Ciências Sociais. Pelas inspiradoras e respeitadas trocas intelectuais que também refletem seus modos de acolher meu pensar e criar. Por me ajudar a descobrir o que não quero fazer e reafirmar minhas certezas naquilo que quero. Pelo rigor, interesse, dedicação, comprometimento e excelência com que conduz seu trabalho. Poucas coisas a partir de agora serão tão valiosas quanto a experiência de, como costumam dizer, ter “passado pelas suas mãos”.

Ao professor Igor Grill, pelas inestimáveis e sempre necessárias contribuições desde antes da banca de qualificação. Por juntamente com a professora Eliana ter sido tão receptivo comigo desde o início da minha inserção no LEEPOC. Por ser um dos melhores que eu já conheci em “plantar a semente da inquietação”. Por me possibilitar, através de suas aulas, viajar a um sem fim de lugares que me permitiram responder perguntas que extrapolam a esfera acadêmica e ressignificam o mundo. Por, com sua invejável capacidade analítica, fazer parecer mais facilmente compreensíveis certos conceitos, autores e discussões. Pelo profissionalismo e gentileza com que orienta o processo de aprimoramento dos nossos trabalhos.

À professora Cíndia Brustolin, por aceitar o convite para integrar a banca de avaliação desta dissertação e pelas pertinentes e irretocáveis colaborações para o aperfeiçoamento da mesma.

À Lorena de Maciel Dominici, com apreço, por fazer mais leve o trajeto acadêmico. Pelas partilhas, incentivo, ponderações, contribuições, viagens e cervejas que deram mais sentido e tornaram mais “simples” e suportável essa jornada e nos permitiram construir memórias e admiração mútua.

À Andressa de Carvalho Machado, com quem também dividi as mesmas dimensões de afeto. Pelas palavras de apoio constantes e criteriosa avaliação do meu trabalho, especialmente em Belém.

Aos companheiros da turma 15: Lícia Viana, Poliana Souza, Karolinne Garcês, Alany Barbosa, Emanuelle Nascimento, Mônica Pereira e Bruno Albuquerque por termos sido tão “fechados” desde o começo. Por prezarem pelo humano na universidade e enxergarem as pessoas. Por termos atravessado tão preocupados uns com os outros esses tempos de horror e incertezas. Por dividirmos as angústias, aflições e glórias da trajetória de cada um.

Aos colegas vinculados ao Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC), com quem pude estabelecer trocas significativas e progredir intelectualmente, dado o alto nível das discussões e pesquisas desenvolvidas. Eu não poderia estar melhor inserida em um grupo de estudos na chegada à UFMA.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSOC/UFMA), Juarez Lopes e Benedito Souza com quem pude aprender tanto durante as disciplinas cursadas no mestrado e refinar os meus saberes.

À CAPES pela concessão da minha bolsa de mestrado que me possibilitou a dedicação exclusiva à elaboração deste trabalho e por seguir sendo uma instituição comprometida com o fomento e incentivo à ciência em tempos de autoritarismo, negacionismo, desmonte da educação e ataques às Ciências Humanas.

RESUMO

A presente dissertação está inscrita em uma agenda de pesquisa que vem sendo desenvolvida no âmbito do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC/UFMA) sobre o trabalho de agentes, inscritos em variados domínios sociais, na formulação de bens simbólicos e de concepções acerca da “cultura”, da “política” e da “história” do Maranhão. A investigação específica do trabalho aqui desenvolvido examina a trajetória de Mundinha Araújo, visando compreender os condicionantes das *multinotabilidades* conquistadas e das possibilidades de administração de *identidades estratégicas*, agindo sobre a construção de sua imagem pública. Destacamos, sobretudo, seus investimentos intelectuais e o engajamento militante a partir da vinculação ao Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN). Para tanto, buscamos situá-la em relação a diferentes condições e domínios de inserção, analisando suas propriedades sociais, disposições, repertórios de intervenção, investimentos culturais, formas de identificação, entre outros atributos mobilizados e pertinentes à afirmação de Mundinha como uma mulher “porta-voz” da “cultura negra” no estado.

Palavras-chave: trajetória; Mundinha Araújo; porta-voz; cultura negra.

ABSTRACT

The present dissertation is inscribed in a research agenda that has been developed in the scope of the Laboratory of Studies on Political and Cultural Elites (LEEPOC/UFMA) about the work of agents, enrolled in various social domains, in the formulation of symbolic goods and conceptions about the “culture”, “politics” and “history” of Maranhão. The specific investigation of the work developed here examines the trajectory of Mundinha Araújo, aiming to understand the conditionings of the *multinotabilities* conquered and the possibilities of administration of strategic identities, acting on the construction of her public image. We highlight, above all, her intellectual investments and militant engagement through her association with the Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN). To this end, we seek to situate her in relation to different conditions and domains of insertion, analyzing her social properties, dispositions, intervention repertoires, cultural investments, forms of identification, among other attributes mobilized and pertinent to Mundinha’s affirmation as a woman “spokesperson” for “black culture” in the state.

Keywords: trajectory; Mundinha Araújo; spokesperson; black culture.

RÉSUMÉ

La présente dissertation s'inscrit dans un agenda de recherche qui a été développé dans le cadre du Laboratoire d'Etudes sur les Elites Politiques et Culturelles (LEEPOC/UFMA) sur le travail des agents, inscrits dans divers domaines sociaux, dans la formulation de biens symboliques et de conceptions sur la “culture”, la “politique” et l’“histoire” du Maranhão. L'investigation spécifique du travail développé ici examine la trajectoire de Mundinha Araújo, visant à comprendre les conditionnements des multinotabilités conquises et les possibilités d'administration des identités stratégiques, agissant sur la construction de son image publique. Nous soulignons, surtout, ses investissements intellectuels et son engagement militant à travers son association avec le Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN). À cette fin, nous cherchons à la situer par rapport à différentes conditions et domaines d'insertion, en analysant ses propriétés sociales, ses dispositions, ses répertoires d'intervention, ses investissements culturels, ses formes d'identification, entre autres attributs mobilisés et pertinents pour l'affirmation de Mundinha comme femme “porte-parole” de la “culture noire” dans l'État.

Mots-clés: trajectoire; Mundinha Araújo; porte-parole; culture noire.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia

ACONERUQ – Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

APEM – Arquivo Público do Estado do Maranhão

CCN – Centro de Cultura Negra do Maranhão

CECAN – Centro de Cultura e Arte Negra

CF – Constituição Federal

CLA – Centro de Lançamento de Alcântara

CMF – Comissão Maranhense de Folclore

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FNB – Frente Negra Brasileira

FUNCMA – Fundação Cultural do Maranhão

GM – Grupo de Mulheres

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPCN - Instituto de Pesquisa das Culturas Negras

IPEI – Instituto de Pesquisas Econômico-Sociais e Informática

LABORARTE – Laboratório de Expressões Artísticas e Culturais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LEEPOC – Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais

MNU – Movimento Negro Unificado

MUCDR – Movimento Unificado contra a Discriminação Racial

ONG – Organização Não Governamental

PVN – Projeto Vida de Negro

SBPC – Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência

SECMA – Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão

SIOGE – Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado

SMDH Sociedade Maranhense de Direitos Humanos

STIU – Sindicato dos Urbanitários do Maranhão

TEM – Teatro Experimental do Negro

UCAM – Universidade Cândido Mendes

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UNB – Universidade de Brasília

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil social de Mundinha Araújo

Quadro 2 – Percorso escolar de Mundinha Araújo

Quadro 3 – Inserções culturais de Mundinha Araújo

Quadro 4 – Trajetória profissional de Mundinha Araújo

Quadro 5 – Algumas lideranças envolvidas no processo de fundação do Centro de Cultura Negra do Maranhão

Quadro 6 – Publicações de Mundinha Araújo

Quadro 7 - Homenagens prestadas à Mundinha Araújo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cabeçalho do primeiro número do jornal “A Voz da Raça”	34
Figura 2 – Primeiros atos do MNU	37
Figura 3 – Mundinha Araújo em meados da década de 1980	65
Figura 4 – Página 33 do anexo I do estatuto do Centro de Cultura Negra do Maranhão	75
Figura 5 – Programação oficial da 13ª Feira do Livro de São Luís – 2019	96
Figura 6 – Trecho de reportagem encontrada no site “A cor da cultura”	96
Figura 7 – Trecho de reportagem encontrada no site “G1 Maranhão”	97
Figura 8 - Primeira página do documento intitulado “À guisa de apresentação”	98
Figura 9 – Segunda página do documento intitulado “À guisa de apresentação”	98
Figura 10 – Primeira página da cartilha “Essa história eu não conhecia”	100
Figura 11 – Fotografia de Eugênio Araújo (pai de Mundinha)	104
Figura 12 – Objetos de decoração representativos da arte africana expostos na biblioteca Eugênio Araújo	105
Figura 13 – Parte do acervo da biblioteca Eugênio Araújo	106
Figura 14 – Quadros com fotografias de Nelson Mandela, Lélia Gonzales e Mundinha Araújo	106
Figura 15 – Capa da 2ª edição do livro “Insurreição de escravos em Viana – 1867”	110
Figura 16 – Capa do livro “Breve memória das comunidades de Alcântara”	110
Figura 17 – Contra-capa da obra “Descendência de Elesbão Lourenço de Araújo e Ana Raimunda de Sá Caldas (Donana)”	112
Figura 18 – Capa da obra “Descendência de Elesbão Lourenço de Araújo e Ana Raimunda de Sá Caldas (Donana)”	112
Figura 19 – Capa da cartilha “A verdadeira história do Brasil são outros quinhentos”	127
Figura 20 – Contracapa e capa da revista “Ekó Ilerá”	128
Figura 21 – Árvore da sapiência brasileira: herança da ancestralidade africana	129
Figura 22 – Capa do folheto de cânticos elaborado pelo Bloco Akomabu	130
Figura 23 – Letra da canção “Mundinha Araújo: A pena de ouro”	132
Figura 24 – Letra da canção “A Yabá do Akomabu”	132
Figura 25 – Letra da canção “Mundinha Araújo: Baobá guerreira”	133
Figura 26 – Letra da canção “A black da praça”	134
Figura 27 – Mundinha Araújo discursando para os presentes na cerimônia que lhe concedeu o título de Doutor Honoris Causa	135
Figura 28 – Capa do livro “Pepitas brasileiras”	138

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 REFERENCIAL ANALÍTICO	17
2 A AFIRMAÇÃO DO PAPEL DOS INTELECTUAIS NO CONTEXTO DE EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO NEGRO	30
2.1. A atuação dos intelectuais brasileiros no debate racial.....	30
2.2. Os processos de transformação do Movimento Negro brasileiro	33
2.3. A constituição do Movimento Negro no Maranhão	43
2.4. Breves apontamentos sobre a afirmação de mulheres intelectuais	45
3 LÓGICAS DE HIERARQUIZAÇÃO, ATUAÇÃO POLÍTICA E NOTABILIZAÇÃO INTELCTUAL	52
3.1. Mundinha Araújo e os “notáveis” da “cultura” no Maranhão	52
3.2. Mundinha Araújo e as mulheres da “cultura”: elementos para compreender algumas questões de gênero	55
3.3. Trajetória biográfica de Mundinha Araújo	60
4 INSERÇÕES CULTURAIS DE MUNDINHA ARAÚJO, ENGAJAMENTO MILITANTE E O COMPROMISSO COM A “CAUSA” RACIAL.....	70
4.1. O Centro de Cultura Negra e a questão “étnico-racial” no Maranhão.....	70
4.2. “É um compromisso meu”: Mundinha Araújo e o trabalho de produção da “memória negra” no Maranhão.....	93
5 A “GUERREIRA” QUE FAZ HISTÓRIA: MUNDINHA ARAÚJO E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE SUA IMAGEM PÚBLICA.....	116
5.1. A gestão das “identidades estratégicas”	116
5.2. Homenagens e consagração pública	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146
FONTES	155

INTRODUÇÃO

No Brasil, o período entre 1979 e 1985 foi marcado pela chamada “redemocratização” e forneceu condições para o surgimento de demandas públicas bastante específicas. A nova configuração política e as transformações estruturais decorrentes da conjuntura que se apresentava nessa época, influenciaram o processo de reorganização dos movimentos sociais no país.

Esse cenário de consolidação dos chamados “novos movimentos sociais” permitiu que novos personagens e atores políticos emergissem e fossem gradualmente ganhando projeção no cenário político nacional (SADER, 1988). Evidenciou também a constituição de identidades sociais reivindicadas e mobilizadas por diversos grupos sociais, entre os quais destaca-se o Movimento Negro, cuja atuação direcionava-se prioritariamente ao acionamento e fortalecimento da “identidade étnica” e combate ao preconceito racial.

No Maranhão, uma das entidades surgidas no momento inicial de reabertura política da década de 1970 foi o Centro de Cultura Negra (CCN), primeira organização do Movimento Negro contemporâneo no estado. Esta breve apresentação do contexto sociohistórico, objetiva localizar a agente escolhida, cujo perfil biográfico é o enfoque analítico do presente trabalho, tendo em vista que sua trajetória é marcada por sua atuação política no âmbito do Centro de Cultura Negra do Maranhão.

Considerada uma importante liderança e a “memória do movimento” no estado, Mundinha Araújo adquiriu reconhecimento também devido ao trabalho intelectual que desenvolve, do qual resultam inúmeras pesquisas e produções sobre a “história dos negros”. Tornou-se ainda uma espécie de “guardiã” da “memória negra”, construindo um arquivo pessoal dedicado a “preservar” e difundir seu acervo (HEYMANN, 2005).

Seguindo uma perspectiva relacional, disposicional e processual, pretende-se examinar o perfil social e a trajetória da agente em questão, considerando os condicionantes de afirmação, as tomadas de posição, redes de relações, repertórios de mobilização e atuação militante, visando compreender o lugar “singular” de inscrição (REIS, 2009) por ela ocupado e a autoridade atribuída a ela, que lhe permite falar em nome da “cultura negra”.

Busca-se ainda investigar as bases de legitimidade e configurações históricas que vão sendo articuladas no decorrer da sua trajetória. Mais precisamente, intenta-se “identificar os condicionantes que interferem na produção dos diferentes arranjos provenientes da articulação entre esses níveis de análises” (REIS, 2008, p.58), bem como seus alinhamentos nas

lutas em defesa da “causa” e o sentido de “missão” que Mundinha Araújo confere ao seu engajamento. Além disso, a observação empenha-se em apreender os recursos sociais e simbólicos mobilizados por ela e que atuam no sentido de legitimar sua posição de “intérprete autorizada” e justificar os usos sociais que a agente efetua na operacionalização da “cultura”, mais especificamente, da “cultura negra”.

Por ser uma categoria de interpretação do mundo social, a “cultura” é frequentemente objeto de disputas entre agentes em concorrência. Por essa razão, adquire múltiplos e variados sentidos que vão se delineando de acordo com o contexto e a realidade social dos grupos e que são construídos e formulados a partir de princípios de classificação que emergem dos discursos fundamentados pelos “porta-vozes”, intérpretes e mediadores. Assim, se configura como um importante elemento de estruturação da vida social e demarca muito fortemente os sentidos de coletividade e integração acionados pelos indivíduos nas relações e cadeias de interdependência (ELIAS, 1994) que mantêm entre si.

A projeção e inserção da “cultura” no cenário dos debates públicos depende do trabalho desempenhado por agentes sociais reconhecidos como aptos e competentes a instituí-la como pauta relevante de discussão. Desse modo, esses agentes assumem um lugar de prescrição e mediação (REIS, 2014) realizando o exercício de decodificação e recodificação do mundo social e formulando representações que sustentam suas versões da realidade. Nesse caso, está em jogo também, saberes em concorrência e tensões estabelecidas em torno da criação de uma perspectiva dominante sobre o “real”, que envolvem possibilidades de fixar posições de destaque, fazendo crer que o trabalho “qualificado” e “habilitado” de mediação é imprescindível para a consolidação da “cultura” como problemática legítima.

Trata-se da busca por critérios objetivos, atos de conhecimento e reconhecimento nos quais os agentes investem em estratégias de manipulação simbólica ou de definição de uma visão sob um aspecto do mundo social (BOURDIEU, 2004). Assim, é possível supor a existência de códigos interpretativos e esquemas de interpretação dominados pelos “porta-vozes”, que sintetizam e designam as referências comuns ou díspares mobilizadas para se referir à “cultura”, seus signos e sentidos. No caso de Mundinha Araújo, está em jogo a construção de representações sobre a “cultura negra” que colaboram com a criação de uma “identidade” específica e bem demarcada, que visa estabelecer as fronteiras de diferenciação e enfocar os aspectos de conformação dos traços e elementos constitutivos da “negritude”.

Objetiva-se situar a agente em relação a diferentes universos e domínios de inserção, identificando um conjunto de disposições e atributos que vão sendo incorporados e

objetivados no decorrer de seu itinerário e de contextos históricos específicos. Procura-se discutir o pertencimento da agente ao universo mais geral dos “porta-vozes” da “cultura” no Maranhão, refletindo sobre as tentativas mais ou menos conscientes de legislar em prol da “cultura negra” no Maranhão.

Sendo assim, o registro de informações sociográficas da agente permitirá apreender os processos de aquisição de disposições que viabilizam sua inserção nesses lugares de projeção, produzindo ganhos à pesquisa quanto à identificação de regularidades ou transformações no que tange ao espaço de possíveis que ela integra. O trabalho também se interessa pela investigação dos mecanismos de estruturação e lógicas de hierarquização dos domínios sociais, localizando Mundinha Araújo em relação a outros agentes atuantes no movimento negro, o que permite compreender mais detidamente como sua atuação política no movimento conferiu-lhe notabilidade, consolidando o status de liderança que carrega frente a esse grupo.

Desse modo, visamos compreender as condições de circulação da agente, suas estratégias de consagração e os investimentos anteriores realizados no contexto de formulação de representações sobre a “história” e “cultura negra”, de maneira correlata à compreensão de propriedades que funcionam como base para conferir-lhe um caráter de excepcionalidade e extraordinariedade. Com isso, procura-se verificar os atributos estimados, critérios de excelência que legitimam o pertencimento à posição de prestígio ocupada por Mundinha no âmbito da cultura e os trunfos que garantem o desempenho de um papel especializado e publicamente consagrado, graças ao fato de ser detentora de um conjunto de saberes socialmente reconhecidos como válidos e relevantes.

Considera-se ainda necessário explorar como são mobilizados os recursos simbólicos sobre os quais assenta sua reputação e reconstituir as redes de relações objetivas – com efeitos nos seus caminhos possíveis – que aproximam ou distanciam a agente dos círculos seletos de agentes recrutados a “preservar” a “memória coletiva” do grupo. Pretende-se assim compreender os princípios de seleção e produção da “memória” e da “história” realizado pela agente e que interferem na conquista e manutenção de sua posição enquanto “porta-voz”, “forjando” uma “identidade étnica” por meio dos seus posicionamentos e produções.

A partir daí, pode-se interpretar quais acontecimentos, narrativas, referências, marcos, entre outras coisas, são “recuperados” e enaltecidos por ela no contexto de formulação de suas representações. Esses princípios de classificação estão geralmente em conformidade com o trabalho de “resgate” e documentação de personagens, “tradições culturais” (REIS, 2010)

executado pelo “porta-voz”, o que lhe assegura a elaboração e legitimação dos esquemas de classificação operados, fundamentados no reconhecimento de um conjunto de representações e práticas sociais relativas à “identidade negra”.

Em uma etapa seguinte, orientada por lógicas de hierarquização pautadas numa diferença entre os sexos, a pesquisa também se empenha em discutir como a agente integra o conjunto de mulheres intérpretes da “cultura” no estado do Maranhão, procurando, especificamente, identificar alguns critérios que funcionaram para a conquista de sua posição bem situada no domínio cultural, além de propriedades acumuladas no decorrer de sua trajetória.

Demonstraremos que a produção intelectual de Mundinha Araújo está voltada quase que exclusivamente a mobilização das “causas étnico-raciais” com as quais a agente se identifica, além do “resgate” da própria origem familiar e “ancestralidade”, acionando ainda questões relacionadas à “negritude”, seja individual ou coletivamente. Perceberemos que a própria história de vida de vida da agente confunde-se em diversos momentos não só com sua produção escrita, mas com a história de criação do Movimento Social Negro no Maranhão, o que possibilitou a ela assumir o protagonismo na discussão de diversas temáticas relativas ao “povo negro” no estado e à “luta antirracista”.

A agente adquiriu “expertise” com o trabalho de arquivamento e “preservação” da “memória negra”, o que lhe permite há anos falar de um lugar de destaque dentro do movimento, concentrando esforços e operando com a dimensão da história, aspecto central para os movimentos negros, sobretudo durante os anos 1970 e 1980. Assim, boa parte de seu trabalho consiste em “preencher” as lacunas da historiografia, que se vincula e é perpassada pelas demandas do movimento e encontra na produção escrita um instrumento de engajamento com pautas que são caras ao movimento e a ela própria, num momento em que o cenário e a figuração militante fornecem condições de executar tal atividade

Como veremos, a “negritude” assume para Mundinha uma faceta bastante específica, onde suas “identificações” vão, no decorrer da trajetória, se alinhando gradual e diretamente às agendas do movimento. Essa dinâmica sinaliza um extenso e complexo trabalho de construção de sua “identidade”, pautada pela ativação das “causas” em que ela investe. Seja pelas vivências familiares e pessoais ou pelos trânsitos, a “negritude” vai sendo acionada pela agente num sentido que extrapola os elementos corporificados e passa a ser uma ferramenta ideológica que fundamenta não somente sua militância, mas “justifica” sua dedicação ao trabalho de construção de novas “versões” acerca da “história negra” tão presente em suas

produções. Consiste, portanto, também em uma via de “regresso” às “origens” e à “ancestralidade”.

É considerando essas discussões que contemplam concisamente e em diferentes níveis e dimensões analíticas o trabalho desempenhado por intérpretes da “cultura” no Maranhão que tomamos a trajetória de Mundinha Araújo. Os estudos já formulados sobre o Movimento Negro no Maranhão, versam majoritariamente sobre questões igualmente relevantes, no entanto, mais alinhadas a uma “agenda militante”, voltadas à chamada “diversidade étnico-racial”, ao fortalecimento de “identidades” individuais e coletivas, políticas públicas para a “população negra”, ações afirmativas e educativas, entre outras coisas, priorizando o debate sobre o racismo no Brasil e no Maranhão.

Interessamo-nos por um tipo de abordagem dedicada a objetivar e ponderar as posições e tomadas de posições acionadas pela agente em questão. Desse modo, a partir do exame de seus principais discursos de interpelação e da construção de identidades estratégicas (COLLOVALD, 1988) que mobiliza no decorrer de seu itinerário, busca-se compreender como ela se tornou protagonista de debates políticos e intelectuais relativos à “cultura negra” maranhense, adquirindo notoriedade nesse sentido e acionando “pertencimentos” que se vinculam a essa “causa” e visam “justificar” seus engajamentos.

Para caracterizar o perfil biográfico da agente, realizamos pesquisas em materiais coletados em diversas cartilhas, livretos e *sites* (entrevistas disponibilizadas em páginas eletrônicas de jornais, publicações de revistas eletrônicas, etc.). Além disso, após visitas à Biblioteca Eugênio Araújo, tivemos acesso a alguns documentos relativos ao histórico e ao processo de criação e fundação do Centro de Cultura Negra do Maranhão.

A agente se dispôs a colaborar com a atividade de pesquisa e mesmo tendo frisado que “já são muitos anos falando sobre o mesmo assunto”, nos concedeu entrevista no dia 04 de setembro de 2019, no sentido de elucidar algumas informações que, segundo ela, já haviam sido vastamente difundidas em inúmeros outros trabalhos elaborados.

Entre outros depoimentos, consideramos pertinente mobilizar o conteúdo reunido e organizado pelos pesquisadores Amílcar Pereira e Verena Alberti que originou o livro “Histórias do movimento negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC”, resultado da pesquisa desenvolvida entre 2003 e 2007 no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas.

Visando formar um banco de entrevistas com lideranças do movimento negro no Brasil a partir das décadas de 1970 e 1980 em todas as regiões do país, essa obra se constitui

enquanto um registro da trajetória e do desempenho dessas lideranças em diferentes momentos da história, o que nos permitiu compreender e situar a posição assumida por Mundinha nesse cenário.

De acordo com os autores, o trabalho teve como finalidade apresentar os resultados de projeto de formação de um banco de entrevistas de história oral sobre a história do movimento negro nacional, visando realizar acréscimos ao universo de estudo sobre as relações raciais no Brasil e, trazendo ao próprio debate sobre a questão racial, a contribuição daqueles que optaram por atuar primordialmente nessa esfera. Coube-nos, portanto, acessá-lo cuidadosamente objetivando ao máximo essa e as demais fontes, nos mantendo vigilantes quanto à mobilização dos materiais para que a análise aqui empreendida não consistisse em uma narrativa de “heroicização” desses agentes, e, sobretudo, da agente.

Entre as intercorrências de pesquisa, cabe mencionar um rearranjo de projetos realizado já nos anos finais de mestrado, tendo coincidido com o início de um ano pandêmico. Esse contexto necessariamente impôs limites analíticos e incidiu sobre as possibilidades de transitar presencialmente desempenhando o exercício de pesquisa, tendo comprometido em algum nível, o processo de coleta de um número maior de dados e relatos que poderiam melhor fundamentar o trabalho. Antes disso, tentamos por duas vezes acessar diretamente os materiais disponíveis no Centro de Cultura Negra em dias e horários distintos, tendo encontrado a sede fechada nos dois momentos.

No entanto, se isso inviabilizou uma observação mais ampla e menos centrada nos discursos da própria agente, nos aproximou do objetivo fundamental do trabalho, que consistiu em mobilizar esforços para não adotar uma postura consagradora ou que, como já dissemos, incorresse em uma abordagem que privilegiasse aspectos de “heroicização” ou reproduzisse irrefletidamente “versões” e discursos standardizados.

Tentou-se extrair tanto dos depoimentos da agente como da leitura feita acerca deles, as estratégias de controle dos relatos e administração da própria imagem, a fim de não ficarmos reféns das “identidades estratégicas” acionadas e dos “jeitos de falar de si”, tendo em vista que, não raro, a reconstituição biográfica tende a ser feita pelos agentes demonstrando uma “constância de si mesmo como uma história bem construída” (BOURDIEU, 1996, p. 81). Pretendeu-se assim, ponderar as estratégias de “justificação” das posições, tomadas de posições e atributos que foram sendo incorporados no decorrer do itinerário da agente, tomando isso como uma das dimensões de análise da pesquisa.

O presente trabalho dissertativo está estruturado em cinco capítulos. Em consonância com uma perspectiva relacional, disposicional e processual, optamos por apresentar no primeiro capítulo o esquema analítico e as diretrizes teóricas que orientam a abordagem aqui empreendida. Examinaremos o perfil e a trajetória da agente em questão a partir de um conjunto de dimensões e aspectos que, articulados, permitem apreender os condicionantes que influem sobre suas práticas e a conquista de um lugar de reconhecimento.

O segundo capítulo retomará historicamente o período de efervescência dos movimentos sociais, destacando o papel dos intelectuais em diferentes contextos políticos e seus investimentos na tentativa de protagonizar os debates acerca das discussões identitárias, raciais e de gênero. Por sua vez, o capítulo três situa relacionalmente Mundinha Araújo a alguns dos homens e mulheres “porta-vozes da cultura” no Maranhão, discorrendo sobre o trabalho de produção de bens simbólicos por eles desempenhado e as condições de afirmação de Mundinha como uma intérprete “autorizada” da “cultura negra” no estado.

No quarto capítulo apresentaremos os aspectos relativos à trajetória militante e aos engajamentos de Mundinha, bem como suas inserções culturais, trânsitos e investimentos que “justificam” sua atuação intelectual e política e o alinhamento com a “causa” racial, além do sentido de “missão” que ela atribui ao trabalho de formulação de representações acerca da “memória negra” e de “resgate” e “preservação” da “história negra”, fortemente presente em suas produções.

Por fim, no quinto capítulo investigaremos mais detidamente como essa atividade de “agenciamento da memória negra” que a agente desenvolve se apresenta como uma dentre tantas possibilidades de obter retribuições simbólicas e notoriedade. Discutiremos ainda nesse eixo, como ela opera recursos e “trunfos” adquiridos no decorrer de sua trajetória que contribuem para a manutenção de uma posição relevante no domínio cultural maranhense e “atestam” seu caráter de “excepcionalidade”.

Além disso, demonstraremos que o investimento na escrita e na elaboração de produções intelectuais sobre a “história negra” consiste em uma ferramenta importante de transmissão e gestão de sua autoimagem e autoapresentação, o que reflete diretamente em sua imagem pública e nas formas como ela administra e gerencia suas “identidades estratégicas”, visando apreender como isso reverbera em seus domínios práticos de atuação.

1 REFERENCIAL ANALÍTICO

Considerando que estamos tomando como objeto um universo que engloba lutas, individuais e coletivas que pretendem conservar ou transformar a realidade (BOURDIEU, 1996), antes de mais nada, faz-se necessário compreender o papel desempenhado pelos intelectuais e sua ação política enquanto produtores de bens simbólicos e as condições de produção dos debates por eles suscitados em torno da “cultura”, compreendendo a dinâmica subjacente às disputas pelos critérios de legitimidade sobre versões possíveis da realidade.

Esses intérpretes integram elites¹ culturais que abrangem agentes que exercem uma dominação simbólica em virtude de sua inserção nos espaços de consagração, de gestão cultural ou de execução de um trabalho “especializado” e “legítimo” de mediação, cujas posições sugerem um grau de “qualificação” e “diferenciação” que os torna “aptos” a legislar em nome da “cultura”. Sendo assim, ao legitimarem a “cultura”, as elites culturais legitimam a si mesmas e demarcam sua distinção em relação a outras posições que constituem o domínio cultural, o que sugere o estreitamento das relações que os próprios “porta-vozes” mantêm com a “cultura” e com as instâncias culturais, refletindo na forma como conduzem os usos e desusos dessa categoria e os conteúdos a ela atribuídos.

A reivindicação de uma autoridade para se fazer reconhecer enquanto representante legítimo da “cultura”, dá-se em função do capital simbólico detido por esses agentes, que determina também suas tomadas de posições e lhes fornece um sentido de lugar, “que comanda sua experiência do lugar ocupado, definido absolutamente e, sobretudo, em termos relativos como nível hierárquico, bem como as condutas a serem mantidas a fim de mantê-lo” (BOURDIEU, 2001, p. 224). Portanto, as disputas em torno da definição de “cultura” das quais eles participam, consistem também em assegurar e garantir esse lugar autorizado de produção de representações que contribui para fazer existir aquilo que anunciam (BOURDIEU, 2004).

Trata-se, pois, neste trabalho, de uma análise do mundo social a partir da combinação entre “representações (em disputa) e os condicionantes (sociais e históricos)” (REIS, 2015, p. 24) dos agentes e instituições envolvidos nos confrontos simbólicos relativos à “cultura” no Maranhão. O ponto de partida é o modelo analítico de Pierre Bourdieu aplicado ao

¹ O termo “elite” como é aqui aplicado diz respeito às posições privilegiadas ocupadas estruturalmente pelos “especialistas” da “cultura”, e não denota um status definido em função do volume de capital econômico por eles detido. A “elite cultural” abrange os agentes que exercem uma dominação simbólica em virtude de sua inserção nos espaços de consagração, de gestão cultural ou de execução de um trabalho “especializado” e “legítimo” de mediação, cujas posições sugerem um grau de “qualificação” e “diferenciação” que os torna “aptos” a legislar em nome da “cultura”.

contexto francês, que propõe a compreensão dinâmica dos fenômenos sociais de acordo com o caráter processual e relacional destes, através do uso metodológico da noção de “campo”.

O “campo” se caracterizaria como um espaço complexo regido por leis, mais ou menos específicas, dotado de relativa autonomia, no qual se estabeleceriam fronteiras rígidas que o cercariam, leis próprias, habitus, princípios estruturantes, “doxa”, lógicas de hierarquização, objetos específicos, critérios e competências exigidas para defini-lo. Mais especificamente, o “campo” se constitui como uma estrutura de relações objetivas em que agentes engendram disputas para impor princípios de visão e divisão do “real”.

A posição desses agentes no “campo” é determinada pelo volume de “capitais” – desigualmente distribuídos – por eles detidos, que explicitam as relações de força circunscritas nessa “arena” e do qual dependem para desenvolver estratégias visando a manutenção ou transformação do campo. Assim, a análise desse espaço de concorrência passa tanto pela análise dos mecanismos de recrutamento dos agentes como por suas tomadas de posição frente às definições e aos usos da “cultura” e suas derivações.

No entanto, a noção de “campo” se apresenta como apenas uma entre outras formas possíveis de investigação dos universos sociais e de pensar relacionalmente recursos, disposições e especializações se transformando historicamente. Portanto, operar com a ideia de “domínio” possibilita uma flexibilização do esquema analítico de Bourdieu, tendo em vista que a categoria se apresenta como uma alternativa conceitual ao “campo” demonstra maior potencial heurístico e:

Parece mais adequada à pretensão de postular reenquadramentos nas estratégias de construção de objetos e de formulação de problemáticas acerca de múltiplos e versáteis segmentos de elites. E de investigar os perfis heterogêneos e a multiplicidade de recursos, lógicas, práticas, posições e posicionamentos que condicionam o trânsito, a decadência ou a ascensão dos seus “notáveis” (GRILL & REIS, 2018, p. 196).

Mobilizar essa opção torna-se então uma estratégia metodológica que visa não pensar os universos de análise separadamente, considerando os espaços de poder, as dimensões da vida social e as relações sociais de forma interdependente, ou seja, como integrantes de um sistema de interdependências que produz arranjos sociais específicos.

Em “As regras da arte”, Bourdieu (1996) define o campo artístico francês como um “mundo econômico invertido” (p. 37), pautado pela negação de qualquer interesse mundano e material. O desinteresse econômico seria condição necessária para a arte, que se situa em um plano que transcenderia o mundo social. Em outras palavras, a arte reconhece apenas a

“lucratividade” simbólica. É neste sentido que a noção de interesse desinteressado (ou “desinteresse interessado”) deve ser compreendida.

Tendo em vista o processo de objetivação das categorias sociais resultante da ação política dos agentes que participam das lutas permanentes pela sua definição, Bourdieu (2001, p.222) sugere que “somente a crítica histórica [...] pode liberar o pensamento das constrições que se exercem sobre ele quando, ao se entregar às rotinas do autômato, trata de construções históricas reificadas como se fossem coisas”. Deve-se levar em conta a lógica de construção de uma categoria para não tomá-la como “dada”, compreendendo os elementos relacionais que a acompanham para que se possa compreender seus usos (BOURDIEU, 2011).

Assim, entende-se a importância de realizar sociologicamente a “historicização, que permite neutralizar, ao menos na teoria, os efeitos da naturalização” (BOURDIEU, 2001, p. 221), interpretando as categorias sociais que empregamos enquanto produto das operações de classificação do mundo social realizadas por um conjunto de agentes exercendo suas tomadas de posição que têm efeito sobre esse mundo.

A ação política desses “experts” na produção de bens simbólicos é uma disputa pela definição e imposição arbitrária de representações e pela autoridade de se fazer reconhecer enquanto representante legítimo de determinado grupo. Representação assume então o duplo sentido de estar autorizado a falar em nome de um grupo - já que a existência do grupo se dá através do seu “porta-voz” – e de ter legitimidade para conduzir e estabelecer os princípios de visão e divisão do mundo social que “tão logo se impõem ao conjunto de um grupo, estabelecem o sentido e consenso sobre o sentido” (BOURDIEU, 1996, p. 118). O ato de nomear e classificar grupos é uma forma de conquistar “capital simbólico” e tornar-se investido do poder de criar e instituir visões da realidade.

Um programa de pesquisa sobre elites deve considerar em suas abordagens a existência de dimensões especializadas da vida social, ainda que fracamente diferenciadas, objetivadas e burocratizadas (GRILL & REIS, 2018). Em uma dinâmica periférica, os processos de especialização são marcados pelo peso das relações pessoais e pela fraca autonomia das esferas sociais. Em dinâmicas periféricas – como é o caso da “realidade brasileira” – torna-se difícil falar da composição característica de um “campo”, tendo em vista a instabilidade dos processos de importação de modelos institucionais marcados pela dominação simbólica, cultural e econômica e o caráter fluido dos critérios de regulação das diversas esferas da vida social (BADIE & HERMET, 1993).

Nesse contexto, tem-se uma melange estrutural, um amálgama e uma forte indiferenciação e justaposição entre os múltiplos domínios da vida social, o que leva à necessidade de tensionamento de uso da noção de “campo”, investindo na problematização da aplicação de conceitos e esquemas analíticos, a fim de não incorrer em riscos de aplicá-los de forma irrefletida e direta, sem considerar as diferenças de configuração entre lógicas sociais diversas.

Na dinâmica cultural maranhense – que corresponde a um contexto periférico – observa-se um distanciamento das condições constitutivas de um “campo”, tendo em vista que muitas vezes a atuação dos intérpretes da “cultura” relaciona-se com a ocupação de cargos nas instâncias culturais ou minimamente voltadas ao segmento cultural. Assim, também está em jogo a articulação de interesses específicos por parte desses “porta-vozes”, a fim de adquirir notoriedade e ocupar melhores posições, seja na burocracia pública ou nos espaços de tomadas de decisões.

No tocante aos domínios culturais no Maranhão, isso se demonstra nas múltiplas atuações e inserções assumidas pelos agentes envolvidos com a gestão da cultura no estado, que circulam e transitam por diversos domínios (culturais, sociais, políticos, etc.) concentrando reconhecimentos e acionando estratégias de consolidação de suas reputações pessoais e de sua legitimidade enquanto “especialistas”.

De acordo com Neiburg (1997, p. 13), “as palavras e seus significados são produtos sociais, sua história e seus conteúdos são inseparáveis do modo como elas são utilizadas, das realidades que descrevem e da crença na existência dessas realidades”. Refletindo sobre os debates acerca do peronismo como tema crucial para a construção da identidade nacional na Argentina em meados da década de 1940, o autor revela o papel ativo de diversos intelectuais no processo de “invenção” desse fenômeno social e cultural.

Segundo ele, os intelectuais argentinos nesse período, reivindicam para si a função de intérpretes do peronismo, combinando suas lutas no espaço de produção cultural e as atribuições autoimpostas de conduzir os desdobramentos em torno dos usos da categoria peronismo, se posicionando a partir de determinadas instituições por serem tributários de posições ocupadas na universidade, na cultura e na política e isso se aplica às representações por eles formuladas.

O reconhecimento seria a dimensão central constitutiva dos argumentos que autorizavam as interpretações do peronismo. Assim, ao formular representações sobre a identidade nacional, cada intérprete formulava uma representação sobre sua própria identidade,

procurando fazer de sua capacidade de interpretar o “povo” argentino um aspecto de sua própria sociodiceia, ou seja, construir sua identidade como intelectuais a partir da produção de uma imagem do mundo social e, ao mesmo tempo, um lugar para si mesmos nesse mundo.

Trabalhos como os de Sigal (2012), demonstram que em contextos periféricos, pode-se perceber a preponderância de uma dinâmica mais fluida e interseccionada, apontando para uma maior indiferenciação entre as esferas sociais e para a heteronomia que marca o universo da cultura, devido a sua dependência das lógicas políticas e dos modelos construídos em centros ocidentais, o que permite com que os intelectuais atuem como produtores e agentes de circulação de noções comuns, concernentes à ordem social, desempenhando o papel de mediadores sociais, políticos e culturais.

Pecaut (1990) também evidencia o exercício do papel dos intelectuais e sua atuação quanto ao trabalho de construção de representações, atentando para o lugar que esses agentes ocupam em dinâmicas específicas. Segundo o autor, graças ao hiato existente entre o social e o político, eles conseguem se erigir em mediadores indispensáveis colocando-se em uma posição de poder que lhes permite projetarem-se acima do social.

A noção de “campo cultural periférico” contempla as “necessidades” dos intelectuais “nacionais” de buscar referências externas (países ocidentais) tais como temas, disciplinas, correntes, autores etc., e rearticulá-las no sentido de nutrir sua própria identidade (SIGAL, 2012). As relações estabelecidas entre periferia e centro cultural revelam um processo de “retroalimentação” que fragiliza as instituições culturais, deixando-as à mercê do poder político. O que se tem é uma dupla dependência dos intelectuais em relação à “metrópole” e ao poder político que incide na fraca autonomia do campo cultural, favorecendo o fortalecimento da função de mediação entre espaços culturais, do seu papel de construtores da “nação” e da sua capacidade de circulação/transmissão nacional e internacional de concepções, valores e práticas (REIS, 2007).

O intercruzamento das lógicas e justaposições dos domínios sociais sem critérios tão rigorosos de funcionamento, possibilita aos agentes fazer uso de diferentes recursos, desempenhar distintos papéis e acumular multinotabilidades (GRILL; REIS, 2016). Ou seja:

É possível detectar os múltiplos recursos (materiais e simbólicos), mais ou menos institucionalizados, personificados por agentes que conquistam notoriedade e legitimidade para definir e agir sobre o mundo social. Compreendendo como, por esse intermédio, alcançam posições (de) notáveis nas hierarquias de domínios específicos e na do espaço social mais amplo (GRILL; REIS, 2016, p. 23).

Nesta linha, o acúmulo de multinotabilidades advém de lógicas marcadas pela significativa flexibilidade de ação em variados domínios sociais, onde os agentes assumem

diversas posições, mediante as quais inscrevem-se e transitam no âmbito da política, da cultura, da intelectualidade e da militância, conseguindo converter suas disposições sociais em estima social e se alocar em posições de poder.

Assim, podemos analisar agentes responsáveis pela produção de representações sobre o mundo social fundamentados em propriedades e saberes socialmente valorizados, levando em conta as condições de eficácia de certos discursos e as modalidades de intervenção acionadas por detentores de atributos (sociais, políticos, culturais, econômicos etc.), que garantem a autoridade legítima para que possam participar das batalhas de manipulação de bens simbólicos (GRILL; REIS, 2017).

Como enfatiza Grill (2013), o papel de mediador exige a construção de grupos e identificações, trânsito entre domínios da vida social, o atendimento de demandas mais particularísticas e realinhamentos em espaços de clivagens variados. A tentativa de perceber como se delineiam os interesses desses “profissionais” da manipulação de bens simbólicos, permite identificar as aproximações relativas mantidas entre eles, e sugere a existência de perfis heterogêneos e interesses específicos nos quais concentram os investimentos que realizam em prol da construção das representações sociais que partilham e edificam em suas lutas.

De acordo com Reis (2009, p. 5), a “atuação dos mediadores também se objetiva com vistas à circunscrição das fronteiras de um lugar “singular” de inscrição, contribuindo para a afirmação do que lhe é ou deve ser “específico”, de como pronunciá-lo, de como integrá-lo”. O empenho desses agentes em fazer suas versões sobre a “cultura” serem reconhecidas como “autênticas” e “legítimas”, comumente sugere o estreitamento das relações que eles mesmos mantêm com a “cultura” e com as instâncias culturais, refletindo na forma como conduzem os usos e desusos dessa categoria e os elementos que a referenciam.

Embora estejam envolvidos em disputas por um objeto em comum, esses agentes partilham dos mesmos princípios e da mesma leitura do “real” e compartilham entre si e no interior de seus lugares de inscrição, representações sociais por eles mesmos edificadas e acionadas em suas múltiplas dinâmicas de afirmação. O exercício da mediação depende das condições históricas e sociais nas quais o papel social do/a mediador/a é constituído.

Entretanto, geralmente os agentes emergem de “configurações mais ou menos especializadas, encarregados de tarefas múltiplas ligadas processos de (re)elaboração identitária e (re)interpretação histórica de grupos sociais aos quais estão vinculados e a vários registros” (SEIDL, 2007, p. 78). O mediador pode então se ocupar do estabelecimento da relação com o

passado e da mobilização das “tradições” e das “heranças”, desempenhando o papel de gestor da “memória” (ou memórias).

Via de regra, os critérios de autenticidade buscam ancoragem na ancestralidade e/ou na “tradição”. A autenticidade pode, “a partir daí, ser definida como um princípio de inviolabilidade aplicado a certos parâmetros de conformação mítica do passado” (NEDEL, 2005, p.30). Assim, faz-se necessário refletir sobre os códigos de legitimação e esquemas de percepção compartilhados por essa elite cultural engajada na promoção e preservação da aura de “tradicionalidade” e de “herança ancestral” que envolve a “cultura negra” no Maranhão.

Trata-se da busca por critérios objetivos de identidade, atos de conhecimento e reconhecimento nos quais os agentes investem em estratégias interessadas de manipulação simbólica ou de definição de uma visão sob um aspecto do mundo social (BOURDIEU, 2004). Isso também está relacionado ao trabalho de produção da “região” (BOURDIEU, 1989), enquanto representação:

Que se apoia indistintamente na legitimidade dos conhecimentos de eruditos e nos reconhecimentos do senso comum partilhado entre leigos e especialistas. Em via dupla, os processos de fabricação dos “panteões” revelam circuitos de agentes que acionam discursos performativos sobre a “região” e que, sob a aparência de descrever, prescrevem quem pode ser investido em uma posição de excelência na sua história (REIS; GRILL, 2017, p. 365).

A discussão em torno da instituição de uma “cultura negra maranhense” é perpassada pela eleição de símbolos que se manifestam como “identificadores” das características “regionais” e “étnicas”. Para Reis (2010, p. 519):

As representações sobre o que constitui a singularidade da “cultura” no e do Maranhão estão intimamente relacionadas aos usos sociais que os agentes podem mobilizar nas suas inserções sociais e lutas políticas. No entanto, a possibilidade de fixar uma posição de liderança na batalha entre “porta-vozes” e gestores da cultura passa pelo reconhecimento de um conjunto de símbolos, imagens e versões sobre os desdobramentos históricos e as características do “povo maranhense” e do “Maranhão”.

O processo de consagração da “cultura negra maranhense” como problemática legítima, passa também pelo estabelecimento de princípios de visão e divisão do mundo social por parte de agentes e instituições envolvidos nas batalhas de produção de representações e manipulação de sistemas simbólicos. Trata-se de um trabalho de prescrição e formulação de representações sociais por eles mesmos edificadas em suas dinâmicas de afirmação e lutas políticas, onde o que está em jogo é o poder simbólico de “falar em nome” e competir pelos mesmos objetos.

Nesse sentido, sublinha-se as disputas e a dinâmica de concorrência que se estabelecem entre esses agentes pelo registro, tradução e imposição dos sentidos legítimos do conjunto de elementos acionados nessa busca pelo “resgate” e “preservação” da “memória”. Sabe-se que um conjunto de variáveis influenciam na configuração de um problema social e que as representações suscitadas acerca desse problema são resultado de um processo de construção. Desse modo, discutimos de maneira geral os contextos de atuação dos agentes situados no domínio cultural e a necessidade de realizar a sociogênese das categorias sociais, demonstrando a necessidade de realizarmos um processo de objetivação das noções que orientam os referenciais de análise com os quais pretendemos trabalhar e que se estabelecem como referências explicativas e definidoras de um aspecto da vida social.

Apesar dos múltiplos usos da noção de “cultura negra”, esses intérpretes realizam um trabalho intelectual em torno da construção de um “consenso” que permite que essa categoria assuma um caráter auto evidente e de auto objetivação que vai gradativamente conquistando adesões e fluidificando as marcas sociais e históricas de sua construção. Outra referência consistente nesse sentido é Elias (2011), que traça a genealogia dos conceitos de “civilização” e “cultura” considerando o contexto histórico-social de produção desses conceitos. A partir disso, o autor pontua que a construção dessas noções mobiliza referências pré-existentes, o que indica que se pode conferir-lhes novos significados que, posteriormente, são apropriados e socialmente cristalizados.

Empenhado em realizar uma sociologia das lutas objetivamente políticas de representação do mundo social em seu estudo sobre a gênese da categoria “consumidor”, Louis Pinto (2018) demonstra como ela foi gradualmente construída, adquirindo uma força social efetiva, devendo por isso ser compreendida considerando a história da invenção da própria categoria.

O autor evidencia os essencialismos que incidem sobre essa noção, atentando para o exercício de reconstruir sociologicamente o objeto pré construído. Trata-se, como sugere Brubaker (2001), de objetivar o próprio processo de objetivação da categoria e romper com a “amnésia da gênese”, afastando-se de seus aspectos reificantes e efeitos de naturalização, através da análise histórica dos conceitos a fim de problematizá-los e justificá-los em sua pertinência. A categoria é, pois, uma configuração de relações em transformação (BOLTANSKI, 1982).

Os aspectos aqui apontados em relação à “cultura negra” e à “identidade negra” servem para pensarmos também o processo de fabricação da “memória regional” articulado

segundo os interesses de “intelectuais” e “eruditos” direcionados às práticas culturais, expressões e elementos classificados como pertencentes à “cultura negra” do Maranhão. Geralmente, eles integram o discurso acerca da “diversidade de heranças e tradições”, defendida e compartilhada entre os “especialistas” que elegem o que é “próprio do Maranhão” e definem os “elementos de distinção” que edificariam a “identidade negra”, traduzidos naquilo que é ou deve ser considerado como signo cultural “étnico”, “regional”, “autêntico” ou identitário.

O objeto sociológico, nessa perspectiva, constitui-se desses processos de produção de efeitos sociais pautados em classificações vinculadas a funções práticas, que, são parte de um princípio gerador de representações sejam elas mentais ou objetais, mas que, de algum modo, ordenam o espaço social, na mesma medida, que se encontra em constante redefinição (BOURDIEU, 2002).

Isto posto, podemos compreender ainda que as lutas em torno das “identificações” dos agentes com “bandeiras” específicas, com a “região” ou com a “identidade étnica” também dizem respeito ao trabalho de formulação de definições legítimas do mundo social que orientam sua ação política. O trânsito entre diferentes domínios sociais permite com que se afirmem como “porta-vozes” legítimos de determinadas “causas”, acumulando não somente trunfos, mas uma gama de “identificações” que podem jogar e ativar em diferentes configurações.

Nesta linha, é importante atentar para o “militantismo como estilo de vida”, no qual, para além da atividade política que se realiza, está em voga todo um processo de socialização, uma gama de atividades que se organizam ao longo do tempo, diversos investimentos, etc. Aspectos esses que podem configurar um espaço militante dotado de “causas” e “crenças” comuns e cheio de sentido para esses agentes, e no qual a sua desistência (saída) implica em uma ruptura com suas inscrições sociais que permitiram a constituição de competências valorizadas e reconhecidas nesse espaço (REIS, 2015).

Neste universo militante, as práticas nos possibilitam apreender elementos da ação militante como geradora de retribuições materiais e simbólicas (GAXIE, 2005). Para não correr o risco de cairmos nem no racionalismo cínico, nem na intenção ingênua, deve-se compreender – a partir de uma perspectiva diacrônica – as lógicas dessas retribuições, a partir da trajetória e carreira dos agentes e de seus investimentos pontuais em cada fase do curso de sua militância. Tendo em vista que esse processo de aquisição de retribuições é constituído de uma dinamicidade e encontra-se em constante transformação, faz-se necessário atentar tanto para os investimentos quanto para os desinvestimentos que os agentes vão realizando.

A dedicação à “militância” implica em processos muito mais amplos e envolvem variáveis como mecanismos de socialização, formas de engajamento, sentidos atribuídos às “causas”, modalidades de investimentos oferecidos e recompensas extraídas dos mesmos, assim como padrões de carreiras construídas tendo o conjunto de recursos adquiridos (aprendizados, relações, etc.) como predominantes ou complementares. Esses fatores podem configurar simultaneamente os condicionantes da intervenção e os marcos das “vivências” que singularizam os agentes. Por sua vez, estes recursos e experiências, dão sentidos e créditos aos caminhos e posicionamentos assumidos ao longo dos seus itinerários (REIS, 2007).

Além disso, convém frisar também a construção de identidades como base das carreiras políticas, já que conforme apontou Collovald (1988), o que se tem é a existência de uma competição legítima de identidades públicas que se apresentam provisoriamente, quer dizer, como um conjunto de identidades que se inventam continuamente, inclusive nas instâncias biográficas. Logo, podemos supor que os instrumentos biográficos nos possibilitam averiguar que não existem identidades homogêneas, mas sim uma multiplicidade de identidades construídas, redefinidas e acionadas entre os agentes e seus concorrentes em diversos domínios da vida social.

Em um dos níveis, consideramos ainda o que já foi discutido por Elias (1987). A balança instável do poder entre os sexos passa por reconfigurações de acordo com processos sócio-históricos que através de inúmeros aspectos como o controle da violência, dos impulsos e condutas morais relativas aos indivíduos, estabelece padrões de comportamento e uma distribuição e delimitação dos espaços sociais de atuação que têm como parâmetro as diferenças entre homens e mulheres. Socialmente, a relação prática entre homens e mulheres constitui-se por um sistema de oposições históricas capazes, mesmo de forma inconsciente, de nortear classificações, percepções e apropriações do mundo social, pautado em uma visão androcêntrica, que reitera e torna possível pensarmos em indícios da dominação masculina (BOURDIEU, 2016).

Através do controle e dessas imposições sociais arbitrárias, as diferenças entre os sexos se instauram em condições objetivas de existência, seja nos corpos ou nas estruturas mentais e produzem um jogo de correspondências, oposições e homologias que parecem ser “naturais” da “ordem das coisas”. Como sublinha Bourdieu (2016, p. 20):

Semelhantes na diferença, tais oposições são suficientemente concordes para se sustentarem mutuamente, no jogo e pelo jogo inesgotável de transferências práticas e metáforas; e também suficientemente divergentes para conferir, a cada uma, uma espécie de espessura semântica, nascida da sobre determinação pelas harmonias, conotações e correspondências.

Lidos enquanto gêneros opostos, homens e mulheres estão submetidos a uma ordem simbólica de dominação, cujos efeitos operam nas representações instauradas nos corpos e no pensamento, onde as dominadas (mulheres) tendem a ser silenciadas e aos dominantes (homens) é garantida a possibilidade de perpetuação de seu poder. Os atos femininos “de conhecimento são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que “faz”, de certo modo, a violência simbólica que ela sofre” (BOURDIEU, 2016, p. 54).

Scott (1990) chama atenção para a necessidade de se compreender “gênero” como uma categoria de análise, o que reflete num trabalho de construção social em torno dos papéis a serem desenvolvidos por “homens” ou por “mulheres”. Essas convenções (arbitrárias), por sua vez, condicionam toda uma distribuição de poder desigual entre os sexos. A autora ressalta ainda a importância de se compreender os processos de esquecimento e sublimação da presença feminina nos contextos históricos. Entretanto, ela deixa claro, que essa é apenas uma dimensão necessária. Para além, precisamos entender como esse “esquecimento” se reproduz e quais são as condições de produção de conhecimento sobre ele (SCOTT, 1990).

Autoras como Reis (2014), investigaram um conjunto de mulheres que atuam ou atuaram como produtoras de bens simbólicos, ocupando posições de destaque e liderança em áreas específicas e diferentes meios de expressão como a literatura, arte e “cultura popular”. O trabalho empenhou-se em compreender como essas agentes adquiriram notabilidade, buscando analisar as características, atributos, práticas e representações que estão na base do destaque que conquistaram, bem como os limites das suas inscrições em relação a um universo mais amplo.

Assim sendo, com base nas lógicas de hierarquização pautadas numa diferença entre os sexos, essas mulheres mobilizam um conjunto de disposições e propriedades acumuladas em suas trajetórias que, não só as singularizam, como potencializam as possibilidades de ocupação de posições relativamente dominantes como “porta-vozes” da “cultura”, produtoras de “causas” e de “identidades sociais” (POLLAK, 1992), inscrevendo-se em domínios sociais nos quais elas conquistam posições proeminentes e assumem posicionamentos sobre uma multiplicidade de temáticas consideradas relevantes (REIS; BARREIRA, 2020).

Ao analisar a inserção de mulheres no campo artístico, Simioni (2008) enfatizou os entraves que embasaram a participação das mulheres na Escola de Belas Artes. A autora mostra

que o direito à participação das mulheres foi uma árdua jornada por igualdade. A assimetria entre gêneros aparecia de forma cristalizada situando as mulheres em uma posição desvantajosa em um “sistema de reputações” que arbitrariamente as desautorizava.

Em oposição ao que se considerava “profissional”, qualidade recorrentemente empregada para nomear os artistas do sexo masculino, as mulheres eram tidas como “amadoras”. A menção a esse “amadorismo” sugeria a ausência de um adequado conhecimento das regras do ofício por parte delas, uma carência em sua formação e o entendimento da arte como simples “passatempo” e não como atividade rentável e profissional.

O uso dessa categoria carregava um forte conteúdo relacional e comparativo, nem sempre explícito, mas que legitimava os homens artistas enquanto profissionais, “especialistas”, detentores de uma formação adequada, fornecendo-lhes o respaldo institucional necessário para exercerem o ofício de maneira promissora. Segundo a autora, “para eles a arte era um empreendimento sério, uma profissão; para elas, um refinamento do espírito” (SIMIONI, 2008, p. 301). A profissionalização nas artes plásticas traduzia um processo marcadamente excludente, relegando inúmeras artistas aos limites do amadorismo, de modo que coube às artistas não “agraciadas” com o epíteto de “excepcionais”, serem rebaixadas à categoria de prática diletante.

Para além das idiossincrasias que individualizam cada percurso analisado, a autora chama a atenção para os processos de “exclusão” e “interdições” que são aspectos recorrentes na atuação de mulheres, tornando pertinente investigar o “espaço dos possíveis” no qual elas se inserem para entender as condições e condicionantes que funcionam no destaque que algumas delas adquirem em dinâmicas mais ou menos favoráveis. De forma geral, os trabalhos supracitados, destacam por um lado, a presença de mulheres em espaços historicamente e exclusivamente destinados aos homens e, por outro, informam algumas limitações nas possibilidades de atuação nos domínios culturais e políticos relacionados à sua “condição” de gênero.

Nessa direção, este estudo dissertativo integra um conjunto de pesquisas desenvolvidas no âmbito do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC) que têm buscado analisar as interseções entre os diversos domínios sociais, e segue as diretrizes de análise dos trabalhos que já vêm sendo realizados por outros pesquisadores inseridos no Laboratório, especificamente os que abordam a construção de panteões, intérpretes da “cultura popular”, produção de “memórias” no Maranhão (REIS, 2014; GRILL; REIS, 2017; MATOS, 2019; MACHADO, 2018; GARCES, 2021) e reconstituição de trajetórias que

contemplam a discussão sobre militância e engajamentos de agentes com diversas “causas” (REIS, 2001; 2007; SANTOS, 2018).

As pesquisas em andamento no LEEPOC examinam dimensões variadas como inserções, repertórios de mobilização, redes, investimentos e perfis sociais de agentes inscritos nos espaços e domínios culturais de seleção e fabricação dos elementos da “cultura popular” no/do Maranhão, sendo possível, desse modo, atentar para o trabalho – conduzido por “especialistas” em concorrência – de formulação e construção social de representações em torno de “causas” específicas.

2 A AFIRMAÇÃO DO PAPEL DOS INTELECTUAIS NO CONTEXTO DE EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO NEGRO

2.1. A atuação dos intelectuais brasileiros no debate racial

Nesse momento nos dedicaremos ao cenário que abrange a transição entre os séculos XIX e XX para compreender o papel desempenhado pelos intelectuais na construção da “nação” e das “identidades”. Nem mesmo após a promulgação da chamada “Lei Áurea”, as tensões raciais se encerraram. Na verdade, o fim do regime escravocrata em 1888 e da monarquia em 1889, gerou grande instabilidade social no país. Teorias eugenistas tiveram forte aceitação no Brasil principalmente entre os anos 1870 e 1930.

Fundamentadas em argumentos biológicos, postulavam que as características físicas dos indivíduos se relacionavam à sua capacidade intelectual. Logo, essas explicações científicas orientadas por aspectos biológicos foram amplamente difundidas. Conforme afirma Schwarcz (1993, p. 48), “pensava-se na humanidade como um gradiente”, reforçando a hierarquia racial baseada em padrões eurocêntricos. Esse mesmo aval científico foi determinante para que a ideia de “raça” também justificasse a desigualdade social em sociedades escravistas, como era o caso do Brasil.

A “raça” ganhou maior repercussão justamente nos últimos anos do regime escravagista e na Primeira República. Naquele momento, os projetos emancipacionistas não excluía a construção de novas formas de dominação fundamentadas no estigma da “raça”, mesmo porque almejava-se manter e adaptar as hierarquias raciais estabelecidas durante o período da escravidão, perpetuando-as na sociedade brasileira pós-abolição.

A discussão sobre a “mestiçagem” e a “miscigenação” ajudou a sustentar estereótipos violentos e categorias pejorativas tais como “mulato” e a dissimular o racismo no âmbito científico, como é o caso dos estudos de medicina legal realizados em uma das mais importantes instituições de pesquisa do país, a Faculdade de Medicina da Bahia. Especialistas adotaram o uso das teorias raciais para explicar casos de doença mental e alcoolismo (DEL CONT, 2008), por exemplo, culpabilizando a “mistura de raças” pela degeneração da sociedade brasileira (NASCIMENTO, 2005).

Conforme exemplifica Pécaut (1990, p. 7), “os intelectuais brasileiros se entregam à ação política sem nenhuma hesitação e como se tivessem qualificação especial para fazê-lo”, fundamentalmente porque “a posição de intelectual depende tanto da decisão individual de assumir esse papel como do sentido político passível de ser assumido pelas práticas culturais”

(SIGAL, 2012, p. 57). Desse modo, entre os anos 1925 e 1940, eles demonstraram interesse pelas questões relativas à identidade, acreditando que o projeto nacional de organização da nação era tarefa urgente a ser realizada pelas elites, das quais eles próprios eram parte, tendo, pois, motivos para participar do processo de forjar um “povo” e uma “cultura” capaz de assegurar sua unidade.

Para Pécaut (1990), desde os anos 1920 no Brasil, o projeto dos intelectuais era inseparável do seu desejo de contribuir para fundamentar o cultural e o político de uma forma diferente. O autor busca delimitar a posição social dos intelectuais, que tomam para si a responsabilidade pela construção de uma cultura política da qual também deriva sua própria legitimidade. Ao se projetarem num plano acima do social e se considerarem “porta-vozes” da produção das representações sobre o “político”, eles reclamam para si próprios a autoridade, perante o Estado, para executar sua “missão” política de forjar a “consciência nacional” e promover a “organização” social.

Grande parte do pensamento social brasileiro esteve articulado à ideia de “nação” do ponto de vista da integração, conjugado às representações de um país “mestiço” e de convívio harmônico entre os diversos grupos sociais. Destaca-se o papel de inúmeros intelectuais negros como agentes de produção e formulação de teorias que se conjugaram a estratégias de “autorrepresentação” intelectual e tentativas de combate à discriminação racial, dedicadas à busca pela valorização do “ser negro”. Estiveram fortemente presentes discursos políticos que visavam denunciar o preconceito racial existente no Brasil, contestar a ideia da “democracia racial” e questionar os efeitos do colonialismo sobre a sociedade brasileira.

Diante desse quadro, esses “intelectuais militantes” empenharam-se em formular análises sobre a dinâmica social indicando “alternativas” para pensar a “realidade brasileira” em termos “étnico-raciais”, privilegiando teoricamente discussões que pontuavam o reconhecimento de uma “nação negra” e a valorização do “negro brasileiro” a partir de mudanças provocadas nas estruturas de organização do poder em termos políticos e econômicos (NASCIMENTO, 1980).

Durante a Era Vargas, consolida-se mais enfaticamente o ideário de um país “miscigenado”, alicerçado na “amalgama das três raças”: negro, branco e indígena (GUIMARÃES, 1988). O mito da “democracia racial” passou a ser aceito e veiculado pela elite intelectual e política brasileira. Garcia (1993) ao discutir o declínio do cosmopolitismo e a ascensão correlativa de uma atitude nacionalista no campo cultural, pontuou o esforço dos intelectuais brasileiros em representar o país como uma nação jovem e promissora, orientando

o debate político acerca da formulação e reformulação de uma “identidade nacional”, reivindicando a necessidade de se constituir uma “cultura brasileira autêntica” em um momento onde a formação da “consciência nacional” está no centro das principais preocupações.

De acordo com Guimarães (2002, p. 149), “Gilberto Freyre foi o primeiro a retomar a velha utopia do paraíso racial, cara ao senso comum dos abolicionistas, dando-lhe uma roupagem científica”. Não por acaso, foi considerado um dos mais importantes intelectuais brasileiros, sendo constantemente citado nos debates sobre a construção da chamada “democracia racial” no Brasil. Foi responsável por retomar a temática racial, até então considerada não apenas como chave para a compreensão do Brasil, mas também para toda a discussão em torno da questão da “identidade nacional”.

Autores como Joel Rufino dos Santos (1985), afirmam que o conjunto de imagens:

Idealizadas, consensual e bastante eficaz, que convencionamos chamar mito da democracia racial, elaborou-se, com efeito, no bojo da Revolução de 1930 (...) Nem importa a identificação de diversos intelectuais – Gilberto Freyre à frente – que lhe deram acabamento científico e literário: a crença na democracia racial decorria do senso-comum brasileiro, naquelas circunstâncias históricas; e, ao mesmo tempo, estava entretecida a outros conjuntos de imagens idealizadas, como o da história incruenta, o da benignidade da nossa escravidão, o da cordialidade inata do brasileiro, o do destino manifesto, etc. (SANTOS, 1985, p. 287).

Para Sales Jr. (2006, p. 254-255), a “democracia racial”:

Constitui-se por um ato de exclusão das relações raciais. Mas o que dizer sobre o ato de exclusão em si, sobre a diferença constitutiva entre “democracia racial” e as “relações raciais”: é ela mesma racial ou não? Ou seja, a “democracia racial” é constituída por um ato de exclusão (denegação) que se inscreve, ele mesmo, nas relações raciais. Ao contrário, uma verdadeira democracia racial só existe sob a condição de lidar com as relações raciais e resolver publicamente os conflitos raciais, mediante um processo articulatório sempre provisório e parcial.

Almejava-se construir uma “identidade nacional”, entretanto, a influência direta das teorias raciais elaboradas desde o século XIX, fez com que a “raça” se tornasse no Brasil “o eixo do grande debate nacional que se travava a partir do fim do século XIX e que repercutiu até meados do século XX” (MUNANGA, 1999, p. 51). Destaca-se o papel dos intelectuais também no próprio contexto de formulação do conceito de “negritude”, que teria surgido em Paris durante a década de trinta. Nesse período, são os intelectuais negros e militantes que produzem os discursos falados e escritos sobre a “negritude”, que designava a necessidade de “retomada de si” por parte dos homens e mulheres negras e a afirmação cultural, moral, física e intelectual, na crença de que seriam sujeitos de uma história e de uma civilização que lhes foram negadas e que precisavam ser “recuperadas” (MUNANGA, 1990).

Por volta de 1936 ou 1938, autores como Césaire (1964) atribuíram à categoria um significado de revolução linguística e literária com potencial para reverter o sentido pejorativo e negativo atribuído à palavra “negro”. A “negritude” passa a ser apresentada discursivamente como uma “referência étnica” que vai além da simples “identificação racial”. Mais do que isso, consiste num argumento político diante de uma relação de dominação.

Ela serve aos militantes como vetor entre as identidades pessoal e coletiva” (D'ADESKY, 2001, p.140). Conforme essas perspectivas “positivadas”, a “negritude” assume relevância não somente enquanto definição, mas como forma de ação e mobilização que aciona uma “consciência” sobre o “ser negro” e um “pertencimento ancestral” que devem ser cultivados para demarcar as fronteiras de identificação e de diferenciação entre “o que se é” e o que não se é.

2.2. Os processos de transformação do Movimento Negro brasileiro

Com o processo de construção das estratégias de ação e mobilização política, o Movimento Negro começou a ressignificar a concepção de “identidade nacional”, discutindo na sociedade o racismo e propondo novos olhares sobre a chamada “luta antirracista”. As produções acadêmicas que tratam dessa temática passam a tentar enfatizar o papel fundamental dos movimentos negros ao situar a importância dos negros para a constituição sociocultural do Brasil.

Desde o pós-abolição, a chamada “imprensa negra” tornou-se um espaço para propagar a produção literária negra, discutir as questões educacionais, sendo também um veículo educativo:

Já no início do século XX, o surgimento da imprensa negra (1915) pode ser considerado como o ponto inicial da formação de uma classe intelectual negra mais organizada, tendo em vista a divulgação de um pensamento político voltado para as questões dos africanos e seus descendentes no Brasil. Especialmente no estado de São Paulo, os jornais publicados, tendo à frente negros dispostos a discutir suas próprias questões, provocar reflexões e denunciar a situação racial, foram importantes instrumentos na tentativa de desconstrução da imagem dos pretos e pardos na sociedade, mas, principalmente, no papel de provocar a autoconsciência de “ser negro”. Com esta imprensa, o teor abolicionista dos discursos do período anterior à abolição cedia lugar para uma reflexão social e política sobre os mecanismos de combate ao racismo. (BARBOSA, 2013, p.259-260)

Desde os anos 1920², o fluxo informacional havia se ampliado, e principalmente na década de 1930, foi possível verificar mais objetivamente essa circulação, tendo em vista o

² O pós-abolição, no geral, foi um período propício à criação de associações negras, geralmente voltadas à atividade de lazer e cultura. Outras entidades tinham caráter mais assistencialista. Algumas delas dedicaram-se à publicação de jornais numa época em que os índices de analfabetismo eram significativos. Em São Paulo, uma das organizações mais conhecidas foi o Centro Cívico Palmares, fundado em 1926, que ultrapassou o caráter

intercâmbio entre a chamada “imprensa negra” do Brasil e dos Estados Unidos. Durante a década de 1930, os negros seguiram ocupando a base da pirâmide social, perdendo espaço no mercado de trabalho e sendo relegados a condições de marginalidade nos grandes centros urbanos ou forçados a permanecer ou migrar para a zona rural (PEREIRA, 2011).

Nessas condições, ocorreu a criação de canais alternativos de informação e mobilização da “comunidade negra”, já que a chamada “grande imprensa” não manifestava interesse em discutir e repercutir a situação dos negros na sociedade brasileira. Em 1931 é criada em São Paulo a Frente Negra Brasileira (FNB) com o intuito de pautar atividades educacionais, esportivas, sociais e políticas (DOMINGUES, 1994). Durante a primeira metade do século XX, a FNB tornou-se a organização política de maior destaque no Brasil, tendo se expandido como grupos homônimos em diversos estados.

Seguindo o modelo paulistano, surgiram na Bahia, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Minas Gerais frentes negras fiéis aos mesmos princípios e estratégias políticas. Isso contribuía para criar uma rede de informação, solidariedade e mobilização capaz de, naquele tempo, pôr em contato militantes de diferentes estados. A FNB objetivava desenvolver trabalhos socioeducativos, culturais e jurídicos, além de prestar assistência social, oferecer cursos de formação política, artes e ofícios à população negra e estimular o enfrentamento e combate ao preconceito racial.

Em 1933, foi responsável também pela publicação do periódico “A Voz da Raça”, importante veículo de comunicação naquela época. Segundo Pinto (1993, p. 213), o termo “Movimento Negro” apareceu pela primeira vez em 1934, em um dos textos publicados pelo referido jornal.

Figura 1 – Cabeçalho do primeiro número do jornal “A Voz da Raça”



Fonte: Geledés

informativo e socioeducacional das entidades anteriormente fundadas, visando também enfocar o tema da participação política (BARBOSA, 2011).

Em 1936 a Frente Negra foi registrada como o primeiro partido político negro brasileiro e extinta em 1937 graças a um decreto do governo Vargas que atribuía caráter de ilegalidade a todos os partidos políticos. Em 1945, Abdias do Nascimento³ fundou o Teatro Experimental do Negro (TEN), que, segundo ele, surgiu para contestar a discriminação racial, formar atores e dramaturgos negros, além de promover as “tradições culturais negras”, ridicularizadas e relegadas ao esquecimento pela sociedade brasileira. A atuação do TEN foi fundamental na organização da Convenção Nacional do Negro Brasileiro, em maio de 1949, e do I Congresso do Negro Brasileiro, em 1950, além de determinante para a sequência de mobilizações dos negros brasileiros nos anos que se seguiram.

Avançando cronologicamente na discussão, Domingues (2007, p. 111) aponta que o golpe militar de 1964:

Representou uma derrota, ainda que temporária, para a luta política dos negros [...] e desarticulou uma coalizão de forças que palmilhava no enfrentamento do “preconceito de cor” no país [...] com isso, o Movimento Negro organizado entrou em refluxo.

Isso porque a ideologia da “democracia racial” seguiu sendo um dos eixos de integração nacional autoritária do novo regime e a pretensa “harmonia racial” brasileira continuou a ser exaltada como a marca mais característica da “nação”. Em um período assolado pelo controle das liberdades individuais e garantias fundamentais, os “militantes” foram estigmatizados e acusados pelos militares de fomentar conflitos ao contestarem o racismo e as desigualdades estruturais no Brasil.

A repressão inviabilizou as manifestações antirracistas no país e “desmobilizou as lideranças negras, lançando-as numa espécie de semiclandestinidad” (GONZALEZ, 1982, p. 30). A discussão pública sobre a questão racial foi praticamente banida (DOMINGUES, 2007)

³Abdias do Nascimento (1914-2011) nasceu em Franca (SP). Foi ator, escritor, poeta, dramaturgo, artista plástico, professor universitário, político e ativista do Movimento Negro. Tido como um dos maiores expoentes da “cultura negra” e dos direitos humanos no Brasil e no mundo. Doutor Honoris Causa pelas Universidades de Brasília, Federal e Estadual da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, e Obafemi Awolowo da Nigéria. Indicado ao Prêmio Nobel da Paz de 2010. Fundou o Teatro Experimental do Negro, em 1944, e foi um dos organizadores da Convenção Nacional do Negro, encontro que propôs à Constituinte de 1946 a tipificação da discriminação racial como crime de lesa-pátria. Participou também como organizador do primeiro Congresso do Negro Brasileiro, em 1950. Em 1968 exilou-se nos Estados Unidos em decorrência do endurecimento do governo militar no Brasil, tendo sido professor em diversas universidades norte-americanas. Participou da fundação do Movimento Negro Unificado, em 1978, e criou, em 1981, o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. No exílio, tornou-se amigo de Leonel Brizola, com quem fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT) em maio de 1980. Fundou a Secretaria do Movimento Negro do PDT e foi deputado federal pelo Rio de Janeiro entre 1983 e 1986 e senador pelo mesmo estado de 1991 a 1992 e de 1997 a 1999 (PEREIRA, 2010).

e a existência do racismo foi duramente rechaçada pela propaganda governamental⁴, empenhada em reiterar a relação racial “harmônica” entre todos os grupos sociais.

Ainda na década de 1960, ocorreram grandes transformações culturais, políticas e comportamentais em várias partes do mundo. Destaca-se a projeção de personalidades como Angela Davis, Martin Luther King, Malcolm X e Nelson Mandela, o advento de movimentos estudantis e feministas na Europa, a luta africana contra a segregação racial e libertação de colônias e o embate dos negros norte-americanos pela conquista de direitos civis. No Brasil, em 1969, um grupo de intelectuais fundou em São Paulo o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), tida como uma das primeiras entidades negras a trabalhar a ideia da “negritude”, direcionava-se ao uso do teatro como instrumento de conscientização e denúncia, oferecendo inúmeras outras atividades educacionais e culturais.

Nota-se que a “raça” é uma categoria histórica e politicamente disputada, utilizada para respaldar a ideologia de construção de um “Estado-Nação” brasileiro em diversos contextos históricos, que passa, na década de 1970, por um processo de ressignificação, tornando-se uma ferramenta de afirmação de “valores étnicos”, da luta por direitos e de acionamento de “identidades” no âmbito do que se tornará o Movimento Negro contemporâneo brasileiro, organizado primordialmente em torno da questão racial e em função de suas consequências. De acordo com Domingues (2007):

Para o movimento negro, a ‘raça’, e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a ‘raça’ é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação (DOMINGUES, 2007, p. 101-102).

Nos anos 1970, a influência dos movimentos organizados pelos negros norte-americanos incide mais fortemente sobre a organização política dos negros no Brasil. Referências como o movimento “*Black Power*” que reivindicava direitos civis, o fim das leis segregacionistas e do apartheid⁵ existente entre negros e brancos nos Estados Unidos, inspiraram a articulação de intelectuais e militantes negros brasileiros. A atuação dos “Panteras

⁴ Durante o regime militar, visando impedir que as desigualdades raciais ganhassem visibilidade, o item “cor” não constava nas estatísticas oficiais, inclusive no censo populacional (ver PETRUCCELLI, 2007).

⁵ O *apartheid* foi um regime de segregação racial implementado na África do Sul em 1948 pelo partido Nacional Sul-Africano sob a liderança de Daniel François Malan e adotado até 1994 pelos sucessivos governos do Partido Nacional. O regime ficou conhecido em todo o mundo pelas duras leis segregacionistas impostas à sociedade negra sul-africana. Durante os períodos de vigência desse sistema, homens e mulheres negros foram proibidos, por exemplo, de participar das decisões políticas do país, frequentar os mesmos lugares que os brancos, circular livremente pelo território, entre outras inúmeras restrições.

Negras” e o movimento cultural “*Black is Beautiful*”⁶ teve grande repercussão e imprimiu reflexos na movimentação política dos negros em diversas partes do mundo.

Em 07 de Julho de 1978, é fundado o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial. Naquele dia, um ato público reuniu centenas de pessoas, entre elas negros e simpatizantes da causa antirracista em frente ao Teatro Municipal de São Paulo para denunciar a discriminação sofrida por quatro atletas negros do Clube de Regatas Tietê e a tortura e assassinato de Robson Silveira da Luz, outro jovem negro, em uma delegacia. O Brasil ainda vivia sob o regime militar e em nome da segurança nacional, a reunião de manifestantes em praça pública foi duramente reprimida pela polícia.

Figura 2 – Primeiros atos do MNU comparavam o Brasil ao apartheid sul-africano



Fonte: Memorial da Democracia

A formação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, que posteriormente passou a se intitular apenas Movimento Negro Unificado (MNU), assim como a maior parte das entidades, associações e organizações surgidas no mesmo período, também visava contestar a ideia adotada desde os anos anteriores de que se vivia uma “democracia racial” no país. A luta contra a opressão racial, a busca pela afirmação de uma “identidade negra” positivada e a denúncia do mito da “democracia racial” eram pautas fundamentais do Movimento Negro contemporâneo que se constitui no Brasil na década de 1970.

Santos (1985) afirma que o termo “Movimento Negro” engloba o conjunto de organizações negras do tipo sociedade recreativa, associações comunitárias ou culturais,

⁶ Grosso modo, o lema “*Black is beautiful*” visava desconstruir a noção racista que inferiorizava as características fenotípicas naturais de negros e negras (tom da pele, textura capilar e complexões faciais e/ou corporais), considerando-as pouco atraentes, “exóticas” e inadequadas ao padrão de beleza eurocêntrico (ver OLIVEIRA, 2018).

institutos de pesquisas, grupos e organizações não governamentais – além de personalidades e indivíduos engajados em ações políticas, culturais, sociais, religiosas, recreativas e desportivas – cujas táticas contestatórias se manifestaram de diversas formas, mas com objetivos em comum. Entre eles estariam o reconhecimento e contribuição da “cultura negra” para a “cultura nacional”, o direito à liberdade, o interesse na participação política e o fim da discriminação racial, com o objetivo de combater o racismo manifestado nas relações sociais brasileiras.

Contudo, o Movimento Negro teria surgido inicialmente enquanto expressão de protesto da pequena burguesia intelectual negra (artistas, poetas, escritores e acadêmicos) à supremacia branca. Isto é, tratou-se de uma resposta dos negros brasileiros em ascensão social ao processo de assimilação da ideologia do branqueamento. Domingues (2007) classifica o Movimento Negro em três fases: na primeira fase do movimento negro durante a era republicana (1889-1937), emergiram organizações de perfis distintos: clubes, grêmios literários, centros cívicos, associações beneficentes, jornais e entidades políticas, que desenvolviam atividades de caráter social, educacional, cultural e desportivo, empreendendo ações assistenciais e beneficentes.

Após a fundação da Frente Negra Brasileira, o Movimento Negro se transformou em movimento de massa. Na segunda fase (1945-1964), retoma sua atuação política, educacional e cultural. Com a União dos Homens de Cor e o Teatro Experimental do Negro, passou-se a enfatizar a luta pela conquista dos direitos civis. Na terceira fase (1978-2000) surgiram centenas de entidades negras, sendo a maior delas o Movimento Negro Unificado (MNU). Desde então, a educação passou a ser pauta prioritária na luta. Ressalta-se a partir daí o significativo aumento no número de militantes com qualificação em nível superior e médio, possibilitando uma maior comunicação entre pesquisadores e intelectuais de todo o país.

Além do notável crescimento e organização do Movimento Negro, é também entre as décadas de 1970 e 1980 que ocorre um aumento das produções teóricas acerca de temas relativos aos negros. De acordo com Silva (2014, p.131), na transição entre esses anos, as questões relacionadas à “comunidade negra” ganharam maior visibilidade nos meios acadêmicos:

Passando a fazer parte constante dos debates através de estudos e pesquisas sobre religião, processos de exclusão e participação política, identidade étnica, expressões culturais, etc., exigindo novas formulações, que dessem conta da sua especificidade.

Sobretudo no contexto da década de 1970, novas dimensões são incorporadas aos movimentos sociais. De acordo com Woodward (2000) o caráter destes novos movimentos pode ser entendido nos termos de uma “política da identidade” que priorizou a afirmação da

identidade cultural dos indivíduos e grupos sociais “marginalizados”. A identidade torna-se, assim, um fator importante de mobilização e organização. Assim, a unidade pessoal, que é produzida e mantida pela autoidentificação, passa a manifestar-se também na possibilidade coletiva de reconhecer-se.

Ainda em 1970, os bailes dos subúrbios cariocas deram origem ao movimento de afirmação social, estética e musical da “negritude” que ficou conhecido como Black Rio e desencadeou uma mudança profunda na musicalidade e na “cultura negra” do Brasil. O surgimento do MNU significou um marco na história dos protestos negros pelo país e desenvolveu a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações antirracistas em escala nacional. O objetivo era fortalecer o poder político do movimento negro.

A tônica era contestar a ordem social vigente e, simultaneamente, desferir a denúncia pública do problema do racismo. Nessa mesma época, surgiram importantes celebrações que marcavam a contribuição da “comunidade negra” ao país, mesmo porque, o 13 de Maio⁷ há muito tempo já vinha tendo sua legitimidade contestada. Em 1971, o Grupo Palmares de Porto Alegre (RS), realizou a Semana de Literatura Afro-Brasileira onde, pela primeira vez, o poeta Oliveira Silveira homenageou Zumbi dos Palmares e lançou as bases históricas para a construção do Dia Nacional da Consciência Negra (SOARES, 2016).

No ano de 1978, o então Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MUCDR) lançou o Manifesto Nacional da Consciência Negra, documento considerado o ponto de partida dos protestos e mobilizações de rua da luta contra o racismo. A palavra “consciência negra” convocava a população brasileira a conhecer o conteúdo histórico das lutas da população negra e a atuar na luta contra o racismo. Com o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU), a representação do dia ganhou força, e a data de celebração passou a ser 20 de Novembro (possível data da morte de Zumbi dos Palmares), sendo eleita oficialmente como Dia Nacional de Consciência Negra. O dia homenageia Zumbi, liderança símbolo da resistência negra no Brasil, morto em uma emboscada pelas tropas coloniais brasileiras, no ano de 1695, após sucessivos ataques ao Quilombo de Palmares.

Identifica-se um longo e denso processo de transformação do próprio movimento em si. De acordo com Mattos & Lugão (2005, p. 29) “a emergência de uma identidade negra no Brasil atual só pode ser entendida como construção política”. Entre 1979 e 1985 o cenário

⁷ O 13 de Maio, dia de comemoração festiva da abolição da escravatura, transformou-se em Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo.

político brasileiro foi marcado pela redemocratização e forneceu condições para o surgimento de demandas públicas bastante específicas.

Ao discutir a questão da “identidade negra”, Silva e Silva (2015, p. 154) afirmam que no Brasil, os “movimentos negros” partem do princípio de que:

A Mama-África deve estar inscrita no corpo, de forma que é preciso tornar-se negro. A estratégia para que os militantes absorvam os traços de africanidade e entrem em sintonia plena com as raízes é dada por essa ligação externa que se revela no trato do cabelo, na indumentária a vestir, nos fenômenos culturais a cultivar e também na busca do conhecimento das histórias de África a partir das narrativas de africanidade.

Autores como Munanga (1986) assinalam que a “negritude” assumiu várias acepções ao longo de meio século e podem ser agrupadas em torno de duas interpretações, que se opõem: uma denominada mítica, outra, ideológica. A primeira se ancora nas representações da África, cujos significados seriam os mesmos e provocariam um elo de solidariedade entre todos os negros. O retorno ao passado africano anterior à invasão dos colonizadores ocidentais, através de narrativas que traduzem a grandiosidade daquele continente e o enaltecimento de seu modo de vida, objetivando ressignificar a ideia de África, mal construída e falseada pela dinâmica de colonização. A segunda diz respeito às lutas, ações e projetos que visam as conquistas do negro na sociedade e à discussão de que a “negritude” é uma questão de “tornar-se”, o que exige um posicionamento político diante de situações de opressão das mais variadas ordens, contempladas numa perspectiva histórica.

O diferencial do movimento negro em relação ao conjunto das demais mobilizações sociais e populares que emergiram no Brasil nos anos 1970, era a história (CARDOSO, 2001). Segundo Martins, Ioruba & Gomes (2015, p. 200):

Várias faces e formas de movimentos negros vão procurar na história a chave para compreender a realidade da população negra brasileira”. Impelido pela necessidade de rejeitar a história oficial na construção de uma nova interpretação da sua trajetória (...) o movimento negro distinguiu-se dos demais movimentos sociais e populares.

Os autores destacam a necessidade de se estabelecer uma conexão historiográfica entre os estudos a respeito de ditadura militar, movimento estudantil e redemocratização com a mobilização antirracista das décadas de 60 e 70, as experiências de reflexão de alguns intelectuais negros teriam se cruzado com movimentos sociais, mobilizações e organizações políticas durante esse período. Ressalta-se a polifonia de intelectuais negros e suas organizações e a dedicação dos mesmos para refletir sobre a existência (e superação) da desigualdade racial e suas bases diante de uma sociedade – parte da qual produtora de pensamento social (acadêmico) hegemônico – que sequer admitia o racismo, para além do seu caráter não sistêmico.

Cabe retomar a dimensão de atuação dos intelectuais, sobretudo no contexto da chamada “redemocratização”. Os elementos evidenciados por Pécaut (1990), tornam-se importantes à medida que o autor pontua o deslocamento que se realiza nas concepções da esfera política e a progressiva redefinição do campo intelectual, com o advento do golpe militar em 1964, apontando os caminhos percorridos pela intelectualidade até 1982. Demonstrando a “convicção” que os intelectuais têm de sua “vocação”, por estarem situados em relação à sociedade, no mesmo plano que o Estado, vinculados a um projeto de poder que lhes permite não precisar reivindicar uma posição de elite, já que sua legitimidade decorre justamente de se constituírem enquanto intérpretes do “povo”.

Restando se perguntar sobre os recursos detidos pelos agentes, seus itinerários políticos e profissionais, as estratégias por eles acionadas e as “escolhas” efetuadas nos diferentes momentos das suas vidas e nos variados domínios sociais, abarcando níveis diferentes de práticas de intervenção que estão relacionados aos perfis sociais dos agentes e às “oportunidades” (históricas, políticas, etc.) que se apresentam no decorrer de seus trajetos (REIS, 2007). Acrescentamos a isso a importância de considerar o caráter multidimensional que as representações e práticas dos agentes assumem, podendo se posicionar com a mesma variedade de registros em instâncias que não contam com critérios específicos de definição e, por isso, permitem aos intelectuais acionarem múltiplos posicionamentos e repertórios de mobilização.

Os eventos desencadeados no período do “regime militar” brasileiro contribuíram para a reconfiguração dos repertórios de mobilização e dos espaços de expressão da capacidade de intervenção, sobretudo no que tange à composição dos domínios intelectuais e políticos, dos seus intérpretes e das suas “causas” (CORADINI, 1998; 2001 apud REIS, 2007)⁸. Reis & Grill (2017) demonstraram “a ordenação de três bases de *multinotabilização* das elites políticas no Brasil” conectadas, que confirmam o peso:

- (1) dos grupos familiares de origem, como gênese da aquisição de patrimônios (econômico, cultural, social e simbólico), de apetências e competências; (2) dos trajetos escolares, militantes e profissionais, nos quais podem ser acrescidos ou dilapidados, acumulados ou conquistados, recursos variados, entre eles redes de relações, linguagens e habilidades práticas; (3) da produção de bens simbólicos como explicitação de disposições e oportunidades de tomadas de posição sobre concepções de sociedade, política e cultura compartilhadas e disputadas (p. 137-138).

⁸ Ao analisarem os processos de engajamento dos indivíduos, Silva e Ruskowski (2016) propõem uma ruptura definitiva com perspectivas que naturalizam esses processos. Os autores preocupam-se em discutir a presença e a ausência de determinados mecanismos e as formas como estes se articulam e apresentam significativa variação nas “adesões” dos agentes. Assim, atentam-se para a ação militante não como “dada” ou “natural”, mas como produto de condições e mecanismos dinâmicos e complexos que constituem esses engajamentos.

Considerando isso, a pesquisa possibilita compreender a trajetória de agentes com distintas posições em diferentes domínios sociais. Os autores têm se dedicado ao estudo das imbricações entre investimentos políticos e culturais de parlamentares, demonstrando os processos de diversificação de perfis e repertórios de mobilização desde os anos 1940. Seguindo, de certo modo, na linha da análise de Phéllipeau (2001) dos processos de disputas entre políticos com perfis cada vez mais variados a partir do século XX, decorrentes tanto das transformações macrossociais (econômica, cultural, educacional, etc.) quanto da reconfiguração do imbricamento entre os “notáveis” e os “profissionais”⁹.

No entanto, levando em conta as dinâmicas extra ocidentais (BADIE; HERMET, 1993), Grill & Reis (2016) chamam a atenção para a necessidade de interrogarmos como os agentes têm conseguido se inscrever em diversos domínios sociais, gozando de certa multinotabilidade e multiposicionalidade, acionando uma diversidade de “causas” como as das “minorias” e a “inclusão social”, por exemplo. Seguindo essa agenda de pesquisas, Santos (2018), dedicou-se a examinar a trajetória do senador negro Paulo Paim, descrevendo sobre as diversas manifestações pós ditadura militar, movimentos das “Diretas Já”, dos “caras pintadas”, os “protestos de junho de 2013”, entre outros acontecimentos históricos.

A trajetória de afirmação de Paulo Paim se dá desde as transformações que aconteceram no país com os movimentos de mobilização contra o regime militar, que interferiram em processos de reconfiguração social e política, e das imbricações entre posições políticas, engajamentos militantes e afirmação intelectual (REIS, 2015), o que favoreceu a entrada de categorias, modalidades de intervenção e causas entre as quais estão os negros, os sindicalistas, as mulheres, etc.

Ao se debruçar sobre a análise de livros de confissões políticas publicados por quatro mulheres parlamentares, Reis (2020) demonstra como essas profissionais da política, principalmente desde os anos 1970, acumularam inscrições em distintos domínios culturais e ocuparam posições notáveis no jogo político. Um dos perfis cotejados é o de Benedita da Silva, cuja origem, trajeto e inserções demonstram as condições de afirmação de mulheres trabalhadoras, que falam em nome de questões raciais (tendo em vista que é uma parlamentar negra), sendo ainda representativa da expansão dos segmentos sociais e políticos pertencentes

⁹ Discussões empreendidas por Offerlé (2011) e Phéllipeau (2001) abordam a sociogênese dos papéis dos políticos profissionais, onde os autores sublinham como uma gama de reconfigurações desse “papel político” ocorre, transferindo esse papel dos notáveis, inicialmente, para os técnicos dos negócios e das indústrias “que por sua especialidade pretendem ter voz na condução dos assuntos políticos” (OFFERLÉ, 2011), posteriormente para outras extrações sociais.

à religião evangélica, questões que permeiam o itinerário da agente e “justificam” seus posicionamentos políticos.

A contextualização sobre esse período de efervescência dos movimentos sociais e as discussões até aqui empreendidas, são determinantes para a análise da trajetória de Mundinha Araújo, bem como de sua atuação militante frente a uma das entidades originadas nesse processo. Segundo Mundinha, “tudo foi ajudando em sua tomada de consciência”. Isso porque em 1979, convidada pelo colega Isidoro Cruz Neto¹⁰, ela idealizou as estratégias iniciais para a formação do Centro de Cultura Negra do Maranhão – CCN, que terá forte atuação no estado do Maranhão, sobretudo durante a década de 1980.

2.3. A constituição do Movimento Negro no Maranhão

Como pudemos ver, no Brasil, o Movimento Negro se constituiu gradativamente adquirindo características bastante específicas e certo grau de densidade, muito em função do grande número de referenciais em circulação. Embora tenha existido historicamente uma série de diferentes organizações e articulações do movimento negro brasileiro, pode-se dizer que a existência efetiva do que se conhece como “movimento negro contemporâneo” tenha surgido de maneira mais concreta e estruturada no país durante os anos 1970.

Essa singularidade assumida pelo movimento a nível nacional ou local, dificulta o estabelecimento de uma cronologia fechada que permita enquadrá-lo em fases muito definidas, na medida em que entre as diferentes fases deste movimento durante todo esse período, é possível constatar a presença de elementos comuns e continuidades em relação às formas de atuação e estratégias adotadas por ativistas e organizações (PEREIRA, 2010).

No processo de expansão das lutas do Movimento Negro, uma das entidades que surgiu e tornou-se forte no eixo Norte-Nordeste foi o Centro de Cultura Negra do Maranhão. Com foco na discussão que já vinha sendo travada desde os anos anteriores, o CCN também buscou priorizar a defesa das populações negras e o debate sobre o racismo, principalmente a nível local, se opondo ao chamado “mito da democracia racial”. Nas reuniões que ocorreram

¹⁰ Nascido em Santos (SP). Educador Físico pela Faculdade de Educação Física de Santos. Mestre em Gerontologia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC – SP). Professor aposentado da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Participou da criação do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Maranhão (1977), do Centro de Cultura Negra do Maranhão – CCN (1979) e do Núcleo de Estudos Afro Brasileiros - NEAB/UFMA (1985). Criador do Núcleo de Estudos e Capacitação dos Estudos do Processo do Envelhecimento - NUCEPE/UFMA, tendo-o implantado em 2012, na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI/SANTIAGO – RS. Presidiu a Sociedade Internacional de Educação Física, Lazer e Saúde (SIEFLAS). Diretor de formação do Conselho Nacional de Cineclubes – CNC.

antes mesmo de o CCN se tornar oficialmente uma entidade, a motivação em “despertar a consciência” sobre a “negritude” já era pautada, visando fortalecer a “identidade negra” e incentivar seu reconhecimento por parte dos homens e mulheres negras.

A dimensão da “história” para os “porta-vozes” do movimento negro no estado sempre foi um dos motes de ação. Buscou-se investir em reuniões de formação dos simpatizantes, adeptos e militantes, atentando para a necessidade de reescrever e recontar as narrativas formuladas pela “história oficial”. Em todo o território nacional, estratégias voltadas para a reavaliação do papel do negro na história do Brasil foram adotadas (PEREIRA, 2010) por inúmeras organizações negras.

Entre elas, está a aposta em atuar no âmbito da educação. Especialmente no Maranhão essa investida assume um caráter bastante particular, já que as bibliografias existentes sobre o tema mencionam o nome de Mundinha Araújo não somente como uma das primeiras articuladoras do movimento negro maranhense, mas também como precursora na realização de atividades de conscientização nas escolas do estado por meio de palestras e da elaboração de cartilhas.

A história do movimento a nível local está muito imbricada com a história dela, já que suas inserções e redes (anteriores à atuação no movimento), foram determinantes para favorecer os trânsitos em determinados espaços e recrutar apoiadores. O material que ela produzia como resultado das pesquisas que já vinha desenvolvendo, viabilizou muito o trabalho de produzir versões sobre uma “nova história”, apontando aspectos que ela considerava pouco conhecidos ou não mencionados nos livros de história e se tornou uma extensão das ações que o CCN viria desenvolver.

As redes e relações de amizade que ela mantinha, contribuíram para o intercâmbio de ideias sobre a realidade dos negros em outros estados e para a interlocução com representantes de entidades nacionais e locais. A posse de certos recursos possibilitou que Mundinha pudesse estar presente em alguns encontros realizados fora do Maranhão e tivesse contato com as demandas e reivindicações que vinham sendo debatidas de forma mais ampla, o que lhe permitiu ir agenciando o movimento, elegendo pautas caras à “comunidade negra” e condizentes com a realidade local.

Entre os aspectos mais gerais, o CCN foi idealizado de acordo com alguns eixos de atuação: Educação e Formação, Arte e Cultura; Política e desenvolvimento institucional. Os diversos setores que estes eixos abrangiam tratavam de desenvolver ações nas áreas da educação, política, cultura, arte, entre outros. Assim, apesar do diálogo mantido com

organizações de outras localidades, percebemos que o Centro de Cultura Negra se constitui desde sua pré-criação enquanto uma entidade relativamente autônoma, com trabalhos e agenda própria.

2.4. Breves apontamentos sobre a afirmação de mulheres intelectuais

Historicamente, as lutas empreendidas em torno dos direitos das chamadas “minorias” sinalizam alguns entrelaçamentos. Tendo-se discutido o contexto de emergência do movimento negro, cabe pontuar também a afirmação do movimento feminista e seus desdobramentos, situando a atuação de mulheres intelectuais como consequência das conquistas adquiridas através de suas dinâmicas de mobilização política, tendo em vista também que nossas análises recaem sobre a trajetória de uma agente mulher.

Embora comportando inúmeras diferenças, tanto o Movimento Feminista quanto o Movimento Negro ressurgiram nos anos 1970, ainda marcados pela forte atuação da ditadura militar, sendo pautados por uma luta pela redemocratização, extinção das desigualdades sociais e em busca do exercício da cidadania. Tais movimentos atingiram relativa institucionalização, partilhando uma ideia bastante específica de identidade, que preconizava que entre as mulheres a questão racial não é fundamental; e entre os negros as diferenças entre homens e mulheres são desconsideradas (BAIROS, 1995; CARNEIRO, 2003; RIBEIRO, 1995). Desse modo, esses movimentos acabaram produzindo formas de opressão internas que articulavam o racismo e o sexismo, relegando às mulheres, sobretudo às mulheres negras, um lugar de esquecimento.

É durante a metade do século XIX, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, que o ainda incipiente movimento feminista começou a se desenvolver (CISNE, 2015). Visando contestar as condições impostas às mulheres na sociedade e dotado de uma característica muito particular que deve ser levada em consideração, é um movimento que se caracteriza por produzir sua própria reflexão crítica e sua própria teoria (PINTO, 2010).

Desde o final do século XIX e início do século XX, o movimento feminista se ocupou de inúmeras reivindicações relativas à necessidade de atuação social, sufrágio universal e aos direitos civis e políticos das mulheres, tendo em vista que a elas eram reservados até então, apenas os espaços privados que não ultrapassavam as fronteiras do âmbito doméstico, resultando também em uma “domesticação” delas mesmas. Trazendo reflexões e levantando questionamentos sobre as assimetrias de poder e os chamados “papéis de gênero”, o movimento gradativamente orientou a busca pela equidade entre homens e mulheres em diferentes períodos históricos.

De acordo com Pinto (2010, p. 16), o feminismo aparece como um movimento libertário e:

Aponta, e isto é o que há de mais original no movimento, que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias.

Ressalta-se que, diferentemente dos processos em curso nos Estados Unidos e Europa desde os anos 1960 e do cenário democrático em voga nesses locais, no Brasil, o que se tinha era a forte tensão referente à privação de liberdades e às condições restritivas de mobilização graças ao regime militar. Assim, o movimento feminista local se instaurou e precisou ainda se opor ao momento político que o país atravessava, tendo como pano de fundo um dos mais inflexíveis períodos históricos: a ditadura militar. A ditadura proibia organizações coletivas de cunho político contrárias à militarização e, a partir da censura operando cada vez mais intensamente, o movimento feminista brasileiro, assim como tantos outros que se desdobraram nessa época, ocorria na surdina, amparando-se durante muito tempo na clandestinidade para seguir existindo.

O Brasil apresentava uma dinâmica diversa em relação ao resto do mundo e enquanto na Europa e nos Estados Unidos o cenário era minimamente propício para o surgimento de movimentos libertários, principalmente aqueles que lutavam por causas identitárias, no Brasil o que tínhamos era um momento de repressão total da luta política legal (PINTO, 2010). Safa (1990) destaca que a luta do feminismo no Brasil se confunde com a luta contra a ditadura porque as mulheres aqui precisaram combater a impossibilidade de operar pautas de reivindicação específicas e já superadas pelas mulheres que se organizavam em países em situação democrática.

Conforme apontam Pontes, Rosatti e Reis (2020, p. 102):

A configuração de um cenário público afeito à importação, adaptação e legitimação de uma diversidade de emblemas e identidades ligadas a “minorias”, possibilitadas pela diversificação de perfis e de repertórios legítimos de mobilização política, só foi mais substantivamente esboçado, no país, na segunda metade dos 1970. Especialmente a partir dos meios universitários (acentuando o fortalecimento dos cursos de ciências humanas e sociais), espaço privilegiado, ao mesmo tempo, de encontros de afinidades (sociais, políticas e culturais), de socialização nas causas pertinentes à gramática democrática em pauta e de aquisição de saberes teóricos e de protocolos de luta compatíveis com as aspirações de transformação do mundo social. A partir disso, as intelectuais do feminismo (em vias de profissionalização) se empenharam na realização de congressos, em campanhas e publicações de mulheres sobre mulheres, o feminino, as feministas, etc.

Desde as suas primeiras manifestações, o feminismo brasileiro teve em suas fileiras, intelectuais que se manifestavam por meio de jornais, palestras, revistas, romances e peças de

teatro. Segundo Céli Regina Pinto (2003, p. 85), esta característica propiciou uma aproximação “com o mundo da cultura erudita, mais especificamente com a universidade”, principalmente a partir da década de 1970, dando origem a um feminismo de cunho mais acadêmico no país.

Conforme discute Machado (1994), os movimentos sociais de liberação das mulheres introduziram novas perspectivas e interrogações aos diferentes saberes e à ciência, reivindicando um caráter inovador face à tradição dos saberes disciplinares. Para esta autora, desde o seu início, a “movimentação feminista” articulava crítica ao poder masculino sobre as mulheres e crítica ao saber dominante, denunciando o acesso privilegiado do masculino a ele.

Assim, do ponto de vista dos “movimentos feministas”, toda a categoria sexual das mulheres era percebida ou como oprimida, ou como “outra” em relação a uma humanidade cuja definição mesma fora apropriada pelo caráter masculino. De modo consubstancial aos eventos políticos, uma crítica a necessidade de constituição de um novo olhar teórico, aos poucos reivindicou espaços próprios, como a criação de revistas feministas de caráter prioritariamente teórico e a constituição de grupos de estudos, pesquisas e elaboração teórica junto a instituições universitárias e de pesquisa.

Diversas obras¹¹ contribuíram para o desenvolvimento dos “estudos de gênero” em que o movimento passa a adquirir novas características e as reivindicações que antes eram mais direcionadas à desigualdade de direitos políticos, trabalhistas e civis, passam também a debater as causas dessas desigualdades. O movimento insere em suas abordagens, pautas relacionadas à opressão feminina, discussões em torno da defesa da liberdade sexual da mulher e à construção sociocultural de gênero e dominação, com um discurso mais focado nas hierarquias de poder entre homens e mulheres, refletindo ainda sobre questões como a discriminação e as desigualdades culturais.

Autoras como Gohn (2003), consideram que a principal contribuição dos diferentes tipos de movimentos sociais brasileiros nos últimos anos deu-se no plano da reconstrução do processo de democratização do país. Não se trata apenas da reconstrução do regime político em si, com a retomada da democracia e do fim do regime militar, mas da reconstrução ou construção de novos rumos para a cultura política do país.

¹¹ No final da década de 1940, a escritora francesa Simone de Beauvoir (1908-1986) publica o livro “O segundo sexo”. A obra levantou reflexões sobre o que é ser mulher e os condicionamentos sofridos por mulheres no processo de socialização feminina e alguns anos depois, contribuiu e orientou as reflexões feministas na década de 1960. O livro de Beauvoir trouxe para o movimento feminista uma reflexão do gênero como construção social. Baseando-se nos estudos de Beauvoir, a ativista feminista americana Betty Friedan (1921-2006) publicou em 1963 “A mística feminina”, livro que seria considerado uma espécie de “bíblia” do novo feminismo (PINTO, 2010).

A construção intelectual das questões de gênero responde em grande parte à singularidade dos diferentes contextos políticos nacionais. Os movimentos feministas encontram e constituem suas discursividades, não só se autoalimentando a nível internacional, mas em resposta às suas culturas políticas nacionais. As agendas políticas que visam falar das diferenças de gênero, geralmente se alinham aos debates acerca de questões como as de outras minorias sociais, raciais, “étnicas” ou regionais.

As categorias “mulher”, “gênero” ou “relações de gênero” e também as designações de “estudos feministas”, “estudos da mulher” ou “estudos de gênero”, surgiram em diferentes momentos históricos e são produto da tensão entre as dimensões da singularidade e da universalidade que sofreu o processo de construção, inserção e usos desses termos no âmbito intelectual, sendo cada um deles marcado por influências ora mais acadêmicas ora mais políticas (SORJ, 2004).

Para além de todas as diferenças entre os feminismos, as diversas correntes feministas pautaram em algum nível, o problema do acesso das mulheres à posição de sujeito político e agente enunciativo da palavra. Cabe salientar o caráter interdisciplinar dos estudos de gênero, cuja compreensão exige o intercruzamento e a integração das contribuições entre áreas disciplinares distintas.

O ano de 1975 é considerado como momento inaugural de expressividade do Movimento Feminista, saindo da condição de grupos específicos fechados e intelectualizados para incorporar segmentos sociais que se fizeram presentes em eventos mais amplos que marcaram a participação da mulher na esfera pública (BARREIRA, 2003). Anos depois, com o advento da chamada redemocratização, houve a criação de grupos com efeitos diretos na construção de políticas públicas. Destaca-se o papel exercido por intelectuais feministas e seu trabalho de elaboração de pesquisas, publicações e organização de eventos que consolidaram uma dimensão importante de visibilidade do movimento feminista. Os estudos sobre mulheres e os financiamentos para pesquisa sobre o tema redundaram em inúmeros livros e revistas que se constituíram como veículos com forte poder de difusão de ideias.

Evidentemente, os processos de emergência de princípios e valores que se desdobraram no novo cenário democrático, vieram a favorecer a ampliação de oportunidades de conquista de posições de poder político para as mulheres, ainda que isso não signifique a produção de modificações imediatas quanto ao exercício de atividades por elas desempenhadas nos domínios políticos e culturais (REIS, 2020). No entanto, sinalizou uma ampliação nas chances de entrada em cena de agentes dispostas a participar dos embates simbólicos em arenas

e espaços anteriormente considerados essencialmente “masculinos”, como é o caso da academia.

O período da redemocratização também acentuou as lutas em torno de questões específicas, enfatizando discursos e repertórios de mobilização dedicados à construção de “causas” individuais e coletivas e “bandeiras” (principalmente “identitárias”), com o potencial de ampliar o escopo de atuação dos “movimentos”, trazendo à tona tendências do debate acerca da “pluralidade”. Isso se evidencia, por exemplo, nos tensionamentos levantados por mulheres negras em busca de “transformações narrativas” quanto a um pensamento feminista e a uma produção acadêmica que considerasse as intersecções entre gênero, “raça” e classe como desdobramento desses processos históricos mais emancipatórios.

Na obra “Lugar de negro” (1982), Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg discutem que os espaços destinados à “população negra” são os de subcidadania. Dessa maneira, passa a existir uma hierarquia incontestável: homem branco, mulher branca, homem negro, mulher negra. Desde meados dos anos 1970, as mulheres negras têm elaborado críticas sistemáticas aos movimentos negro e feminista em relação à invisibilidade e à secundarização de questões específicas.

O contexto desfavorável para a participação política das mulheres desde anos anteriores, levou-as à reivindicação por suas especificidades, e gerou conflitos e rupturas nas formas incipientes como os movimentos se apresentavam. Associados às primeiras organizações e entidades negras foram criados diversos grupos de mulheres negras¹² que, de um modo ou de outro, acabaram gradativamente sendo “absorvidos”, na medida em que as militantes negras não se distanciaram da agenda do Movimento Negro, exercendo uma dupla militância, em que procuravam trazer para o conjunto desse movimento, as discussões sobre as opressões específicas que atingem as mulheres negras. Vale ressaltar que as relações de gênero “sempre carregam ressonâncias e atualizam os modelos (elementares) de classificação, quer dizer, formas de avaliar, sentir e agir” (REIS; BARREIRA, 2020, p. 11).

Transitando identitariamente nos dois movimentos, tais mulheres construíram grupos que representam formas híbridas de organização, visando preservar a perspectiva

¹² Conforme apontam Rodrigues & Prado (2010), desde o princípio, houve setores do movimento de mulheres negras que não se desvincularam organicamente do movimento negro, como foi o caso do GM (Grupo de Mulheres) do MNU da Bahia. Outros grupos como o Geledés e a Casa de Cultura da Mulher Negra (SP), o Criola (RJ) e o Maria Mulher (RS), buscaram se articular em ONGs. Houveram ainda mulheres negras que permaneceram mais ligadas ao movimento de mulheres. Nesse sentido, a singularidade do Movimento de Mulheres Negras frente ao Movimento Negro e ao Movimento Feminista revela a existência de conflitos intra e inter movimento, disputas de tendências e de poder, por acesso a recursos e os impasses do modelo ONG versus o modelo Movimento Social de base.

horizontal de gênero e mantendo em relação às organizações negras a centralidade da discussão do racismo. As mudanças em torno do exercício das atividades políticas e militantes conquistadas através das discussões voltadas para a paridade nas dinâmicas de participação e protagonismo de mulheres negras na esfera política do Movimento Negro, obviamente não se deram de forma imediata.

Evidenciando os não-ditos, discursos sobre a “diferença” e reclamando recortes identitários, principalmente durante os anos 1980, as mulheres negras buscaram tensionar a questão do debate racial a partir da perspectiva de gênero, o que acabou por provocar fissuras no interior das organizações políticas já existentes, na medida em que a “raça” tornou-se insuficiente para abarcar a identidade feminina negra e suas múltiplas nuances. Isto posto, cabe perceber que estratégias (pessoais, sociais, políticas e culturais) essas mulheres mobilizam visando adquirir visibilidade social e que estratégias de luta acionam a partir da reivindicação de uma “identidade negra” e de sua condição enquanto mulheres.

Em todo o território nacional, o período de redemocratização propiciou a mobilização e criação de diversos grupos alinhados aos valores democráticos e envolvidos na luta em defesa de direitos sociais e políticos. No Maranhão, foi em julho de 1980, como resultado de uma série de mudanças que essa época possibilitou, que surgiu a primeira organização feminista.

O Grupo de Mulheres da Ilha de São Luís, cuja formação relaciona-se ao aumento dos estudos sobre mulheres e de gênero nos meios acadêmicos, se constituiu como um espaço de reflexão e aprofundamento das questões levantadas no Curso de Extensão Mulher na Sociedade Brasileira promovido pela Universidade Federal do Maranhão e ministrado pela professora Mariza Corrêa da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

Sentia-se a necessidade de discutir mecanismos de ação em prol da garantia de direitos e de combate à violência. Além de ter sido o pioneiro nas lutas feministas no Maranhão, o grupo foi responsável também por socializar o debate sobre a condição feminina nas organizações estudantis, de professores e nos partidos de esquerda e sindicatos (FERREIRA, 2011).

A partir da criação deste grupo, diversos outros emergiram, principalmente ainda durante a década de 1980, com as mais diversas especificações. Entre eles, podemos citar alguns que vieram somar esforços em torno das pautas feministas como o Grupo de Mulheres 8 de Março, Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, União de Mulheres, Espaço Mulher e o Grupo

Viva Maria. Atenta-se ao fato de que dentre esses, o Grupo de Mulheres da Ilha e o Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa desenvolveram atividades sistemáticas e ininterruptas.

Este último, criado em 1986, foi pensado para discutir não somente os temas já reivindicados pelo movimento feminista local, mas também as demandas específicas relativas às especificidades das mulheres negras maranhenses, que se configurava enquanto um fator de conflitos. Nesse mesmo ano, graças à articulação de vários grupos foi criado o Fórum Maranhense de Mulheres com a finalidade de pensar ações de forma articulada no estado objetivando dar maior visibilidade à luta das mulheres com vistas à implementação de políticas públicas.

Segundo Ferreira (2007), já na década de noventa ocorre o surgimento da Pastoral da Mulher, do Grupo Maria Firmina, dos Departamentos da Mulher nos sindicatos e partidos, do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais e de grupos de estudos nas universidades. Destaca-se que em virtude da pressão das militantes feministas maranhenses, ocorreu em 18 de setembro de 1986 a criação da Delegacia Especial da Mulher de São Luís pelo decreto nº 10.221, tendo sido efetivamente instalada em 10 de dezembro de 1987. Ainda que inicialmente não tenha realizado satisfatoriamente o atendimento adequado às mulheres e à apuração dos casos de violência, a delegacia foi uma significativa conquista do movimento.

Anos depois, dentre outros avanços, podemos citar: a criação e instalação de delegacias especializadas de atendimento às mulheres em dezenove municípios; a criação e instalação de casas-abrigo em São Luís e em Imperatriz; a criação do Conselho Municipal da Condição Feminina (Lei nº 3.355); a criação do Fórum Permanente de Defesa da Mulher (Lei Estadual nº 7.502); a criação do Conselho Estadual da Mulher (Lei nº 7.604); a criação da Secretaria de Estado da Mulher (Lei nº 8.559); a criação da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (Lei Complementar nº 104); a criação do Hospital da Mulher (Lei nº 4.787) e do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência “Casa da Mulher” | Convênio nº 128/07 (MARANHÃO, 2010).

3 LÓGICAS DE HIERARQUIZAÇÃO, ATUAÇÃO POLÍTICA E NOTABILIZAÇÃO INTELLECTUAL

3.1. Mundinha Araújo e os “notáveis” da “cultura” no Maranhão

Amparado mais especificamente nos estudos realizados no âmbito do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC/UFMA) que tratam sobre os “porta-vozes” da “cultura” e formas de engajamento militante no Maranhão, este trabalho dissertativo empenha-se também em analisar as redes que a agente investigada integra e vincula-se (REIS, 2001; 2010; 2014; MATOS, 2019; MACHADO, 2018; SANTOS, 2018; GARCES, 2021). Cabe, portanto, situá-la de forma relacional, aos intérpretes de diferentes meios de expressão, enquanto agentes que ocupam posições de relativo destaque, atuando na produção de bens simbólicos, que justificam a posição que ocupam nos domínios culturais maranhenses e legitimam suas concepções de “cultura”.

Esses elementos foram observados e tomados como objeto de reflexão em Reis (2010; 2014) e demonstram como se configuram os domínios culturais no Maranhão, mediante a análise de múltiplas dimensões como os repertórios de mobilização, espaços de inserção e perfis sociais de agentes que disputam a autoridade legítima para definir o que é a “cultura” no estado. Outros autores (MATOS, 2019; GRILL; REIS, 2017) também contribuem imensamente para o entendimento das condições e condicionantes do exercício de “porta-vozes” e intérpretes da “cultura” no Maranhão.

Em um de seus investimentos de pesquisa, Reis & Grill (2017, p. 364) analisaram, especificamente, o trabalho ativo de seleção e eternização de “ícones” através de publicações promovidas por instâncias de consagração voltadas aos domínios e “porta-vozes” da “cultura”. Eles propuseram o tratamento de algumas “obras” como estratégias para apreender mecanismos e processos de constituição de “vultos” que “sintetizariam atributos e valores compatíveis com certas representações legítimas do mundo social” (idem, p. 364).

Os pesquisadores levaram em conta a combinação das propriedades sociais dos autores e das personalidades selecionadas a partir dos perfis publicados e as representações captadas nas caracterizações disponibilizadas, visando apreender os princípios estruturantes no trabalho de consagração, os predicados sociais considerados extraordinários e as categorizações e justificações levadas a cabo por intérpretes autorizados da “memória regional”.

No que se refere ao exercício dos intérpretes da “cultura popular” e à produção de “memórias” no Maranhão, Matos (2019) também realizou investimentos reflexivos que

contemplam a análise da coleção “Memória de Velhos”, que consiste na reunião de livros dedicados a homenagear os notáveis ou chamados “mestres” da “cultura popular” através de suas “memórias”.

Ela evidencia o trabalho (não necessariamente planejado) de produção de uma “identidade regional” e a consequente criação de um corpus literário da “cultura popular” maranhense, formando, juntamente com outras publicações, verdadeiros sistemas classificatórios, produzidos por intérpretes que passam a integrar um “panteão” da “cultura popular”. Assim, a autora se interessa em investigar o processo de consagração dos intérpretes e homenageados da “cultura popular maranhense”, materializado na coleção “Memória de Velhos”, buscando identificar os recursos e noções de legitimação que estruturam as práticas desses agentes.

A coleção “Memória de Velhos” pode ser situada num sistema de investimentos de enquadramento da “memória” por parte de agentes que se colocam como intérpretes da “cultura popular” e que se dedicam à criação de uma narrativa dominante sobre a “identidade maranhense”. Esses referenciais fornecem aspectos para compreender como os “porta-vozes” da “memória”, agentes e instituições que falam em nome dela, conseguem operá-la e produzi-la, objetivando sua própria existência.

No trabalho, eles são informados tanto por fragmentos de “memórias” buscadas em arquivos, registros, livros, etc., quanto pelas narrativas das “memórias” daqueles que eles identificam como “mestres/produtores” de “cultura popular” e, inclusive, por suas próprias lembranças e experiências, que se confundem por seus pertencimentos aos domínios e dinâmicas em nome das quais se posicionam. A partir dos pré-textuais, a autora conclui que os livros analisados formam estratégias de reconhecimento recíproco, levantando a tese de que eles se reconhecem por pertencerem ao que se pode chamar de mesmo domínio social, cultural e político. Assim, torna visível o conjunto de posições de notabilidade assumidas pelos intérpretes nesse processo de construção de “vultos” e como tais posições estão em constantes mudanças e disputas.

A retomada dos perfis biográficos dos agentes privilegiados nas pesquisas supracitadas, indica que eles integram uma rede de intelectuais e intérpretes que atuam ou atuaram como “porta-vozes” da “cultura popular” e do “folclore” maranhense, tais como: Domingos Vieira Filho, Valdelino Cécio, Zelinda Lima, Sérgio Ferretti, Michol Carvalho, Mundicarmo Ferretti e Carlos Lima. Eles também transitam por diferentes domínios (literário, acadêmico, político), conciliando seu envolvimento e investimentos em múltiplas atividades.

Reconhecidos pelos esforços mobilizados em prol da “causa” cultural e consagrados pelas suas “competências” – tendo em vista sua atuação nas instâncias relativas à administração, coordenação e divulgação da “cultura” no estado – garantiram um lugar de destaque nos debates acerca da “cultura popular” e nas instâncias de gestão da “memória” no estado, se consolidando também como referências na produção literária e no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas sobre a temática da “cultura” no estado.

Além de ocuparem cargos de direção/chefia em órgãos vinculados à Secretaria de Cultura, todos detiveram uma atuação ativa no âmbito da Comissão Maranhense de Folclore (CMF). Outras evidências se demonstram, como é o caso da importância que os laços matrimoniais exercem nesse processo, visto que os casais citados na pesquisa (Sérgio e Mundicarmo Ferretti; Zelinda e Carlos Lima) atuaram juntos nas temáticas de pesquisas, o que amplia suas produções escritas e suas inserções em domínios culturais (MATOS, 2019; 2020).

Conforme aponta Coradini (1998), a notabilidade é uma condição geral para integrar e fazer parte dessas instâncias e se configura como uma oportunidade de ampliar os capitais culturais e sociais (REIS, 2010; 2014; MACHADO, 2018; MATOS, 2019). Assim como as redes de relações exercem peso sob a inserção, permanência, projeções e oportunidades futuras que esses agentes podem desfrutar. Vale observar entre esses “porta-vozes”, a preponderância de pessoas brancas ou que não se reconhecem e reivindicam a “identidade negra”. Por isso, é ainda mais importante o estudo de um caso como o de Mundinha Araújo.

Mesmo não tendo transitado em instâncias de consagração cultural ou ocupado cargos relacionados diretamente à cultura no âmbito da burocracia pública, sua própria atuação frente ao processo de fundação do Centro de Cultura Negra e em espaços anteriores a esse período, favoreceu seu percurso intelectual e a aquisição de notoriedade quanto aos assuntos relativos ao tema, o que lhe permitiu, assim como os demais agentes aqui evidenciados, alcançar reconhecimento e destaque.

Os “porta-vozes” têm condições de produzir ao mesmo tempo, sua autoimagem e a imagem coletiva dos grupos e categorias em nome dos quais se posicionam. Posicionando-se como intérpretes dos mais diversos domínios e fornecendo suas interpretações acerca do mundo social, considera-se que esses agentes desempenham um trabalho de dupla representação: “como ‘porta-vozes’ e ‘mediadores’ (representantes) e como ‘autores’ (produtores de representações)” (REIS, 2014, p. 187), conforme abordaremos novamente mais adiante.

Mundinha Araújo assumiu inúmeras vezes o protagonismo nas discussões acerca da “cultura negra”, haja vista que suas produções sempre serviram como “cartilhas” e conteúdos

de “orientação” para os debates realizados pelo “movimento negro maranhense”. Os intérpretes assumem, portanto, o papel de “guardiões especializados do saber, de detentores autorizados do conhecimento, em resumo, de encarregados de discursos” (LENCLUD, 2013, p. 155).

Com base nisso, buscam uma espécie de continuidade do passado com relação ao presente, selecionando um conjunto de elementos, símbolos e/ou imagens que justificam a importância de uma “cultura popular” e “negra”, através também da construção de “lugares de memória” e com isso, obtendo reconhecimento associado à defesa de uma cultura “singular”, “autêntica” e específica, caracterizada pelo apego ao passado e pela necessidade de reafirmar e “resgatar” uma cultura residual, “perdida” ou denegada que precisa reiteradamente ser “conservada” e enaltecida.

De acordo com Nora (1993), à medida que a “memória tradicional” desaparece, emerge o sentimento de obrigação de acumular vestígios, testemunhos, documentos, imagens, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova (NORA, 1993). Através da “autoridade legítima” que os “qualifica”, esses “mediadores” agem no sentido de corresponder a uma “obrigação” individual de “colaborar” com a produção de “memórias” que servem para demarcar e definir o que é ou deveria ser a “cultura maranhense” e a “cultura negra maranhense”, engajados nas lutas pela definição de uma “identidade regional” e “étnica” “autênticas”.

3.2. Mundinha Araújo e as mulheres da “cultura”: elementos para compreender algumas questões de gênero

Entre outras dimensões analíticas, busca-se identificar o que está na base das condições de afirmação de Mundinha Araújo como uma figura feminina “porta-voz” da “cultura negra” no Maranhão, situando-a em relação a algumas outras mulheres “porta-vozes” da “cultura” no estado e os critérios para a conquista de posições bem situadas nos domínios culturais por parte dessas mulheres intérpretes. Assim, cabe examinar suas atuações no processo de formulação de representações sobre a problemática da “cultura” e o trabalho desenvolvido na produção de bens simbólicos. Dessa maneira, almeja-se ter indicações sobre as concepções expressas nos produtos culturais que mobilizam, identificando que elementos preferem ressaltar para definir a “cultura” no Maranhão.

Abordaremos, com alguns limites, discussões de gênero no universo específico de investigação, tendo em vista que as questões relativas ao tema ultrapassam a lógica binária entre homens e mulheres. A preocupação consiste em tomar o “gênero” como categoria de análise. Nesse sentido, a discussão proposta por Scott (1990) que entende o gênero como um sistema

de relações e construções sociais, aproxima-se da abordagem que visamos empreender. De acordo com esta autora, reflete num trabalho de construção social em torno dos papéis a serem desenvolvidos por “homens” ou por “mulheres”. Essas convenções (arbitrárias), por sua vez, condicionam toda uma distribuição de poder desigual entre os sexos.

A discussão proposta por Grill & Reis (2016) sobre panteões da “cultura erudita” e “popular” no Maranhão, demonstra que, dois princípios de hierarquização recaem sobre a problemática de gênero e da divisão do trabalho social pautado em diferenças entre os sexos. Em primeiro lugar, os autores verificaram a menor presença de mulheres em posições de “porta-vozes” da “cultura erudita”, geralmente conduzida e representada por homens; e a presença mais frequente de mulheres entre agentes “porta-vozes” da “cultura popular” (sublinhando que não há separação rígida entre o “erudito” e o “popular”). E, em segundo lugar, que essas “porta-vozes” acabam por desempenhar o papel de “consagradoras” e operadoras, enquanto o lugar de intérprete notável do “popular” segue sendo ocupado por seus amigos ou parentes homens (GRILL; REIS, 2016).

Torna-se necessário compreender, portanto, que a posição de “porta-voz” da “cultura” e da produção de bens simbólicos, deve considerar outros aspectos relacionados aos condicionantes sociais associados aos “gêneros”, de modo que as mulheres intérpretes se inserem em domínios de disputas em relação aos homens, mas também de concorrência entre si.

Machado (2018), examinou os perfis e as concepções de mulheres “intérpretes” da cultura no/do Maranhão. Atuando em diferentes meios de expressão (na literatura: Arlete Nogueira Machado; no artesanato: Débora Baesse; nas artes plásticas: Rosilan Garrido; no patrimônio: Kátia Santos Bógea; na culinária: Zelinda Lima; nas artes cênicas: Lenita Estrela de Sá; na música: Rosa Reis; e na cultura popular: Maria Michol Pinho de Carvalho), essas agentes ocupam posições de relativo destaque, sobretudo, em instituições que regulamentam a “cultura” no estado. Além disso, elas produzem/produziram bens simbólicos, que não só justificam a posição que ocupam nos domínios culturais maranhenses, mas que funcionam como meios de difusão e afirmação das suas “concepções de cultura”.

Desde a vivência familiar até inserções em instituições que regulam o que é a “cultura maranhense”, passando por investimentos em títulos escolares e produções de bens simbólicos, essas mulheres concentram em suas biografias diferentes vínculos com a “cultura maranhense”. Desse modo, a autora pôde compreender o trabalho de construção de “memórias” e da “tradição” que alicerçam e forjam uma “identidade cultural” maranhense por meio dos

posicionamentos dessas agentes. E, no decorrer de suas trajetórias, elas ocuparam ou ainda ocupam diversos cargos administrativos vinculados a instituições que influenciam ou regulam a “cultura” no Maranhão. Elas produzem (cada uma em seu eixo específico) manuscritos, músicas e obras de artes que se relacionam com os seus trajetos.

O que nos permite compreender algumas lógicas de disputa nos domínios cultural e político em torno de classificações do mundo social, os princípios de validação da “cultura” como uma causa legítima no e do Maranhão, o processo de produção e seleção de “memória”, “tradição” e “identidades”, as categorias que se tornam trunfos de legitimação dessas intérpretes da “cultura maranhense”, e, por fim, as práticas de hierarquização e diferenciação de gênero, tendo em vista que elas acabam por serem relacionadas, no universo mais amplo, aos seus homólogos homens.

Para uma breve caracterização dessas agentes, nota-se que elas exerceram cargos administrativos, tendo atuado em instâncias culturais e produzido bens simbólicos de distintos tipos, conquistando reconhecimento como expoentes da gestão do patrimônio, da literatura, das artes (plásticas e cênicas), da culinária, do artesanato, da música e da cultura popular. Participaram, portanto, do trabalho de produção e reprodução dos princípios dominantes de definição da “cultura maranhense”. O cotejamento de seus perfis, percursos e artefatos permitiu, de um lado, atentar para as tomadas de posição de parte das agentes que têm em comum a ênfase na formulação de versões sobre a “história” do Maranhão, e de outro, revelou “concepções de cultura” mais ligadas à “cultura popular” (REIS, MACHADO, GARCÊS, 2020).

Ao discutirem a afirmação de mulheres “porta vozes” da “cultura maranhense”, Reis, Machado e Garcês (2020), identificaram a posição e as representações de agentes que investem na produção de bens simbólicos diversos, na inserção e instâncias de consagração intelectual e na ocupação de posições de mediadoras da cultura no estado. As autoras indicam que geralmente essas agentes parecem pouco dispostas a politizar e colocar em suspenso as lógicas de dominação masculina que permeiam os diversos domínios nos quais se inserem. Muito raramente frisam e questionam as desigualdades de gênero e as injunções que pesam sobre sua posição.

Guardados os devidos limites, a escolha prévia de outras mulheres intérpretes a serem situadas relacionalmente a Mundinha Araújo, deu-se em virtude de “pontos de aproximação” identificados na trajetória de cada uma delas. Especificamente pela dedicação à literatura, trabalho “próximo” ao realizado por Mundinha quanto ao “resgate” de suas memórias familiares e “ancestrais” com um caráter quase “poético”, a eleição de Arlete Nogueira foi

muito em função do peso que as influências familiares exercem sobre seu itinerário. Referenciando o avô como o agente familiar responsável pela transmissão de memórias, Arlete teria “despertado” para o exercício de contar histórias. Tendo sido sua mãe poetisa e escritora, ela “herdou” o “gosto” pela leitura e escrita.

No caso de Mundinha, ela deposita sob o pai a responsabilidade de estimular nos filhos o interesse pela leitura através da aquisição de livros desde a infância. Dentre todos os irmãos, coube a ela a “missão” de investir no “resgate” das memórias familiares e “ancestrais”. Mundinha tem na avó paterna, Ana Raymunda (“Donana”), talvez sua referência familiar mais nítida no que tange à “negritude”, visto que faz sempre questão de evidenciar o fato de que era uma “preta retinta”. Mundinha também costuma ressaltar que sua bisavó, mãe de “Donana” trabalhou durante muito tempo como escravizada. Assim, ela se apresenta como o “ponto de contato” e figura representativa de sua “linhagem negra”. Ao elaborar em uma de suas obras a descendência dos avós paternos, Mundinha descreve “poeticamente” a avó como uma “árvore frondosa” (ARAÚJO, 2012).

Em relação à Mundicarmo Ferretti, a “convergência” com a trajetória de Mundinha Araújo se dá pelo trabalho de dedicação à pesquisa e produção intelectual que ambas desenvolvem. Mundicarmo privilegia questões e problemáticas ligadas às religiões e manifestações de “matrizes africanas” e atribui o fundamento do seu interesse pela “cultura popular” à figura do pai (MACHADO, 2018), tendo ainda conseguido se consolidar como uma “porta-voz” dessa “causa” no Maranhão. Mundinha Araújo encontrou na “cultura negra” a razão de seu “fazer intelectual” o que permitiu com que ela se tornasse uma referência no estado no que tange a essa temática, também graças à sua atuação militante no Centro de Cultura Negra. Ainda que tenham feito tipos diferentes de investimentos em carreiras acadêmicas, tanto Mundicarmo Ferretti quanto Mundinha Araújo adquiriram reconhecimento advindo do trânsito entre domínios que se tornou indispensável para que se estabelecessem como pesquisadoras e intelectuais e fossem assim conhecidas externamente.

O trabalho quase que “devocional” que desempenhou e suas atuações tanto como pesquisadora quanto como “militante e batalhadora em prol da cultura popular no Maranhão” (FERRETTI & LIMA, 2015, p. 273), aproxima a trajetória de Michol Carvalho a de Mundinha Araújo. Michol é reconhecida através de seu intenso engajamento nas “causas populares”. Assim como Mundinha, Michol tomou suas vivências, memórias e “heranças culturais” como norte da sua atuação.

Maria Michol dedicou-se ao trabalho de “resgate” e “documentação” das “tradições” culturais maranhenses preocupando-se com a “preservação” e transmissão dessas manifestações. Sua biografia indica uma proximidade com o “povo” e com o “popular”, advindas de sua origem, o que reforçaria a sua atuação e legitimidade como intérprete das “causas populares” (MACHADO, 2018). Igualmente, esses aspectos acima citados mencionados acerca da trajetória de Michol Carvalho, estão na base do reconhecimento como “porta-voz” da “cultura negra” conquistado por Mundinha.

Isto posto, ressalta-se que somente Mundinha Araújo investiu efetivamente e de forma mais direta em uma atuação militante, o que se configura como um aspecto de “distanciamento” de sua trajetória com relação às demais agentes. O perfil de Mundinha Araújo se destaca por se constituir enquanto uma trajetória específica, o que a distancia da possibilidade de homologias entre as posições que ocupou, diferenciando-se, em alguma medida, também, em relação às demais mulheres intérpretes da “cultura” no Maranhão.

Entre alguns critérios de distinção, é possível citar o fato de a agente não ter chegado a ocupar cargos em instituições vinculadas à “cultura”, bem como estar mais afastada de uma dinâmica de produção mais alinhada à academia, realizando um trabalho intelectual mais “independente” e “autônomo”, que teoricamente busca encontrar ressonância entre os pares situados fora da universidade. Além disso, evidencia-se que Mundinha Araújo não contou com a inserção de familiares nas instâncias culturais do estado, o que poderia ter sido uma “facilitação” para a conquista de um lugar de destaque no âmbito cultural.

Ao contrário das demais agentes, ela chega a reivindicar uma “identidade” que tem relação direta com a “causa” na qual investe, se configurando como um aspecto de “raridade” do seu perfil. A dimensão de gênero torna-se estruturante e pesa nos processos de hierarquização e a dimensão racial se constitui como um desafio, dada a pouca presença de intérpretes negras, o que pode ser mobilizado como “trunfo” quando acionado a partir de uma série de questões relacionadas com o movimento negro.

Considerando que nos reportamos a mulheres atuantes em domínios culturais maranhenses, relacioná-las com o universo mais amplo, que inclui seus homólogos homens é indispensável, pois, “entre a raridade negativa (escassez numérica) e as raridades positivas (ocupação de posições e espécies de produção distintivas), estão os obstáculos e as oportunidades de conquista de um ‘nome próprio’” (REIS, 2020, p. 190). Todo o processo de incorporação e inculcação do que inclui “ser mulher” limita e condiciona as possibilidades de

ações e reconhecimentos ligadas ao feminino, entre elas a exclusão efetiva das mulheres aos espaços públicos de atuação.

Não por acaso, no que tange ao movimento negro no Maranhão, Mundinha Araújo aparece sempre como uma das poucas figuras femininas de referência¹³, o que evidentemente demonstra o papel de destaque que assumiu frente ao Centro de Cultura Negra no estado, mas sugere a “dispersão histórica” do nome de outras mulheres também vinculadas ao processo de articulação e militância, ao menos localmente.

3.3 Trajetória biográfica de Mundinha Araújo

O exame de trajetórias individuais e a análise do perfil biográfico dos agentes e suas propriedades sociais permite refletir sobre padrões e mecanismos sociais mais amplos (BOURDIEU, 1996; GRYNSZPAN, 1990). Cabe considerarmos ainda, os percursos, trânsitos, aquisições, reconversões e inserções dos agentes em diferentes domínios, visando compreender as bases de investimentos e recursos simbólicos mobilizados por eles, que atuam no sentido de legitimar sua posição enquanto “porta-vozes” com efeitos em seus caminhos possíveis.

No tocante à trajetória biográfica de Mundinha Araújo, sua biografia militante é imprescindível para explicar a atuação política e intelectual da agente, bem como a notoriedade e projeção adquiridas em virtude de sua atuação no âmbito do Movimento Negro nacional e local. Deve-se, pois, tomar conjuntamente as características biográficas, tendo em mente que elas se relacionam a uma série de posições sucessivamente ocupadas pela agente, “em um espaço ele próprio um devir e submetido a transformações incessantes” (BOURDIEU, 1996, p.189), investigando os condicionantes que operam na conformação de adesões, modalidades e domínios de intervenção, agilizados em diferentes conjunturas históricas (REIS, 2015).

Sobre a origem social, percurso escolar e trajetória profissional de Mundinha Araújo, o Quadro 1 sintetiza algumas informações.

Quadro 1 – Perfil social de Mundinha Araújo

DATA DE NASCIMENTO	08 de Janeiro de 1943
LOCAL DE NASCIMENTO	São Luís – Maranhão

¹³ Identificamos em documentos e depoimentos alguns nomes de mulheres envolvidas no movimento negro maranhense, mais especificamente citadas como tendo integrado o Centro de Cultura Negra do Maranhão, entre elas: Socorro Guterres, Ana Amélia Mafra, Maria José Silva, Silvia Cristina Leite e Lúcia Dutra, sobre as quais não foi possível obter um volume minimamente satisfatório de informações que nos permitisse reconstituir perfis.

ESCOLARIDADE	Superior
NOME DOS AVÓS MATERNOS	Raimundo José Ribeiro Isídia Lena Frazão
NOME DOS AVÓS PTERNOS	Elesbão Lourenço de Araújo Ana Raymunda de Sá Caldas
NOME DOS PAIS	Neusa Valeriano Ribeiro Araújo Eugênio Estanislau de Araújo
ESCOLARIDADE DOS PAIS	Mãe – Primário Pai – Médio
PROFISSÃO DOS PAIS	Mãe – Dona de casa Pai – Tipógrafo Funcionário Público

Ao recontar sua própria trajetória, a agente menciona que naquela época, quem tinha o curso primário e o nível médio como seu pai, “ainda vivia bem” (ARAÚJO, 2019). Destaca que ele trabalhou durante muito tempo na antiga Estrada de Ferro São Luís-Teresina. Desde muito pequeno, aprendeu o ofício das artes gráficas e por ser um “trabalhador das letras”, conciliava o cargo de funcionário público com “bicos” em jornais para sustentar os catorze filhos, dos quais dois faleceram ainda na primeira infância.

Segundo ela, a família vivia “sem luxos ou vontades” e Eugênio investia principalmente em alimentação, educação, saúde e lazer, garantindo tudo o que era necessário, inclusive livros. Por ser uma prática nas famílias pobres, classe média baixa (ARAÚJO, 2004), Mundinha conta que a avó paterna incentivou todos os filhos a aprenderem um ofício. Coube a Eugênio Araújo, desde então, a dedicação às artes gráficas, mesmo antes de ingressar na REFFSA. Entendemos como pertinente pontuar o peso da dimensão familiar, sem, no entanto, tomar a “família” como algo que decorre de uma existência natural ou linear, mas como lugar de concentração e “concertação” de meios – considerando-a enquanto fonte primeira de produção de vereditos positivos ou negativos (BOURDIEU, 1994;1996). Assim, destacamos a influência que o pai exerceu no “gosto” que Mundinha cultivava por atividades de arquivo, registro e editoria de textos e documentos.

Desde o final dos anos 1950, Eugênio começou a adquirir equipamentos para montar sua própria gráfica e a trabalhar em casa. Assim, Mundinha e as irmãs passaram a auxiliá-lo diretamente nas atividades que envolviam a impressão e o colecionamento. Sendo “criadas de certa forma, envolvidas com as letras, com editoração, com gráfica” (ARAÚJO, 2004, p. 3-4). Segundo Araújo (2014), o senhor Eugênio abriu sua primeira tipografia com

algumas máquinas manuais, que posteriormente viria se transformar na Gráfica Relâmpago, tendo se tornado um dos primeiros empresários negros ligado ao ramo da editoração e das letras na cidade de São Luís. Por terem sido “criados com livros”, Mundinha atribui ao incentivo do pai seu interesse pela leitura e escrita. A gráfica lastreou economicamente a família, possibilitando altos investimentos na educação dos filhos e netos.

Todas as filhas mulheres, incluindo Mundinha, conseguiram chegar à faculdade. Fato surpreendente para uma família negra do século XX. Os filhos homens, com exceção de José Eugênio que formou-se economista, teriam enveredado para a música. Ela considera que a maior referência familiar é a ascendência paterna, tendo em vista que a mãe era órfã e que a “grande família do lado paterno” praticamente adotou dona Neusa.

A agente reiteradamente menciona que é bisneta de negros escravizados. Refere-se sempre com especial apreço à “Donana” ou Ana Raymunda de Sá Caldas, sua avó paterna, “preta retinta”, como ressalta por ocasião de inúmeras entrevistas concedidas a diversos pesquisadores. “Donana” costumava dizer que havia nascido sob o tempo do “Ventre Livre”¹⁴. Mundinha conta que em suas pesquisas buscou, sem sucesso, encontrar o batistério da avó. Ana Raymunda teria “herdado” o nome “Sá Caldas” das senhoras “donas” de sua mãe, tendo com elas também aprendido “modos europeus” e a ler.

Elesbão Araújo, avô paterno de Mundinha, “considerado branco por todos” (ARAÚJO, 2019), era dono de padaria e de um grande comércio de secos e molhados¹⁵ na área que hoje corresponde à região central de São Luís (ARAÚJO, 2004). Viveu em regime de concubinato¹⁶ com “Donana”, com quem teve dez filhos. Sempre deu assistência material a eles, mas acabou casando-se com Clotilde dos Santos, uma jovem vizinha portuguesa. Em 1925, comprou para a família a casa em que a mãe de “Donana” teria trabalhado como escravizada. Em suas buscas pela própria origem familiar, Mundinha descobriu que o avô também era filho de uma mulher negra escravizada com um rico fazendeiro branco.

Nas lembranças de Mundinha, a mãe, dona Neusa, era uma figura autoritária e de poucas demonstrações de afeto, mas preocupada com a criação dos filhos. Costumava mantê-los em casa interagindo uns com os outros, pois acreditava que “na casa alheia o malfeito nunca

¹⁴ A lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre, é considerada um marco no processo abolicionista brasileiro e, assim como a Lei Eusébio de Queiroz (1850) e a Lei dos Sexagenários (1885), fez parte de um conjunto de medidas que buscavam equacionar o problema da escravidão durante o período imperial, culminando na promulgação da Lei Áurea em 1888.

¹⁵ Armazéns comerciais muito comuns que costumavam vender gêneros alimentícios *in natura* e a granel, produtos “por litro” em sua grande maioria de origem artesanal, utensílios domésticos, entre outros itens.

¹⁶ Maneira como eram chamadas na época, as uniões que não eram formadas pelo casamento e não possuíam aprovação legal.

era feito pela criança da casa, mas pela criança de fora”. A convivência sempre em família, de alguma forma acabou (ao menos no âmbito doméstico) “evitando” algumas vivências constrangedoras com relação à discriminação.

Quadro 2 – Percurso escolar de Mundinha Araújo

ANO	NÍVEL
1950 – 1956	Curso Primário
1957 – 1960	Curso Ginásial
1961 – 1963	Curso Normal
1971 – 1975	Superior

Maria Raymunda descreve-se como uma criança muito introvertida, tímida, curiosa e observadora. Aprendeu a ler no Instituto Raimundo Cerveira, escola particular e segundo ela, uma das mais caras da época, de onde saiu em meados de 1953 – em virtude de já possuir muitos irmãos e seu pai não conseguir mais arcar com os custos de mantê-la estudando em uma escola privada – tendo concluído o nível primário na escola Justo Jansen. Eugênio achava que os filhos deveriam frequentar as escolas – mesmo as públicas – “que tivessem o nome” (ARAÚJO, 2004, p.4). Aos 11 anos de idade, Mundinha realizou o exame de admissão para o Instituto de Educação, onde concluiu seu ciclo de estudos. Assim como a maioria das mulheres do século XX, pôde através do curso normal inserir-se no mercado de trabalho e em 1964 tornou-se professora do Instituto dos Ferroviários, tendo também lecionado em diversas escolas da rede estadual até o ano de 1975.

O parentesco foi determinante e também influenciou o processo de inserção de Mundinha em determinados espaços, como é o caso do Instituto dos Ferroviários:

Nós fomos em um evento que teve lá. Era um misto de clube e funcionava a escola. E o meu pai, conversando com a assistente social lá desse Instituto, disse: “Aqui tem uma escola, eu estou com duas filhas que tiraram o curso normal agora. Quando tiver uma vaga aqui, dava para a senhora arrumar?” O meu pai também era muito respeitado na RFFSA, uma pessoa que tinha assim uma projeção, todo mundo gostava muito dele. Aí ela disse: “Para o curso...” Não se falava fundamental. “Primário todas as séries já têm professores”. Imagina, quem ia deixar um federal, uma nomeação, um contrato, era um serviço prestado, mas era federal. Quem entrou não sai mais. “Mas eu posso arrumar para ela ser recreadora, que ainda não tem. Para brincar com as crianças” (ARAÚJO, 2004, p. 26).

Mundinha acredita que entrou com o pé direito na escola dos filhos dos ferroviários, a elite trabalhadora da época (ARAÚJO, 2004), tendo em vista que ali obteve boa remuneração para uma profissional recém-formada, recebendo inclusive, três vezes o valor pago às recreadoras nomeadas. Exerceu durante um ano a função apenas para garantir a vaga, porque

não gostava e porque mantinha o desejo de lecionar. Além de recreadora, ela costumava ajudar uma das professoras responsáveis pela primeira série, já que a turma possuía um grande número de alunos. Essa foi justamente a razão pela qual a turma foi dividida e, no ano seguinte, Mundinha foi convidada a assumir como professora.

Considera que a experiência no Instituto dos Ferroviários contribuiu para ver “mais de perto esse lance da discriminação” (ARAÚJO, 2004, p. 28) e fez com que se sentisse mais à vontade para abordar o assunto com alunos, professores e famílias dos alunos. O magistério também teria sido libertador quanto à melhora de sua timidez e por permitir que ela ensinasse desde o início crianças negras, tendo ainda lhe dado a oportunidade de falar, estudar mais e coordenar atividades artísticas.

Atentamos ao fato de que Eugênio não mediu esforços no que diz respeito ao investimento intelectual dos filhos, seja na tentativa de mantê-los em “boas escolas” ou priorizando a aquisição de livros. O que sugere que a educação se constituiu, portanto, como uma estratégia de ascensão também intelectual, o que por si já configura um caso bastante distintivo. Mundinha e os irmãos puderam, a partir das condições do pai em lhes proporcionar isso, acumular recursos culturais que, sobretudo no Brasil, não são facilmente acessados por homens negros e principalmente, por mulheres negras.

Apesar de não considerar ter sofrido racismo na escola, afirmar que a “questão de cor” não era pautada pela família e que não era possível levantar uma “bandeira de negritude” com tanta gente “miscigenada” em casa, Mundinha teve os cabelos alisados por sua família assim que foi aceita no exame admissional, prática aceitável e comum entre as mulheres negras admitidas pelo Instituto de Educação naquele período. Em 1967, após retornar de uma viagem de férias ao Rio de Janeiro, chegou a São Luís decidida a “assumir” seu cabelo natural.

Segundo ela, a partir desse momento – inspirada pela liberdade de imagem que o “movimento hippie” propagava – deixou de ser vista como “uma negra igual a todas as outras” e começou a sentir que era diferente aos olhos da sociedade da época. Ainda no final da década de 1960, através do acesso aos jornais, revistas e da televisão, Mundinha teve contato com notícias e reportagens acerca da luta dos negros norte-americanos por direitos civis e sociais, principalmente com a figura de Angela Davis, do grupo musical Jackson Five e do cantor e ator brasileiro Toni Tornado. A “estética negra” defendida e assumida por essas personalidades permitiu que Mundinha construísse certa “identificação” e passasse a ostentar definitivamente seus cabelos crespos.

Após essa decisão, ela conta que em São Luís, foi reiteradamente rejeitada, vaiada e verbalmente violentada pela vizinhança e pelos chamados marreteiros. Esses episódios teriam impulsionado sua postura combativa em defesa de assumir os “traços” de sua “negritude” dentro e fora de casa, já que passou a contestar a mãe para que não alisasse os cabelos de suas irmãs. Conta que a partir daí, começou então a fazer seu “próprio movimento”.

Figura 3- Mundinha Araújo em meados da década de 1980



Fonte: Arquivo pessoal de Mundinha Araújo

Em 1971, graças ao convênio firmado entre o governo do estado do Maranhão e a Universidade de São Paulo (USP), Mundinha passou a cursar Comunicação Social na Federação das Escolas Superiores do Maranhão, instituição que posteriormente daria origem à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Ao refletir sobre seu percurso escolar, a agente considera que sua educação foi muito mais “informal”, já que as “coisas pelas quais se interessou depois”¹⁷ não foram adquiridas na escola.

Quadro 3 – Inserções culturais de Mundinha Araújo

PERÍODO	INSTITUIÇÃO
1972	Laboratório de Expressões Artísticas – LABORARTE
1973	Coral da Fundação Universidade do Maranhão

¹⁷ Referindo-se ao seu engajamento militante e inserção no Movimento Negro.

Conforme formula Lahire (2002), os indivíduos acumulam uma significativa gama de experiências em inúmeros contextos sociais fabricados em universos sociais variados aos quais pertenceram no transcorrer de suas biografias. As multinotabilidades e multiposicionalidades (GRILL & REIS, 2016) desses agentes advêm de seu trânsito e flexibilidade de ação nos mais variados domínios sociais, nos quais podem atuar e mobilizar seus repertórios.

De acordo com Reis (2010), a multiplicidade de recursos, lógicas e estratégias se traduzem nas igualmente múltiplas posições desfrutadas pelos agentes, e é, portanto, produto e produtora das ligações que eles estabelecem no decorrer dos seus itinerários. Não raro, a busca pelas propriedades sociais dos agentes no trabalho de reconstituição de trajetórias, sugere um contato anterior com a “causa” ou inserção prévia em instâncias culturais.

Mundinha Araújo ressalta que durante toda sua trajetória sempre participou da vida cultural da cidade de São Luís e desde muito cedo assumiu a postura de “levar adiante a luta pelos direitos humanos” (ARAÚJO, 2019) mesmo sem possuir nenhum engajamento direto com qualquer instituição ou movimento. Costumava ir a oficinas, teatro e cinema com certa frequência, pois sempre esteve “em meio aos artistas”. Por essa razão, em 1972 passou a integrar o Laboratório de Expressões Artísticas (LABORARTE)¹⁸, onde fez teatro e constituiu uma rede de contatos importante para sua atuação militante.

Conta que ainda criança gostava de escrever e cantar com as mulheres de sua família, o que a levou na juventude, mais precisamente em 1973, a se interessar pelo coral da então Fundação Universidade do Maranhão. No coral composto por diversas mulheres negras, Mundinha destacou-se com seu cabelo “*black power*” e tornou-se, segundo ela, uma referência na cidade, já que posteriormente as demais coristas decidiram abandonar os cabelos alisados e assumirem seus “traços naturais”.

Quadro 4 – Trajetória profissional de Mundinha Araújo

PERÍODO	INSTITUIÇÃO
1975 – 1985	Instituto de Pesquisas Econômico-Sociais e Informática

¹⁸ O LABORARTE é um grupo artístico independente, com 35 anos de trabalhos desenvolvidos no Maranhão, produzindo nas áreas de teatro, dança, música, capoeira, artes plásticas, fotografia e literatura. O grupo está sediado num casarão colonial no centro de São Luís e desenvolve atividades culturais permanentes.

1985 – 2003	Arquivo Público do Estado do Maranhão
-------------	---------------------------------------

A partir de 1975, foi admitida como técnica em Comunicação Social no quadro de servidores do estado no âmbito do Instituto de Pesquisas Econômico-Sociais e Informática – IPEI, realizando a atividade de editoração de textos. Leitora assídua, Mundinha recebia jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo assinados pelo IPEI, possuía o hábito de arquivar reportagens que diziam respeito às lutas antirracistas travadas nesses estados e começou a comprar livros de autores como Florestan Fernandes para aprofundar seu conhecimento sobre essas pautas.

Ela destaca que desde sua atuação como professora do magistério no Instituto dos Ferroviários, já vinha inserindo discussões acerca das questões “étnico-raciais”, tendo em vista que a instituição era majoritariamente composta por alunos e professoras negras. Desde então considera que foi “formando e informando” (ARAÚJO, 2019) e construindo um acervo com recortes, notícias e outros materiais divulgados referentes à questão racial, pois no Maranhão pouco se falava a respeito disso, já que no Brasil como um todo se propagava o mito da “democracia racial”.

Em 1985, pediu para ser realocada do IPEI para o Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM, tendo em vista que naquela época já vinha desenvolvendo algumas de suas pesquisas no órgão. Sobre suas motivações para solicitar sua transferência para o Arquivo Público, ela comenta:

Aí eu disse: “O mais certo é eu pedir para ser realocada para o Arquivo Público e lá eu dou um jeito de ficar trabalhando só com pesquisa”. E foi isso que eu fiz. Pedi para o Secretário solicitar minha realocação. Aqui é bom porque a cidade é pequena e todas as pessoas te conhecem. E eu, se já era conhecida, com o movimento fiquei muito assim, as pessoas querendo também fazer a sua parte. Aí eu falei para o secretário: “Mas eu quero trabalhar só com escravidão. Quero ir para lá para continuar a pesquisa”. Ele disse: “Não tem problema. Só de ter uma pessoa que quer trabalhar só com pesquisa, eu te garanto que quem vai ganhar é o Maranhão”. Aí teve uns três secretários e eu continuei, e eles sempre me deixando. Quer dizer que tudo não foi só da vontade de eu querer fazer. Eu também tive pessoas que colaboraram para que eu fizesse isso. E é um compromisso, não só com a população negra, mas para essa sociedade que eu disse que ia para o Arquivo Público para pesquisar sobre o negro (ARAÚJO, 2004, p. 78).

O secretário em questão era Jomar Moraes, à época Secretário de Cultura do Estado do Maranhão. Nesse período, o Arquivo Público estava vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, logo, todos os processos relativos ao órgão eram subordinados a ele. Jomar¹⁹ foi

¹⁹ Nascido em Guimarães, Maranhão (1940-2016). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA (1976). Especialista em Direito Empresarial pelo convênio Universidade Federal do Maranhão – UFMA/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA/Universidade de Brasília – UnB (1977). Especialista em Comunicação Social pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA (1984). Mestre em História

advogado, tendo se autodefinido como pesquisador, ensaísta, cronista, crítico e historiador da literatura maranhense (REIS, 2014). Ocupou diversos cargos em instâncias vinculadas à cultura no Maranhão. Entre 1987 a 1988, integrou a Comissão Nacional do Centenário da Abolição e a Comissão Nacional do Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual.

Enquanto Secretário de Cultura, atendendo a um pedido do Arquivo Nacional, Jomar foi o responsável por sugerir o nome de Mundinha Araújo como técnica monitora que representaria o Maranhão nessa última Comissão, por segundo ela, considerá-la a “pessoa mais indicada” (ARAÚJO, 2004, p. 78). As inscrições de Moraes entre 1987 e 1988, demonstram minimamente sua proximidade com a questão “étnico-racial”, assim como a ligação pessoal e amizade mantida entre ele e Mundinha indicam “facilitações” quanto à conquista de cargos ou de posições de destaque em espaços que lhe possibilitaram certa visibilidade. Desse modo, estão envolvidos nessa relação critérios de respeitabilidade, “identificação”, admiração, confiança e reciprocidade, sinalizando o peso das redes e o quanto elas são importantes no sentido de favorecer os trânsitos e resguardar certas oportunidades.

Entre 1989 e 1990, foi chefe da assessoria do Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado (SIOGE) e, no ano seguinte, foi nomeada para dirigir o Arquivo Público do Estado, onde coordenou o Projeto de “Dinamização das Ações do Arquivo Público do Estado do Maranhão: o Plano Editorial do Arquivo Público”, passando a orientar, coordenar e treinar uma equipe com o objetivo de organizar e inventariar o acervo material e documental da instituição. Segundo ela, nesse período, já havia feito muitos cursos no Rio de Janeiro, o que contribuiu para que ela fosse designada a chefiar tal atividade. Ao todo, permaneceu 18 anos como servidora pública do APEM, sendo 12 destes atuando como diretora.

A agente costuma afirmar que considera que seu “despertar” para a questão do racismo deu-se desde muito cedo. É particularmente interessante também que o engajamento militante da agente tenha sido fortemente motivado pelo irmão, José Eugênio, que nunca chegou a dedicar-se às mobilizações pela “causa negra”, ainda que tenha vivenciado situações

pelo convênio Universidade Federal do Maranhão – UFMA /Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2002). Doutor Honoris Causa da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA (2010). Membro ocupante da cadeira de número 10 da Academia Maranhense de Letras (AML); Diretor do Serviço de Administração da Secretaria de Educação e Cultura (1970-1971); Diretor da Biblioteca Pública do Estado do Maranhão (1971-1973); Diretor do Departamento de Assuntos Culturais da Fundação Cultural do Maranhão (1973-1975); Diretor do Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado - SIOGE (1975-1980); Diretor do Departamento de Assuntos Culturais da Universidade Federal do Maranhão (1981-1985); Secretário da Cultura do Estado do Maranhão (1985-1987) (PORTAL AML).

de opressão e episódios de racismo quando esteve fora do Maranhão, numa cidade cujo cenário de efervescência política e de influências ideológicas externas “mais evidentes” no eixo Rio-São Paulo, poderiam ser uma variável que “favorecesse” sua inserção ou militância no movimento. Aos 17 anos ele teria ido morar no Rio de Janeiro para concluir a escola técnica.

Em suas vindas ao Maranhão, costumava relatar episódios de racismo vivenciados na capital carioca que não sentia quando estava em São Luís. Para Mundinha, foi a partir disso que a família começou a sentir como o preconceito se manifestava e a perceber que viviam uma ilusão (ARAÚJO, 2004). José Eugênio teria inserido a discussão racial em casa e trazido a “consciência de negritude”:

“Bota na cabeça de vocês...” Primeiro ele disse que já estava começando o movimento *black power* nos Estados Unidos. Aí ele já vem com o cabelo também e diz: “Parem de alisar esse cabelo. Fica horrível. E preto tem que usar o cabelo como é.” E ele fala assim: “E vocês não são mulatas coisa nenhuma. Nós todos somos pretos”. Esse nosso irmão que começa a discutir a questão racial com a gente dentro de casa. E a gente começou, foi uma fase..., mas isso era todo o tempo, ele vinha de férias e o nosso assunto era só esse. (ARAÚJO, 2004, p. 31)

Chama atenção que uma mulher, negra, sem familiares previamente inseridos em instâncias culturais, intelectuais ou políticas e não integrando ativamente nenhum grupo vinculado à “causa racial”, tenha ganhado tal projeção e sido bem sucedida quanto à aceitação de seus posicionamentos. A própria ausência de conteúdos produzidos localmente e informações relacionadas a essas questões teria contribuído para seu “interesse pessoal” em construir fontes que servissem de orientação e estudos sobre a temática “negra”. Sua inserção no Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Estado do Maranhão (IPEA) permitiu que ela constituísse um significativo acervo bibliográfico e reunisse um grande volume de materiais que possibilitaram a produção de textos de sua autoria, que serviram de referência para as sessões de estudos realizadas durante as reuniões que antecederam a criação do CCN.

4 INSERÇÕES CULTURAIS DE MUNDINHA ARAÚJO, ENGAJAMENTO MILITANTE E O COMPROMISSO COM A “CAUSA” RACIAL

4.1. O Centro de Cultura Negra e a questão “étnico-racial” no Maranhão

Como descrevemos no capítulo 2, foi a partir da atuação do Movimento Negro Unificado (MNU), criado em 1978 com o objetivo de lutar contra a discriminação racial que outros grupos e frentes de luta com demandas específicas foram se constituindo e se espalharam por quase todos os estados brasileiros. No Maranhão, o contexto político local era marcado pela efervescência de diversos “movimentos populares” que eclodiram e coincidiam com o momento histórico nacional, entre os quais destaca-se a chamada “Greve da Meia Passagem”²⁰. Uma das entidades surgidas no momento inicial de reabertura política da década de 1970 foi o Centro de Cultura Negra do Maranhão, primeira organização do Movimento Negro contemporâneo no estado.

O MNU havia decidido comemorar o Dia da Consciência Negra elegendo o dia 20 de novembro como data simbólica que acabou sendo aderida pelos grupos que vinham se organizando em quase todas as regiões do Brasil. Sabendo da mobilização que havia entre os “movimentos negros” para a celebração deste dia, Isidoro Cruz procurou Mundinha Araújo propondo que realizassem alguma atividade comemorativa também em São Luís.

No entanto, apesar de todo o investimento anterior em debates e discussões em diversos espaços em que circulou, Mundinha teria feito ao colega o seguinte questionamento: “Aqui não tem negro, só tem “moreno”, não tem uma consciência. Como vamos comemorar o dia da consciência negra só porque em São Paulo e na Bahia estão fazendo isso?” (ARAÚJO, 2014), referindo-se ao fato de que mesmo o Maranhão sendo formado por uma população majoritariamente negra, ainda não havia esforço em “assumir uma identidade”, o que inviabilizava uma comemoração neste sentido no estado.

Mundinha Araújo considera que uma de suas grandes influências foi o médico e político Cesário Coimbra²¹ com quem se consultava juntamente com a família, e que teria estimulado a criação de um grupo para discutir algumas questões ainda na década de 1970:

²⁰ Greve protagonizada por estudantes secundaristas e universitários ocorrida em São Luís, Maranhão, no ano de 1979. O movimento figura como o de maior mobilização já registrado na história ludovicense, deu-se após o terceiro aumento das passagens de ônibus no mesmo ano pelo então prefeito Mauro Fecury. Tendo como reivindicação central a adoção da meia passagem para estudantes, a greve ficou marcada pela forte repressão policial aos manifestantes em passeatas e assembleias e pelo grande número de adesões de diversos segmentos da sociedade civil (AGÊNCIA TAMBOR).

²¹ Cesário Guilherme Coimbra (1908- 1993), nasceu em Cururupu, Maranhão. Formou-se em medicina e ingressou no Exército como primeiro tenente-médico em 1947. Eleveu-se deputado estadual pelo Maranhão no pleito de 1954 e assumiu a cadeira em fevereiro do ano seguinte. Entre 1957 e 1961 foi secretário de Saúde e Assistência

O doutor Cesário Coimbra ocupou cargos, foi deputado estadual, deputado federal, era rico, tinha fazendas no interior e estudou no Rio Grande do Sul. E quando estudou lá, ele foi de movimento, de uma associação dos negros de cor. Uma vez ele me mostrou o estatuto. Ele já tinha alguma vivência de organização. E quando eu ia me consultar, ele gostava muito de conversar comigo, e dizia para a minha mãe: “Sua filha é muito inteligente, gosto de conversar com ela.” E nós começávamos a falar de preconceito, discriminação, e ele dizia: “Olha, aqui se precisa criar um grupo. Nós precisamos criar um grupo para ver essas questões.” Se teve alguém que me influenciou foi o doutor Cesário Coimbra (ARAÚJO, 2004, p. 37).

Apesar das dificuldades que se apresentavam, Mundinha e Isidoro recrutaram algumas pessoas, a fim de decidir como e onde se reuniriam para estudar e discutir essas pautas. A primeira reunião ocorreu em 19 de setembro de 1979, em uma sala cedida pela recém-fundada Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH)²², com a participação de oito pessoas. Os encontros aconteceram nesse local durante cerca de um mês. Nesta reunião, além da série de depoimentos sobre a constatação da existência de preconceito e discriminação racial no Brasil, considerou-se também, que sendo o Maranhão um “estado negro”, poucos estudos e trabalhos científicos haviam sido desenvolvidos e publicados sobre a temática racial.

Tratou-se da situação do grupo que seria a princípio um grupo informal de estudos, desvinculado de instituições oficiais. Além disso, os participantes decidiram que deveriam escolher um coordenador para selecionar e divulgar textos a serem estudados e discutidos, pois, havia um consenso de que se fazia necessária uma preparação intelectual almejando a expansão do movimento. Firmou-se ainda o compromisso dos primeiros integrantes em desencadear um processo de arregimentação de novos membros para o CCN.

Em 21 de setembro foi realizada a segunda reunião do grupo, onde decidiu-se convidar pessoas engajadas em trabalhos na comunidade e professores universitários para que pudessem partilhar depoimentos sobre a situação dos negros. A partir da terceira reunião, datada de 12 de outubro de 1979, o número de participantes foi aumentando gradativamente. Entre as proposições apresentadas no encontro, estava a elaboração de um jornal. Em dezembro do mesmo ano, Mundinha viajou ao Rio de Janeiro para conhecer a atuação e funcionamento de entidades negras de outras regiões do país, como o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) e o Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

do Maranhão, durante o governo de José de Matos Carvalho. Candidatou-se a deputado federal nas eleições de 1958 e 1962, alcançando a terceira e a segunda suplências, respectivamente. Assumiu a cadeira de deputado federal em 1960, 1962, 1964 e 1966-1967. Nas eleições de 1982, candidatou-se ao governo do Maranhão, mas não obteve êxito (PEREIRA, 2010).

²² Mundinha teria integrado um comitê político no ano de 1978, do qual também fizeram parte um grupo de pessoas envolvidas na criação da SMDH, o que teria facilitado a interlocução com os representantes da instituição quando da concessão da sala (ARAÚJO, 2004).

No retorno a São Luís, já havia idealizado a estruturação e formalização²³ do que posteriormente seria o Centro de Cultura Negra do Maranhão. Ela teria sugerido que inicialmente o objetivo fosse de organizar um grupo de estudos, pois havia a necessidade de um trabalho de formação de base. Ainda no início, no período em que se reuniam na sede da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, entre outros frequentadores, os encontros contavam com a presença de alguns jornalistas, o que segundo Mundinha, gerou alguns problemas, já que eles tinham o costume de veicular informações que até então não era da vontade dos militantes que fossem disseminadas:

É que todos os dias eles botavam no jornal. E era um jornal sensacionalista: “Hoje os negros estão se reunindo para não sei o quê...” E tudo que a gente discutia às vezes não era para estar sendo divulgado. Eles já estavam botando. E foi gerando uma expectativa na população. Ninguém sabia que negros eram esses. “O grupo de negros...” aí começou, tanto que uma senhora uma vez, conversando comigo, não sabia nem que eu fazia parte: “Mundinha, tu já ouviste falar em um grupo de negros?” Aí eu disse: “O que foi?” Ela disse: “Menina, tu achas isso uma loucura? Eles querem fazer como se fosse Estados Unidos. Isso é uma loucura!” Eu disse: “Não é loucura não dona Maria. Eu estou no grupo”. Ela ficou toda sem jeito. E assim: muita confusão (ARAÚJO, 2004, p. 60).

Em outubro de 1979, em uma reunião em que também estiveram presentes “uma turma do PDT” (ARAÚJO, 2004), Neiva Moreira e um grupo de retornados do exílio, os mesmos jornalistas haviam convidado Gilberto Gil – que estava em São Luís para realizar um show – para conhecer as mobilizações dos negros que iniciavam na capital. Desde então, eles teriam ficado conhecidos pelos militantes. Em novembro do mesmo ano, chegaram a publicar uma manchete de primeira página que viria causar preocupação nos participantes²⁴ e contribuiu para o afastamento das pessoas, que ainda desconhecendo os objetivos e as propostas de trabalho do grupo, começavam a duvidar da seriedade do mesmo:

Fizeram uma manchete de primeira página: “Negros realizarão congresso no Maranhão”. Agora veja bem, o tempo que levou para sair esse congresso de negros no Maranhão e eles botaram. Tu ia ver a matéria: não tinha nadinha. Só invenção deles: “Os negros que estão se reunindo pretendem fazer um congresso no Maranhão”.

²³ Considerado um dos grandes incentivadores no contexto de surgimento do Centro de Cultura Negra, teria sido Neiva Moreira o responsável por orientar os militantes quanto a formalização, regularização e oficialização da entidade (ARAÚJO, 2004). José Guimarães Neiva Moreira (1917- 2012) nasceu em Nova Iorque, Maranhão. Foi jornalista, deputado federal pelo Maranhão de 1955 a 1964, quando foi cassado pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1). No final de 1964, após vários meses de prisão no Rio de Janeiro e em Brasília, exilou-se, primeiramente na Bolívia, depois no Uruguai, onde morou dez anos, em seguida na Argentina, no Peru e no México. Retornou ao Brasil após a Anistia de agosto de 1979. Retornou à vida política no contexto da redemocratização no Brasil, tendo se candidatado a deputado federal pelo Maranhão na legenda do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Em algumas eleições alcançou apenas uma suplência e em outras, foi eleito. Exerceu o mandato em diferentes legislaturas, com algumas interrupções, de 1993 a 1994 e de 1997 a 2007.

²⁴ Os jornalistas envolvidos nesse episódio foram identificados pela agente como Udes Cruz, Ray Santos e Samuel, cujo sobrenome não consta no depoimento (ARAÚJO, 2004).

Quando? Onde? Como? Não tinha nada porque nem se tinha discutido isso. Ainda era um embrião. Aí nós ficamos muito preocupados. Mesmo porque eles plantavam todo dia uma coisa, uma novidade, uma invenção (ARAÚJO, 2004, p. 61).

Incomodada com a matéria, Mundinha Araújo teria decidido expressar seu aborrecimento e interrogá-los:

“Por que vocês fizeram isso? Isso não é verdade”. Aí ele disse: “Mas o nosso compromisso não é com a verdade, é com a notícia!”. Eu nunca esqueço isso. Eu disse: “Mas qual é o objetivo desta notícia se ninguém falou, se não vai haver esse congresso?” (ARAÚJO, 2004, p. 61).

Na reunião seguinte, o episódio foi inserido na pauta de discussão e os integrantes chamaram a atenção dos presentes e acordaram que situações daquele tipo não deveriam mais se repetir. Contrariados, os jornalistas não teriam aceitado as contestações e mantiveram sua posição, alertando que seguiriam agindo da mesma maneira. Tal postura teria gerado um conflito com Mundinha e, posteriormente, o que ela considera a primeira dissidência ocorrida no que viria a ser o Centro de Cultura Negra do Maranhão:

Aí nós dissemos: “Bem, então vocês vão ter que participar de um outro grupo”. Aí eu lembro que ele disse: “A senhora que é a dona do grupo? A senhora é que vai mandar? Eu quero ver se a senhora vai impedir de nós entrarmos aqui”. Eu disse: “Não. Não vou impedir. Mas posso reunir em outro lugar”. Pronto. Aí todo mundo concordou e foi a primeira dissidência (...) e nós não fomos mais lá. Começamos a reunir aqui na casa da minha mãe, em novembro. Eles ainda andaram botando uma nota no jornal de grupo de negros, não sei o quê, mas depois não tinham acompanhantes, não tinham os para ficar do lado deles e ficaram meio zangados. Depois acho que eles entenderam (ARAÚJO, 2004, p. 61).

Após o ocorrido, propôs-se então a cisão do mesmo, pois haviam realizado apenas 5 reuniões até aquele momento. Assim, juntamente com os demais participantes, Mundinha passou a se reunir na casa de sua mãe, já que a SMDH era um local aberto e não haveria como afastar-se do outro grupo. Nos primeiros meses de 1980, teve início uma nova fase. Constituído agora de um número maior de frequentadores, a convite de Tácito Borralho²⁵, o grupo começou a reunir-se no casarão sede do LABORARTE e em março do mesmo ano, transformou-se no Centro de Cultura Negra do Maranhão, elegendo uma diretoria provisória.

²⁵ Nasceu em Primeira Cruz, Maranhão, em 1948. Dramaturgo, ator, diretor de teatro, carnavalesco, arte-educador fundou em São Luís em 1968 o Teatro de Férias do Maranhão (TEFEMA), em 1972 o Laboratório de Expressões Artísticas (LABORARTE) e em 1989 a Companhia Oficina de Teatro (COTEATRO). Foi presidente da Federação Nacional de Teatro Amador (FENATA), da Confederação Nacional de Teatro Amador (CONFENATA), da Associação Brasileira de Teatro de Bonecos (ABTB) e do Centro Unima Brasil (CEUB). Foi professor de história, geografia, de pós-graduação na especialização nas técnicas de animação de bonecos de varas gigantes. Foi coordenador de Ação e Difusão Cultural na Secretaria Estadual de Cultura (1993-1990). Atuou na direção do Centro de Artes Cênicas do Maranhão (1990-2003), diretor do Teatro João do Vale (1997-1999), entre outras atribuições assumidas. Fez graduação em Filosofia (UFMA) e mestrado e doutorado em Artes Cênicas (ECA-USP). Professor do Departamento de Artes da UFMA e Diretor Artístico da COTEATRO (REIS, 2014).

Criamos quadro de associados e fomos logo discutir, em março, abril de 1980, a possibilidade de criar de fato uma entidade. Discutíamos o nome. Eu sugeri que fosse Centro de Estudos da Cultura Negra, mas disseram: “Não, “estudo” ainda é visto como coisa de militantes de esquerda, que criam os núcleos de estudos”. Aí o Luizão²⁶ sugeriu: “Vamos botar Centro de Cultura Negra, que é abrangente e a gente vai fazer o que se quer sem chamar muita atenção”. A maioria concordou e ficou assim (ARAÚJO, 2004, p. 63).

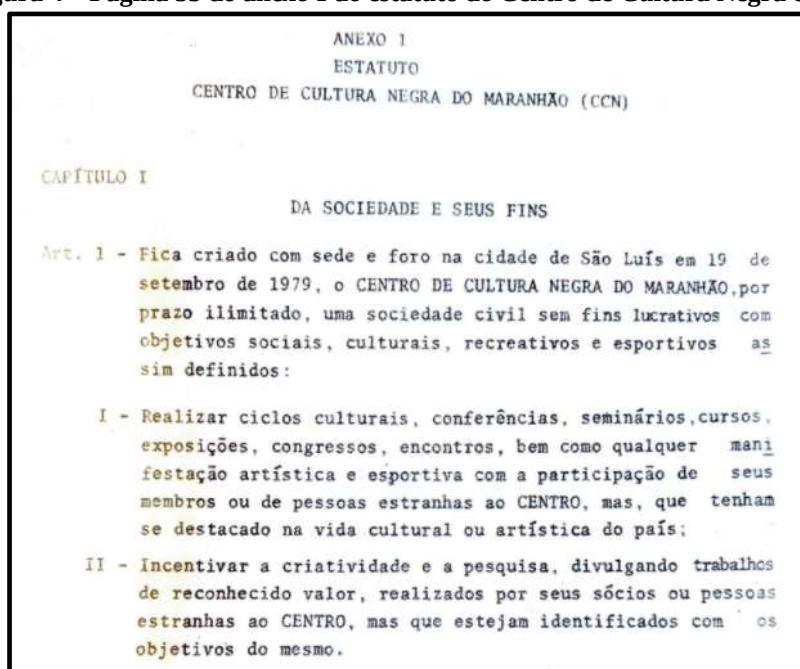
Em maio de 1980 organizaram a primeira Semana do Negro no Maranhão e na oportunidade apresentaram a entidade Centro de Cultura Negra do Maranhão e sua diretoria. O MNU pretendia que as entidades que se desdobraram do movimento fossem também denominadas de Movimento Negro Unificado, entretanto, Mundinha e Isidoro recusaram-se a manter a denominação para a entidade que estavam idealizando, pois acreditavam que a abrangência do nome escolhido “era maior para o que eles se propunham” (ARAÚJO, 2014), já que a prática do MNU era específica e diferenciada, priorizando mobilizações de rua, manifestos, entre outras formas de enfrentamento ao racismo.

Além disso, naquela época, o MNU contestava escolas de samba e os chamados “blocos afro”, o que também acabou sendo motivo de tensionamento e discordância, já que os integrantes do CCN vinham discutindo a possibilidade de fundar uma atividade cultural nesse sentido. Alberti & Pereira (2007), afirmam que os movimentos negros (e não só eles) são marcados por graus de tensão e costumam produzir cisões ou dissidências que os dividem, algumas vezes os enfraquecendo e outras vezes os fortalecendo.

Os fundadores e os primeiros integrantes do Centro de Cultura Negra do Maranhão decidiram que a “missão” da entidade seria a conscientização política, cultural e religiosa para resgatar a “identidade étnica” e autoestima do “povo negro”, viabilizando ações que contribuíssem com a promoção de sua organização em busca de cidadania, combatendo todas as formas de racismo e promovendo os direitos da população negra no Maranhão. Em 1980, o estatuto do CCN foi formalizado.

²⁶ Luiz Alves Ferreira nasceu no quilombo Saco das Almas, localizado no município de Brejo, Maranhão. Graduou-se médico pela Universidade Federal do Maranhão, em 1971 e mestre em Patologia Humana pela Universidade Federal da Bahia em 1992. Professor Adjunto IV, lotado no Departamento de Patologia da UFMA, tendo sido também secretário regional da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC/MA), membro do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia do Maranhão, do Comitê Técnico de Saúde da População Negra do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. Ajudou a fundar e foi eleito o primeiro presidente do Centro de Cultura Negra do Maranhão, tendo presidido ainda o Conselho Estadual de Política de Igualdade Racial do Maranhão entre 2008 e 2011 (PORTAL UFMA).

Figura 4 – Página 33 do anexo I do estatuto do Centro de Cultura Negra do Maranhão



Fonte: Arquivo pessoal de Mundinha Araújo

Na ata de constituição estatutária constam os seguintes membros eleitos:

Presidente – Luiz Alves Ferreira; Vice- Presidente – Maria Raymunda Araújo; Primeiro secretário – Luiz do Rosário Linhares; Segundo Secretário – Carlos Augusto Moraes; Primeiro Tesoureiro Dinorá de Jesus Lavra; Segundo Tesoureiro – Raimundo Antônio da Silva; Conselho Fiscal efetivos – Cesário Guilherme Coimbra; José Nascimento Morais Filho; Perminio Costa; Suplentes – João Francisco dos Santos, Tibério Maria Martins ; Cândido Lima (CCN, 1980, p.4).

O plano de ação esboçado no documento consistia em:

Realizar conferências, encontros, seminários, manifestações político-educativas, culturais e esportivas com a participação de seus membros e/ou pessoas da comunidade que estejam identificadas com os objetivos da entidade; Desenvolver pesquisa no Arquivo Público com a finalidade de conhecer e divulgar a história do negro no Maranhão; Atuar junto às associações de bairros, sindicatos, escolas de samba, escolas de Ensino Fundamental e Médio e universidades promovendo debates antirracistas, visando despertar a consciência da comunidade sobre a questão do negro e a crítica para a história do negro no Brasil e na África; Apoiar as reivindicações da população das comunidades negras da zona rural e das áreas de ocupação na periferia urbana de São Luís, no que tange aos problemas relacionados com a posse da terra.

No quadro a seguir priorizamos situar relacionalmente a agente a alguns dos principais e “mais recorrentes” nomes masculinos que citam Mundinha Araújo como referência no “movimento” local ou são por ela referenciados no processo de fundação do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) e constituição do movimento negro no estado.

Quadro 5 – Algumas lideranças envolvidas no processo de fundação do Centro de Cultura Negra do Maranhão

AGENTE	MUNDINHA ARAÚJO	ISIDORO CRUZ	LUIZ ALVES (LUIZÃO)	MAGNO CRUZ
ESCOLARIDADE	Superior - Comunicação Social	Superior – Educação Física	Superior - Medicina	Superior – Engenharia Civil
PROFISSÃO	Jornalista e Professora	Educador Físico e Professor	Médico e Professor	Engenheiro Civil e Funcionário Público
INSCRIÇÕES MILITANTES	Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN/MA)	Centro de Cultura Negra (CNN/MA) Membro da Associação de Produtores de Cinema do Maranhão	Centro de Cultura Negra (CCN/MA) Academia Maranhense de Ciências Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC)	Sindicato dos Urbanitários do Maranhão (STIU/MA) Central Única dos Trabalhadores (CUT) Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN/MA) Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH)
INSERÇÕES NA BUROCRACIA PÚBLICA	Arquivo Público do Estado do Maranhão	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Membro do Conselho Estadual de Igualdade Racial do Maranhão	Secretaria de Igualdade Racial do Maranhão

Nota-se que com exceção de Magno Cruz²⁷, os agentes conciliam o exercício de suas profissões com o trabalho docente. Percebe-se que todos eles fizeram investimentos escolares, adquirindo titulação superior e que apenas Mundinha Araújo não conciliou outras inscrições militantes com sua atuação no âmbito do Centro de Cultura Negra. Além disso, percebe-se que todos estiveram engajados com essa entidade em algum momento de seus itinerários. As demais inscrições militantes de Isidoro Cruz, Luiz Alves e Magno Cruz demonstram alinhamentos a entidades vinculadas ao âmbito artístico, político e

²⁷ Magno Cruz (1951 – 2010) consolidou-se como uma referência entre as lideranças negras do Maranhão. Formou-se em Engenharia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) em 1976, atuou como funcionário da Companhia de Água e Esgotos do Maranhão (CAEMA) desde 1980. Ajudou a fundar e presidiu o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) por dois mandatos consecutivos, de 1984 a 1988, e também o Conselho Diretor da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), tendo sido ainda diretor de formação do Sindicato dos Urbanitários do Maranhão e filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

acadêmico/intelectual. Quanto às inserções na burocracia pública, dois agentes (Luiz Alves e Magno Cruz) ocuparam funções em espaços ligados à questão racial.

Ainda no ano de 1979, Mundinha coordenou o “Mapeamento Cultural dos Povos de Alcântara”, sendo considerada pioneira na realização de um mapeamento dos quilombos no Maranhão. Os primeiros estudos sobre as comunidades negras rurais que deram início ao movimento quilombola, aconteceram no Maranhão e no Pará durante a década de 1970. Os projetos de ocupação da região Amazônica, idealizados pelos governos militares (1964-1985), geraram expropriação do campesinato local, sobretudo, de pequenos agricultores, na maioria dos casos, sem o título comprobatório de propriedade. As comunidades negras e “mestiças” da referida região, passaram então a se organizar, orientadas por lideranças mais progressistas da Igreja Católica e ativistas dos incipientes movimentos sindicais.

Na mesma época, Mundinha Araújo acompanhada de outros militantes do movimento negro local, visitou diversas comunidades rurais cadastrando os moradores desses povoados e prestando assessoramento em suas demandas, dando início a uma organização mais ampla que incluía as “comunidades negras rurais” (COSTA, 2006). Retomando outra busca por conhecimento, para Mundinha, não bastava só falar de Palmares e Zumbi. Era, e ainda o é, necessário aprofundar. Ela começou a pesquisar sobre a história dos negros maranhenses, pois já havia tomado conhecimento da existência de “comunidades negras rurais” no estado.

Na década de 1970, eu já estava envolvida com esse negócio de querer saber mais sobre a gente mesma, e ouvia falar de locais em que só moravam pretos no interior. Como eu sou daqui de São Luís, não tinha essa referência, nem sabia disso. Eu disse: “Mas só preto?” “Só preto, não se misturam com os brancos.” Aí eu já fiquei com a coisa do jornalismo, da investigação; já tinha aprendido o suficiente para ver o que é assunto para você investigar mais e o que não é (ARAÚJO, 2004, p. 43).

O CCN-MA passou a desenvolver o projeto “Vida de Negro” buscando mapear as comunidades quilombolas do Maranhão e os conflitos de terra ao qual estavam submetidas. O projeto possibilitou a reflexão sistemática sobre as mobilizações quilombolas, acoplando o conhecimento militante às “memórias locais” de resistência, tendo se constituído num instrumento de ação e apoio ao reconhecimento jurídico-formal das comunidades remanescentes de quilombos (ALMEIDA, 2002). Foi graças a iniciativas como esta que garantiram o artigo 68²⁸ do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), presente na Constituição Federal de 1988.

²⁸ O artigo assegura que aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Conforme indica Pereira (2012), nesse período, o Movimento Negro no Maranhão mantinha um forte vínculo com a Universidade Federal do Maranhão e a comunidade. Em 1985, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros foi criado, articulando professores de diferentes departamentos que realizavam pesquisas e orientações em religião, cultura e questões quilombolas. Entre 1986 e 2006, o CCN promoveu oito Encontros Estaduais das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Anos após o primeiro encontro, o CCN-MA e o Movimento Negro do Pará entraram em contato com as lideranças da militância carioca e do MNU para apresentar as preocupações existentes quanto ao alcance da nova Constituinte de 1988 na vida da população negra.

Seu trabalho de militância no CCN proporcionou uma integração entre essas comunidades, propiciando ações organizadas através dos encontros estaduais que passaram a ocorrer uma década depois. Esta mobilização levou a inclusão do artigo 229 na Constituição Estadual do Maranhão (1989), que garantia, a nível estadual, a titulação das terras às Comunidades Remanescentes de Quilombos do Maranhão. Esta articulação contribuiu para que, em 1992, ocorresse a primeira titulação de uma comunidade negra rural maranhense, a Reserva Extrativista do Quilombo do Frechal. Em 20 de novembro de 1997, foi criada a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão – ACONERUC. Utilizando-se também de sua formação acadêmica, Mundinha passou a atuar como jornalista, escrevendo matérias que denunciavam a expropriação e grilagem de terras.

Mundinha afirma que sempre buscou falar e escrever sobre as “histórias de resistência” e a luta dos negros, buscando ressignificar as narrativas sobre os momentos históricos de dor e sofrimento vivenciados por eles. Nas pesquisas realizadas no Arquivo Público do Maranhão, priorizava textos que tratassem das leis abolicionistas, no intuito de difundi-las nas escolas do estado. Elas foram o conteúdo do primeiro livreto produzido pelo CCN, direcionado aos docentes do ensino básico. A agente ressalta que buscava espalhar o privilégio da informação. E diz: “Tivemos que trabalhar tudo. Além da informação histórica, eu estava preocupada com a autoestima, com gostar de si” (ARAÚJO, 2014). Para ela:

A maior preocupação era de conhecer a história do povo brasileiro, especialmente a do negro, do índio, que muito ajudaram para construir a história do país. Os índios não se submeteram à escravidão. Já o negro aceitou e veio para o Brasil na condição de escravo. Infelizmente, a história tem sido ingrata com as populações negras até hoje. E o Maranhão se insere nesse contexto. Só com a educação para se reverter essa triste realidade, esse desconforto em que o povo negro ainda vive. Ela é o instrumento fundamental para abrir as cabeças e, a partir daí, se criar oportunidades para todos. Mas, procuro mostrar com as minhas pesquisas e palestras que ao longo da história o povo negro sempre reagiu em busca de uma libertação definitiva (ARAÚJO, 2014).

No início da década de oitenta, produziu a cartilha “Esta história eu não conhecia”, que trazia informações sobre a história dos negros no Brasil, na tentativa de trabalhar a autoestima de crianças negras que, do ponto de vista dela, eram bastante discriminadas nas escolas maranhenses. A estratégia de criação da cartilha foi exitosa, pois a partir desta experiência, o CCN passou a produzir e levar materiais didáticos e paradidáticos para as escolas, visando incluir pedagogicamente a questão das relações “étnico-raciais” no Maranhão.

De acordo com Carvalho (2014)²⁹, a relevância de sua militância política no Movimento Negro a coloca como pioneira na realização do mapeamento dos quilombos e do trabalho como voluntária e autônoma, sobretudo no processo de investigação de temas para a história do negro no Maranhão. Há um reconhecimento de suas contribuições ao participar de projetos de pesquisa, seminários, simpósios e outros eventos em universidades, bem como em outras instituições relacionadas às questões sociais, políticas, culturais e históricas.

Enquanto fundadora do CCN, Mundinha participou de eventos e ciclos de debates do MNU e construiu uma sólida rede de pessoas envolvidas com a “causa negra” no Brasil. Nesses espaços conheceu e inspirou-se em nomes como Joel Rufino dos Santos, Lélia Gonzalez e Abdias Nascimento, considerados grandes expoentes da militância negra no país. A comunicação entre o grupo era mantida, especialmente, por cartas e durante os encontros. A agente considera que sua inserção em órgãos públicos e institutos de pesquisa foi fundamental para iniciar os trabalhos do CCN, que contava com a participação de técnicos, sociólogos, jornalistas, médicos, professores, economistas, profissionais liberais e “simpatizantes” (ARAÚJO, 2004; 2014).

De modo geral, segundo a agente, ela mesma custeava as próprias viagens, tendo em vista que não havia patrocínio ou investimentos que viabilizassem a organização ou participação dos militantes nos eventos. Em 1982, esteve presente no Encontro Nacional Afro-Asiático promovido pela Universidade Candido Mendes (UCAM), no Rio de Janeiro, denunciando o conflito agrário vivido pelas comunidades negras do Maranhão.

Através das viagens que realizava e da aquisição de bibliografias inicialmente adquiridas para leitura e conhecimento próprios, Mundinha teria podido dar prosseguimento ao seu “projeto” de formação e discussão sobre as relações “étnico-raciais”. Ainda que não se perceba influência militante advinda da família, em contrapartida, seu engajamento e militância, assim como o alto investimento em recursos culturais (viagens, livros, passagem por

²⁹ CARVALHO *apud* ESDRAS. Uema concede título de Doutor Honoris Causa à professora Mundinha. Portal UEMA, São Luís, 21 de novembro de 2014. Notícias. Disponível em: PORTAL UEMA. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

“boas escolas”, entre outros), permitiu à agente acumular trunfos importantes que posteriormente possibilitaram a construção de uma sólida imagem de liderança.

Na disputa pela posição de “porta-voz”, o trabalho desenvolvido pela agente nas escolas quando desempenhava a função de professora, é indissociável da construção de uma imagem pública que encarna pessoalmente essa(s) identidade(s) e identificações com as questões “étnico-raciais”, já que a atuação no âmbito escolar é considerada o “ponto de partida” do seu engajamento militante.

Em relação aos materiais veiculados pelo CCN, a pesquisadora conseguia confeccioná-los usufruindo da estrutura do IPEI, onde chefiou a unidade de editoração, que segundo ela, “parecia a sede do movimento” (ARAÚJO, 2014), já que os textos iniciais para as discussões do CCN eram datilografados e impressos pelos funcionários do instituto, com a permissão da própria direção, que diversas vezes também cedeu o espaço físico para a realização de reuniões e palestras.

Estender as ações do CCN ao IPEI não era uma questão para Mundinha, ainda que ela considere que “o problema do racismo não é do negro, é da sociedade brasileira, tem que envolver todo mundo” (ARAÚJO, 2014). Nos primeiros anos, as reuniões do CCN aconteceram em sindicatos, uniões de moradores e igrejas. Informantes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) participaram dos encontros iniciais e reuniões de estudos, havendo uma intensificação da presença durante o I Encontro de Negros do Norte e Nordeste realizado no Recife, em 1981. Mundinha teria tido certeza da existência desse monitoramento quando o Arquivo Público do Maranhão recebeu os relatórios da espionagem com o fim da ditadura civil-militar e seu nome constava fichado nos documentos.

Passados alguns anos, em março de 1984, já tendo sido realizada a efetiva criação da entidade, integrantes da gestão em atividade do Centro de Cultura Negra idealizaram o bloco afro Akomabu. Mundinha já havia tido a experiência de viajar até a Bahia e de participar de carnavais naquele estado, o que lhe permitiu ter contato com a realidade dos blocos afro e estabelecer intercâmbio com participantes do Ilê Aiyê³⁰. A criação do Akomabu manifestou

³⁰ Considerado o primeiro bloco afro do Brasil. Criado em 1974 no bairro da Liberdade, em Salvador - Bahia, firma-se como polo de protesto contra o racismo, difundindo um sistema positivo de representação do negro e enaltecendo as “raízes africanas” presentes na “cultura brasileira”. Envolve expressões artísticas como música, dança, ilustração e vestuário e desenvolve, em paralelo às atividades culturais, projetos de extensão pedagógica. O bloco foi idealizado inspirado pelas lutas por direitos civis nos Estados Unidos, pelas guerras de libertação contra o colonialismo na África e pelos movimentos norte-americanos dos “Black Power” e dos “Panteras Negras”. Promove, desde o primeiro desfile, a valorização das populações negras da África e da “diáspora africana” nas Américas, também destacando e celebrando personalidades negras da história do Brasil (ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL).

principalmente uma vertente cultural e artística, que visava a “preservação” e valorização da “cultura negra” e “afromaranhense” através da musicalidade e da dança, e outra que consistia em uma estratégia para envolver e manter os militantes participando ativamente de todo o processo criativo do bloco até o desfile. Além disso, o bloco servia como meio de propaganda e cooptação de novos militantes para a entidade (SOUZA, 2018).

Isso porque durante o período carnavalesco as atividades do CCN eram paralisadas, tendo em vista que muitos de seus integrantes envolviam-se com os preparativos em escolas de samba. Assim, o bloco tornou-se uma forma de não dispersar os integrantes das ações de formação realizadas pela entidade. Interessa saber que, mesmo que desde os anos iniciais o Akomabu tenha conseguido atrair um grande número de seguidores, essa mobilização e engajamento muitas vezes se restringia ao período carnavalesco.

O objetivo era que nos demais meses do ano, o fluxo de pessoas presentes nas formações do CCN fosse igualmente expressivo. Logo, o comprometimento dos membros tanto com as atividades culturais quanto com a instituição, passou a ser um fator ainda mais relevante, o que ocasionou algumas tensões. Como explicita Magno Cruz (2004):

Tivemos alguns problemas, mas eu acho que foi um momento muito rico e que trouxe muitas experiências, muitos conflitos internos, porque aí você vai ter um bloco que no primeiro ano sai com 60, 70 pessoas; aí no segundo, em 1985, ele já vai sair com 250 pessoas e aí vai em uma ascendência até chegar em três mil pessoas.

Com o passar dos anos os conflitos também foram se delineando conforme a ampliação da participação de mais pessoas em atividades organizadas pelo Centro de Cultura Negra. Ainda no contexto de articulação do Akomabu, dada a majoritária e quantitativamente expressiva participação feminina no bloco, da qual grande parte já integrava o CCN desde os anos iniciais, começaram a surgir conflitos relacionados às diferenças de gênero e à divisão de tarefas nas atividades intra e extra bloco, além da contestação de atitudes de silenciamento e tentativas de reprimir as iniciativas e atuação das mulheres no movimento como um todo por parte dos homens militantes³¹.

Disso também resultou a criação do Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, que além da reivindicação de demandas mais específicas dentro dos movimentos feministas existentes do Maranhão naquele período, também consistiu em uma ferramenta de mobilização contra o machismo praticado por alguns colegas do Centro de Cultura Negra. Assim como o Akomabu, atividades como um grupo de capoeira, um grupo de dança, o Abanjá, e um time de futebol também foram idealizadas.

³¹ Sugerimos aprofundar a discussão junto a Souza (2017).

De acordo com Cruz (2004), o time provocou igualmente embates e conflitos internos envolvendo as mulheres, pois elas acharam que os homens tinham práticas machistas. No entanto, ele considera que isso tenha sido salutar, já que assim “se começou a trabalhar as contradições que estão na própria sociedade” (p.21), trazendo-as à luz das discussões e situando paulatinamente e de forma mais ampla o recorte específico de gênero que era tão inadiável e caro às mulheres negras, ainda que todos estivessem fazendo a “mesma luta”.

O time de futebol passou a chamar a atenção e despertar o interesse de algumas pessoas que iam para o CCN. Uma das condições *sine qua non* para permanecer no time era participar das reuniões de formação realizadas pela entidade. Isso porque a criação do time havia se dado com o intuito de “fazer a consciência” e não ganhar jogo (CRUZ, 2004). Antes dos jogos, haviam conversas para pontuar questões sobre a história dos negros e ao final, a distribuição de cartilhas elaboradas pelos membros do Centro.

Esse período coincidiu com as consecutivas idas dos militantes ao interior do Maranhão a fim de iniciar o trabalho de sistematização de atividades junto aos negros da zona rural do estado. Em 1986 realizaram o primeiro encontro de negros da zona rural e quilombolas. Dessa maneira, foi-se criando uma relação de intercâmbio com essas comunidades, que a partir de então tinham no CCN uma referência organizacional quanto à resolução dos problemas relativos às questões de “negritude”. Como desdobramentos disso, passam a surgir articulações de grupos do movimento negro no interior, o que suscita nos integrantes do movimento na capital certa inquietação, inclusive pela centralidade atribuída a figuras como Mundinha Araújo e Magno Cruz:

Nós estamos crescendo ou nós estamos inchando? Vale a pena ter todo mundo aqui dentro?” E aí a gente também se questionava se as pessoas tinham consciência do papel enquanto militante do movimento negro, de qual era o objetivo do próprio movimento negro. Ou se estava ali apenas para dançar ou para jogar bola. Sempre havia esses questionamentos, que era necessário que houvesse isso que na época diziam que era cobrança. Claro que, em determinado momento, eu fui chamado de ditador, a Mundinha também, em determinado momento, é chamada de ditadora, mas quem está no poder às vezes, poder entre aspas, à frente de uma organização, às vezes tem que ter braços mais fortes para conter a descaracterização do próprio movimento negro. Teve momentos em que a gente teve de ser duro, cobrar realmente. Então teve momentos em que a gente foi acusado (CRUZ, 2004, p. 22).

A preocupação em manter o caráter formativo das atividades desenvolvidas pelo Centro de Cultura Negra sempre foi uma constante, bem como as possibilidades de troca nos mais diversos espaços. A ideia era estar no maior número de lugares possíveis e dar ao movimento o sentido de ação que a própria palavra insinua. O hábito de Mundinha de registrar e “botar a história no papel” desde os momentos embrionários nos encontros realizados, acabou

sendo uma forma de ter controle da participação mais ativa dos envolvidos, sobretudo nas práticas de formação:

Tinha gente que passava meses: “Ah, vou dar um tempo”. Dava o tempo, mas sempre se dizendo: “Eu sou do Centro de Cultura Negra.” Até hoje, gente que passou lá uma vez, diz: “Eu fui da fundação do CCN”. Eu digo: “Realmente eu preciso botar essa história no papel, porque já fico desconhecendo”. Mas não é, não foram. Mas é que passou tanto tempo que eles acham que dizendo agora que foram da fundação do CCN, isso dá prestígio. E não, porque quem foi ainda está vivo e nós sabemos perfeitamente quem foi dos primeiros meses, dos primeiros anos, quem entrou já no final de 1980, a gente sabe. Mas que bom que as pessoas não se envergonhem de uma entidade, não é? As pessoas negras ainda se orgulhem de dizer: “Eu sou do Centro de Cultura Negra”. E tudo não foram flores, nem tudo foi aceitação. Tinha palestra que eram embates seríssimos, que vinham em cima. E por isso que as pessoas gostavam que eu fosse: “Mundinha tu tens que ir...” Porque eles achavam que eu tinha mais segurança para dar as respostas. Dificilmente eles iam jogar em cima e não iam ter uma resposta minha. Porque aí eu comecei a estudar mais do que nunca. Eu lia o tempo todo tudo de negro: “Tenho que saber” (ARAÚJO, 2004, p. 74).

A dedicação aos estudos sobre os temas pertinentes à “causa”, proporcionaram à agente uma bagagem de conhecimentos reconhecida pelos pares do movimento. Mundinha acreditava ser necessário saber responder sobre qualquer assunto que viesse surgir nos espaços de atuação e esperava dos colegas o mesmo interesse, o que acabou evidenciando outras divergências entre integrantes:

Eu estudava o tempo todinho e fazendo a pesquisa... Então já tinha informações a mais do que a média, tanto de professores como todos eles, porque eu estava nos arquivos, estava pesquisando, estava já falando de uma outra história que as pessoas desconheciam. E tinha também as vezes em que a gente ficava sozinha, chegava o final de ano os militantes começavam a ir para os ensaios de escola de samba e a gente tinha que dar mesmo... Se eu viajasse não tinha reunião. Aquilo me angustiava. Eu dizia: “Bem, se esse movimento ficar centralizado em mim, só tem reunião se Mundinha está. Se Mundinha não está eles não vão: Mundinha está viajando, não vou lá”. Mas talvez fosse a energia que eu passava de todo tempo ter uma coisa nova para discutir. E eles diziam: “Eu fui do começo do CCN e se não fosse Mundinha, ela era que nem uma professora. Ela dava aula, ela botava papel para a gente levar para casa para ler e no outro dia debater”. Mas o que eu dizia: “Gente, como se vai ter a pretensão de fazer palestras se o primeiro babaca ali pode te calar? Então nós temos que ir com segurança. A gente não pode falar de coisas que a gente não tem mais fundamento. Nós temos que estar fundamentados”. É por isso que eu exigia mesmo que tinha que ter esse estudo. E foi a formação de quadros, que todos depois gostaram muito dos meus tempos de ditadura que eles diziam [riso]: “Ah, mas ela parece uma ditadora.” “É muito autoritária”. “Só ela que aparece...” (ARAÚJO, 2004, p. 75).

Em dezembro de 1985, o CCN passou a ocupar sede própria em local que anos antes teria sido um mercado de escravos. O prédio havia sido reconhecido como patrimônio histórico, artístico e paisagístico do estado desde 1978, mas sua concessão legal só foi realizada através da lei municipal 3.373 de 29 de dezembro de 1994. É possível perceber que o agenciamento e a luta pelo reconhecimento e integração da população negra no cenário nacional perpassa todo o século XX. No que concerne ao Movimento Negro, a Constituição Federal de

1988 refletiria a densidade de sua atuação política. Conquistas como a possibilidade de reconhecimento de terras quilombolas e a posterior criminalização do racismo são indicadores significativos da atuação do Movimento Negro.

Nos tópicos referentes à educação, o Movimento Negro e seus interlocutores políticos organizaram-se para influir no conteúdo das duas principais legislações que orientaram as políticas educacionais – notadamente a CF/88 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996. O objetivo passou a ser a inserção da discussão da temática racial nesse processo, a fim de que as políticas públicas em educação reconhecessem e valorizassem as características “multiculturais” da sociedade brasileira. Mundinha participou de inúmeros espaços enquanto representante do CCN pleiteando políticas públicas que considerassem as vicissitudes da população negra.

O debate sobre os negros e a educação emergiu em diferentes regiões, intensificando-se em 1988 com o Centenário da Abolição. Os múltiplos eventos propunham discutir o papel, a importância e a valorização do negro na sociedade. Esses eventos contavam com a participação de militantes e assessores políticos de diversas secretarias, responsáveis por encaminhar as propostas aos respectivos governos locais. Um destaque deve ser dado ao movimento de mulheres negras, que reivindicava um recorte de gênero, considerando a percepção de que existem especificidades na forma como mulheres e homens negros sofrem com a discriminação racial.

Lélia Gonzalez, uma das mais importantes ativistas negras nas décadas de 1970 e 1980, foi uma das primeiras a chamar a atenção para a importância da existência de uma organização de mulheres negras³². Em 1988 foi criado em São Paulo o GELEDÉS, organização política cujo propósito voltava-se ao combate ao racismo e à valorização das mulheres negras.

O centenário da Abolição em 1988 foi um momento determinante de discussão da “questão racial”, marcado pela intensificação do debate sobre “identidade racial” e pelo protesto contra a marginalização dos negros na sociedade brasileira. A militância negra da década de 1980 passou a questionar rigorosamente a versão oficial da Abolição, pois acreditava-se que não parecia fazer sentido comemorá-la se a maioria da população negra continuava relegada a péssimas condições de vida.

Um episódio emblemático ocorrido no ano de 1988 demonstrou a diversidade política presente no movimento negro nacional e local. O processo de criação, nesse mesmo

³² CARDOSO, 2014.

ano, da Fundação Palmares³³ pelo então presidente José Sarney, pautou disputas e expôs a postura de oposição de alguns militantes. Opositores do governo chegaram a ir até Brasília na tentativa de mobilizar parlamentares negros e não negros, visando derrubar o projeto de criação da referida instituição.

A argumentação postulava que o objetivo do governo era dividir e manipular a opinião pública quanto às reações contestatórias que vinham sendo planejadas em virtude das comemorações oficiais do “Centenário da Abolição”, além de tentar cooptar lideranças, militantes e setores adesistas do Movimento Negro, esvaziando o conteúdo político que se pretendia atribuir à data. No Maranhão, a militância negra local, alinhada aos opositores, se preparava para elaborar estratégias para protestar.

Durante a gestão de Magno Cruz, os militantes do Centro de Cultura Negra souberam que um grupo mais alinhado ao governo estaria em São Luís para organizar a programação da festa do centenário. Uma das atividades seria um show musical com grandes artistas negros do cenário nacional, como Martinho da Vila e Leci Brandão. No entanto, os integrantes do CCN se demonstraram contrários à realização, ao menos naquele momento, já que poderia dispersar o caráter de politização que o 13 de maio requereria:

Se eu não me engano, no período, foi o Carlos Moura³⁴ que veio aqui. E a gente teve alguns desentendimentos com o Carlos Moura porque ele achava que representava o Estado brasileiro e que ele aqui tinha que ser recebido com todas as pompas. Ele ligava hoje à noite e dizia: “Estou aí amanhã.” E queria que a gente então estivesse à espera dele, e a gente tinha algumas divergências políticas. Nesse período, pela minha inexperiência, eu achava que pela divergência pessoal, que era uma divergência pessoal política, eu achava que eu não tinha que conversar com o Carlos Moura. E na realidade eu, como representante de uma entidade, tinha que conversar com ele realmente, independente da minha posição pessoal. Mas isso a gente aprende com o tempo. Mas no período eu não era muito simpático ao Carlos Moura, a gente tinha muita antipatia pessoal um pelo outro. Até porque a postura dele não é pessoal, é política. Eu o via com uma postura extremamente complicada. E o movimento negro

³³ Fundada em 22 de agosto de 1988, foi a primeira instituição pública voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. Vinculada ao Ministério da Cidadania, a entidade está voltada ao trabalho de promoção de uma política cultural igualitária e inclusiva, que contribua para a valorização da história e das manifestações culturais e artísticas negras brasileiras como patrimônios nacionais (FUNDAÇÃO PALMARES).

³⁴ Formado em Direito, iniciou a vida profissional como advogado de Sindicatos e da Federação de Trabalhadores Rurais do Estado do Rio de Janeiro. Em 1963 assessorou a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e em 1976 tornou-se Assessor Jurídico da instituição. No mesmo ano, fundou o Centro de Estudos Afro-brasileiros (CEAB), do qual foi presidente. Foi assessor para assuntos de “cultura afro-brasileira” do Ministério da Cultura (MinC) (1978). Participou ativamente e ajudou na implementação da Fundação Cultural Palmares, em 1988, da qual foi o primeiro presidente, tendo voltado a assumir o cargo em 2001. Entre 2003 e 2007 participou do Conselho Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, órgão da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR). Em 2011, assumiu a coordenação geral do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra – CNIRC (FUNDAÇÃO PALMARES).

todo via isso. Então programaram muita coisa para acontecer no Maranhão e a gente foi contestando tudo isso (CRUZ, 2004, p. 25).

Mesmo com as pressões, a Fundação Palmares chegaria a ser instituída meses depois. Antes disso, ainda em maio de 1988 quando o Akomabu já contava com um grande número de adeptos e abria o desfile do domingo no carnaval daquele ano, houve uma alteração na programação. Comunicaram a diretoria do bloco na véspera do desfile, informando que sairiam na segunda-feira. Segundo Magno Cruz (2004), uma justificativa foi dada para o cancelamento no dia acordado, mas todos sabiam que o motivo seria o protesto que o Akomabu faria na avenida contra o Centenário da Abolição. Como na segunda-feira de carnaval o fluxo de pessoas no circuito costumava ser bem mais reduzido, sugeriram ao grupo que desfilasse nesse dia.

A diretoria então convocou uma reunião fechada e decidiu que o bloco passaria no domingo, contra a ordem da comissão organizadora do evento:

Foi toda uma organização de guerra mesmo, a gente partiu para a guerra. A gente dizia assim: “Se for necessário o embate, a gente vai transformar cada instrumento em arma”. E fomos para passar. Só que no dia que a gente disse. Nem os próprios militantes sabiam disso. A gente tinha um roteiro e a gente desviou desse roteiro para ir para a avenida. E passamos na avenida. Pegamos todo mundo de surpresa, eles não tiveram tempo, o aparato policial era pequeno, porque se a gente tivesse avisado eles botavam a polícia toda para impedir a gente de passar. E fizemos o protesto. E foi muito emocionante porque teve um momento em que se cantou a música 13 de maio: “13 de maio a nação nagô não faz festa não, não faz festa não” no ritmo do bloco, e todo mundo do bloco com a mão erguida fazendo assim, e o público também, a plateia toda fazendo assim. Foi algo muito emocionante. A gente chorava, porque primeiro foi o embate dizendo que a gente não ia passar e a gente dizendo que passava: “Você não passa!” Aí a gente dizia: “Se a gente não passar não tem mais carnaval, porque a gente está aqui na frente e as escolas estão aí atrás. E a gente vai ficar aqui noite e dias...”. Aí eles chegaram à conclusão. Eu acho que deve ter essa fita lá no CCN, o presidente da comissão organizadora dizendo assim na entrevista que ele deu para a televisão: “É, eles vão passar. A gente tem que deixar eles passarem, eles são muitos.” Se fosse pouquinho não passava. Então a mobilização acaba sendo um fator de força política. E aí o ano todo a gente fez muito protesto realmente, muito protesto, de queimar a falsa história na praça, claro que era simbólico, a gente não ia fazer aquilo que teoricamente o Rui Barbosa fez, de queimar a nossa história. Era caderno velho, quem tinha papel velho, listas telefônicas, a gente dizia na televisão para o pessoal levar para a praça. Fizemos uma imensa fogueira, as pessoas iam jogando e a gente dizendo o que a gente estava queimando, que era a falsa história e a partir daquele fogo, construir a nossa verdadeira história (CRUZ, 2004, p. 26).

Cabe frisar que os protestos citados por Magno Cruz demonstram uma das preocupações centrais que sempre orientou as ações dos militantes do Centro de Cultura Negra do Maranhão: retomar a “verdadeira história” dos negros brasileiros. O ato simbólico de queimar a “falsa história” é significativo quanto à reivindicação de formular versões “legítimas” sobre fatos e narrativas que a “história oficial” não contempla.

Nota-se que, além de ter sido uma década bastante agitada no que se refere à ocorrência de acontecimentos envolvendo contendas políticas e “rixas” ideológicas entre os integrantes do Centro de Cultura Negra, seja interna ou externamente, os anos 1980 evidenciaram o cenário de efervescência social e cultural que se apresentava nacionalmente. Pudemos, com isso, tentar dimensionar a dinâmica de concorrência, tensões e disputas que permeiam o movimento, o que nos permitiu concluir que ele não se configura enquanto uma estrutura organizacional coesa desde os anos iniciais.

A Marcha de Zumbi em 1995 foi a mais notável manifestação contemporânea de rua, organizada pelo movimento negro, a manifestação reuniu cerca de 30 mil pessoas em Brasília, e nesta ocasião, os líderes da marcha entregaram um documento ao então presidente da república Fernando Henrique Cardoso, em que constavam as principais reivindicações almejadas e discutidas pelas organizações negras no país. No Maranhão, após a realização das reuniões e eventos nos anos anteriores, intelectuais como Joel Rufino tornaram-se presença constante em São Luís onde ministrava cursos em razão da Semana da Consciência Negra. De acordo com Souza (2018), ter as “celebridades” negras na cidade ajudava a mobilizar e conscientizar a população para os debates.

Nota-se que a constituição de um capital de relações sociais é imprescindível para a consolidação do Movimento Negro e para a dinâmica de engajamento de Mundinha Araújo, cuja atuação e “identidade” pessoal e política são mobilizadas, localizadas e reafirmadas graças à existência de um ciclo comum de reconhecimento, inicialmente familiar e posteriormente político. Conforme aponta Pizzorno (1988, p. 380), essa “identidade” pessoal depende de “alguma conexão intertemporal e vertical entre sucessivos eus de um ser humano, conexão tornada possível, apenas por alguma conexão interpessoal e horizontal entre diferentes eus individuais”.

Além disso, pode-se considerar os recursos culturais e o reconhecimento intelectual como indicadores fortes dos êxitos sociais e políticos necessários ao acesso a produtos distintivos (REIS; GRILL, 2017) e à execução do trabalho de produção e manipulação de bens simbólicos. Sendo mais ou menos dependentes das teias sociais, os agentes investem ainda em empreendimentos políticos e culturais, que atuam como estratégias para definir também uma imagem de si. O reconhecimento dos “pares” (meios familiares e vínculos afetivos/sociais/políticos estabelecidos) garante a autoridade legítima para participar das batalhas pela produção de representações sobre o mundo social.

O acúmulo de recursos culturais, a posse de atributos “qualificados” e de saberes socialmente valorizados, favorecem assim as práticas laboriosas geradoras de bens desse tipo por parte dos “representantes” que visam o reconhecimento de propostas específicas de conformação e de classificações amplamente compartilhadas e consideradas em sua relação com outros grupos envolvidos. Representar assume então o duplo sentido de estar autorizado a falar em nome de um grupo – já que a existência do grupo se dá através do seu “porta-voz” – e de ter legitimidade para conduzir e estabelecer os princípios de visão e divisão do mundo social que “tão logo se impõem ao conjunto de um grupo, estabelecem o sentido e consenso sobre o sentido” (BOURDIEU, 1996, p. 108). O ato de nomear e classificar grupos é ainda uma forma de conquistar “capital simbólico” e tornar-se investido do poder de criar e instituir visões da realidade.

No tocante à trajetória militante de Mundinha, percebe-se o alto peso das redes de relações, que interferem em certo nível na sua adesão à “causa negra” e apesar de reivindicar uma autonomia quanto ao seu engajamento, é evidente a significativa dependência em relação aos laços constituídos ao longo de seu trajeto, sobretudo nos anos iniciais. Pode-se dizer que, apesar de não haver envolvimento de familiares com a “cultura negra” e com o “movimento”, a agente parece ter um perfil mais “profissionalizado” e se responsabilizar pela “necessidade” em produzir bens culturais, tendo concentrado sua atuação em algumas instâncias vinculadas ao domínio cultural maranhense e investido em redes de relações de amizade.

O percurso identitário é construído nos diferentes contextos e espaços em que os agentes se inserem e nas transações sociais que estabelecem. Nessas relações é que se encontram o “eu” e o “nós”, o “dentro” e o “fora” destacados por Elias (1994). O “tornar-se negro” corresponde a processos de identificação e não à ideia de uma “identidade” como essência e fixa, o que permite compreender que a própria “identidade” está constantemente sendo negociada, a depender do movimento dinâmico da trajetória do indivíduo, que requer um posicionamento diferente a cada momento do jogo social. A construção de identificações como desdobramento das dinâmicas de engajamento, resulta da articulação dos ritmos das trajetórias individuais com as configurações históricas e políticas que oportunizam ou interferem nos repertórios de mobilização desses agentes.

A compreensão das “estratégias interessadas” (não necessariamente racionalizadas) de manipulação simbólica, não deve perder de vista os mecanismos históricos e sociais que constituem as disposições (no duplo sentido do termo) que pesam sobre seus “destinos” possíveis (BOURDIEU, 1998). Como qualquer outro produto discursivo, as identidades são

perpassadas por múltiplas relações de poder. A afirmação da “identidade” e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. Para Silva (2000, p. 82):

Dizer o que somos significa também dizer o que não somos. A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora.

Assim, a definição de si mesmo é resultante de disputas, imposições, hierarquias e atos de legitimação que refletem o caráter fluido da “identidade”, que é também temporária e depende, segundo Hall (2005), da dinâmica dos sistemas de significação e representação cultural. Requerer uma “identidade” também significa colocar-se em subordinação a um referencial dominante (HOLANDA, 2009). Portanto, é crucial “conhecer quem pergunta pela identidade, em que condições, contra quem, com que propósitos e com que resultados” (SANTOS, 1993, p. 32).

Segundo Munanga (1999), a “identidade negra” é fortemente criada e redefinida a partir de reelaborações culturais e marcada pela “diáspora africana”. Para este autor, o reconhecimento da história da população negra é o primeiro fator constitutivo da “identidade” dos coletivos negros brasileiros. Assim, a ação política do movimento negro no Brasil e no Maranhão – que inicialmente teve um caráter mais integracionista – priorizou iniciativas de resistência e de produção cultural, bem como o combate ao racismo e às ideologias que contribuíram com a invenção de estigmas de subalternidade.

Por conseguinte e paulatinamente, a reivindicação de uma “identidade” cultural, social ou “étnica” específica é anexada à agenda do movimento seguido por outras pautas, tais como o reconhecimento do valor da herança africana e da personalidade “afrobrasileira”. A “negritude” seria para os negros:

Uma estratégia da afirmação e reafirmação de si. Um “si” grupal; oposto àquele estilhaçado e grotesco “negro” – convertido na figura historicamente emblemática do Outro pelo racismo – que povoa o imaginário de todo um mundo racializado (CÉSAIRE, 2010, p. 18).

Essa ideia permite pensar, o deslocamento de um discurso mais “pessoalizado” para o aprofundamento da identificação política e ampliação da pauta de questões e “bandeiras” de luta de Mundinha Araújo. Isso porque o trabalho de representação e mediação é desempenhado por ela no sentido de melhorar ou preservar a vida das coletividades em nome das quais fala e de produzir símbolos constitutivos das “identidades” dessas mesmas coletividades (PIZZORNO, 1986; GRILL & REIS, 2016). Além disso, sendo considerados “tribunos da identidade”, os “porta-vozes”, como é o caso dela:

Se dedicam à construção identitária dos grupos: engendrando interpretações sobre a ‘história local’, redefinindo suas ‘raízes’ e suas ‘tradições’; executando um trabalho sobre a dimensão territorial das relações de produção, de sociabilidade e de exercício do poder; e negociando sínteses e bricolagens a respeito de valores e crenças formadores das ‘comunidades’ (GRILL, 2013, p.251).

Desta forma, deve-se, pois, compreender as “identidades” a partir da lógica de construção da autoimagem ou apresentação dos agentes como um processo em constante mutabilidade, que está, inclusive, em negociação. Isto é:

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio de negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem, perfeitamente, serem negociados, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (POLLAK, 1992, p. 204).

Categorias como “raça”, que em sua concepção crítica referia-se a uma categoria discursiva e não biológica, fundamenta sistemas de representações e práticas sociais que utilizam um conjunto frequentemente “pouco específico de diferenças em termos de características físicas, cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc., como marcas simbólicas, a fim de distinguir socialmente um grupo do outro” (HALL, 2005, p. 63). A terminologia “raça” servia - como ainda hoje serve – para desmascarar as desigualdades estruturais no Brasil, atribuindo cor aos indicadores sociais.

“Afirmar-se negro” no Brasil é entendido, sobretudo, como um ato político, mobilizado enquanto denominador comum das organizações em prol de um objetivo único de ação. Refletindo sobre isso, Santos (2014) repensa a categoria Movimento Negro para Movimentos Negros como forma de reafirmar o caráter heterogêneo das organizações surgidas em tempos e espaços diversos:

Afinal, qual a terminologia mais adequada para recobrir a trajetória de luta das organizações negras? [...] Inseridos na moldura global dos movimentos sociais, os movimentos negros estão sujeitos às injunções próprias do dinamismo dos primeiros, recortando seu campo de atuação segundo esse tipo de organização. Vocalizando os anseios e demandas da sociedade civil, os movimentos sociais atuam em âmbito representativo, canalizando os interesses e os valores em jogo na cena política, promovendo a cidadania em cada sociedade (SANTOS, 2014, p. 52).

Assim como a “identidade”, a “raça” é mobilizada como um demarcador de “diferença” e autorreconhecimento. Esses “elementos distintivos” foram, desde a década de 1960, significativos para a identificação de Mundinha Araújo como mulher negra e referência quanto ao orgulho da “negritude”. Ela afirma:

Fui acompanhando a lavagem cerebral que eu tive para o bem, para me assumir como negra. Isso se refletiu também no meu vestuário. Eu disse: “Nossa!” As roupas que eu levei, todas tão formais... Eu me vestia tão formalmente que as minhas fotos com 20

anos parecem de uma senhora. E lá as pessoas davam força. Porque era novidade também você ir deixando o cabelo natural. Foi no final dos anos 1960, quando já tinha o movimento Black Rio, na Zona Norte, e eles já estavam todos com aqueles cabelos enormes, passavam perto de mim e cumprimentavam. Pronto, aí eu comecei a ver que estava relacionada de fato com uma comunidade [...] Eu acabei sendo a primeira mulher negra a usar o cabelo assim natural em São Luís (ARAÚJO, 2004, p. 33-34).

Essa “consciência negra” é entendida por ela como tendo sido um movimento interno e externo de “gostar de si”, visto que após reconhecer a própria “negritude”, ainda que tendo sido “agredida” por “assumir-se”, compreende que seu ato tenha contribuído para o envolvimento com a “causa”:

Eu acho que quando a gente descobre, quando a gente toma consciência, começa a sofrer. Eu sofri. Aí não era mais em relação a mim, era em relação ao povo negro. Aí a minha tomada de consciência já vai ser assim para o coletivo [...] Chamar de “preta”, tudo bem, eu sabia que era preta. Mas aí, quando a gente foi percebendo o tratamento que era dado aos negros, aí sim (ARAÚJO, 2004, p. 32).

O Movimento Negro brasileiro tem cada vez mais se caracterizado por ações que buscam sensibilizar a sociedade no que diz respeito à questão “étnico-racial”, que evidenciam, sobretudo, uma mudança na maneira como oficialmente essa questão da “diferença” tem sido abordada historicamente no país, principalmente pela contestação das ideologias fundadoras da “nação brasileira”.

Alberti & Pereira (2007) atentam para outro aspecto de extrema importância na constituição dos “movimentos negros” no Brasil. Os autores destacam as articulações entre militância cultural e política, se é que tal distinção pode ser feita no caso brasileiro. Segundo eles, impressiona a variedade e sistematicidade de vivências no “campo cultural”, onde ressalta-se a literatura e o teatro.

Nota-se desde o início, uma “profissionalização intelectual” delineada a partir dos investimentos em escrita por parte dos “militantes negros” publicando livros e textos em revistas, jornais, periódicos, até mesmo pela preocupação em registrar acontecimentos, mobilizações, eventos e espaços de discussão importantes para o movimento. A produção escrita como “uso da palavra” torna-se essencial para o trabalho de formulação de representações e pautas relevantes acerca da “negritude” e das demandas da população negra.

Rios (2008) afirma que atualmente, uma das características que mais define o Movimento Negro brasileiro é o processo de institucionalização pelo qual vem passando. Para ela, tem havido uma progressiva profissionalização dos “militantes” e uma especialização do “ativismo”. Nas palavras da autora:

Um grau elevado de profissionalismo tem sido necessário para o desenvolvimento e sustentação dos projetos sociais. Nessas estruturas de mobilização, coexistem

indivíduos com perfis de liderança política – na figura do “militante” construída no protesto – e a nova figura cada vez mais em destaque: o “funcionário” e o “assessor”, que prestam serviços às organizações e tornam-se especialistas na gestão de demandas relativas à população negra (RIOS, 2008, p 150).

Isto posto, pensar a “identidade negra” e o Movimento Negro, consiste em situá-los em uma arena constante de disputas pelos seus usos, mobilizados por intelectuais e militantes. Operacionalizados assim, de acordo com os interesses, critérios e apropriações mobilizadas por especialistas e “membros autorizados” a imprimir os códigos de sua legitimidade, exercendo ainda o poder simbólico de definir os atributos de “autenticidade” das expressões, práticas, produtos e bens simbólicos tidos representativos da “negritude”. Desse modo, ao formular representações sobre a “identidade negra”, cada intérprete formula representações sobre sua própria “identidade”.

Conforme discutido anteriormente, é necessário considerar os vínculos com lugares e espaços de poder em que os agentes se inserem no decorrer de suas trajetórias. A inserção de Mundinha em instâncias como o Instituto de Pesquisas Econômico-Sociais e Informática, Arquivo Público do Maranhão e sua atuação como professora e integrante de comitês políticos, permitiu o acesso a materiais, documentos, informações e recursos utilizados em seus repertórios e modalidades de intervenção. No Maranhão, não houveram negativas e bloqueios por parte de órgãos públicos. Ela acredita que isso se deu pelo medo de serem acusados de racismo (ARAÚJO, 2004).

Além disso, possibilitou que a agente investisse em sua “qualificação”, tornando-se apta a participar, liderar e organizar eventos de visibilidade nacional, como seminários e palestras em nome da “causa negra”, além de mobilizar temáticas como políticas públicas, cultura e educação. Destaca-se a incidência de questões sociais e “étnico-raciais”, nas quais a agente investe intelectualmente, envolvendo discussões sobre “discriminação”, “preconceito”, “igualdade racial” e trajetórias de “personalidades negras”.

Assim, notar-se-á que os elementos “eleitos” e mais acionados por ela no tocante à sua produção escrita, estão ligados ao seu trabalho de identificação com as “causas” acima mencionadas, que são mais constantemente mobilizadas em contextos propícios e pautam sua atuação dentro e fora do Movimento Negro e asseguram a manutenção de uma “memória” em defesa dessas “causas”, do próprio movimento e de si mesma.

As “bandeiras” que Mundinha vem defendendo, sua atuação na militância e o reconhecimento atingido em múltiplos domínios sociais, se demonstram quando a agente lança no centro de suas narrativas, depoimentos escritos, livros, cerimônias e alguns discursos que

reafirmam seu papel de “memória” ou “mente” do movimento negro no Maranhão que colocam-na como integrante e responsável por um trabalho coletivo de “eternização”. Essa dinâmica sinaliza um extenso trabalho de construção de sua “identidade” pautada pela ativação das “causas” sociais em que investe e marcado por uma concepção de “negritude” que ultrapassa a fronteira do pessoal e atua preponderantemente influenciado pela “ideologia” política que fundamenta sua militância.

Com efeito, percebe-se recorrentemente em seus discursos a forte “identificação” com as “minorias negras” e suas “demandas”, consequentemente colocando-se como parte do “povo negro”, se apresentando como tal e remetendo, também de maneira coletiva a esse público, o que pode ser notado no uso que faz dos termos “nós” ou “a gente”, como evidenciam algumas falas acima referenciadas. Seja enquanto “militante”, “jornalista” ou “pesquisadora”, Mundinha Araújo atua no trabalho de construção de novas “versões” acerca da “história negra”, utilizando-se da sua “intelectualidade” para encampar as mais diversas “bandeiras” relacionadas à vida da população negra exercendo um tipo de “agenciamento” desse grupo.

4.2. “É um compromisso meu”: Mundinha Araújo e o trabalho de produção da “memória negra” no Maranhão

Conforme discutiu-se anteriormente, o Centro de Cultura Negra do Maranhão é uma entidade que congrega diversos matizes discursivos acerca das “identidades negras”, o que faz com que se confunda com o próprio Movimento Negro nacional e localmente. Como a grande maioria das entidades cujo tema central é a “cultura negra”, consolidou-se como um espaço de reivindicação de pautas como a política de valorização cultural, construção de uma “identidade negra” positivada e a luta por direitos sociais básicos a partir da pauta “étnico-racial”.

Mesmo sendo bastante evidente a existência de uma “pluralidade” de sujeitos e de “identidades” no âmbito dessas organizações de mobilização mais “institucionalizadas”, nota-se muito fortemente um processo político de articulação em que é possível perceber em certos momentos, o engajamento dos agentes sociais em torno de uma “unidade discursiva” no que se refere ao acionamento de uma “memória coletiva”.

Sendo a “memória” um elemento constitutivo da “identidade” (JOUTARD, 2000), ela deve ser também compreendida como resultante de processos históricos e sociais dinâmicos, que criam e recriam os sentidos dos demais elementos que integram o universo simbólico compartilhado pelos agentes que o integram. No que se refere à “negritude”, a etnia passa a ser o

referente da “identidade negra”, orientando a construção de um “sentimento compartilhado” pelos membros do grupo que, não raro, mencionam o vínculo a uma mesma origem, terra, árvore genealógica, “raiz” e ancestralidade.

A “memória coletiva” é caracterizada por um intenso componente afetivo que se desenvolve através das experiências compartilhadas entre os membros da comunidade, sendo ainda responsável por manter a integridade e a sobrevivência do grupo no tempo. Para Halbwachs (1990), a construção de laços sociais permanentes está ligada diretamente à coesão garantida pelos quadros sociais da memória. Tais quadros são entendidos como um sistema de valores que “unifica” determinados grupos, sejam eles familiares, religiosos, de classe, “raça”, entre outros.

Assim, no Brasil, a “identidade negra” também se baseia em identificadores culturais e históricos – comumente vinculados a “matrizes africanas” – que permitem que os repertórios mobilizados nos posicionamentos políticos das mulheres e homens negros sejam “adquiridos”, percebidos e reelaborados enquanto fenômeno “familiar”. Grande parte dos saberes acerca da “cultura negra” são transmitidos através da oralidade. Nessa forma de comunicação, a memória social exerce um papel fundamental quanto à “preservação” e continuidade das “tradições”. Dito isso, é importante frisar que o próprio Centro de Cultura Negra do Maranhão foi criado também para se ocupar do trabalho de “resgate” de parte dessa “memória coletiva”, tendo em vista os processos históricos de silenciamento da “história negra” no Brasil.

Nota-se que as atividades organizadas pelos idealizadores do CCN no Maranhão – entre eles, Mundinha Araújo – desde a sua estruturação, caracterizaram-se como uma tentativa de “reconstituição” do passado e da “negritude”, a fim de evidenciar narrativas que contribuíssem para um “despertar” de consciência do “povo negro” para a sua própria existência, elaborando a partir daí, estratégias de resistência e reexistência. A “negritude” passa a ser, portanto, um caminho por meio do qual negros e negras regressam às suas origens socioculturais num movimento de recusa e insubmissão à cultura colonizadora que lhes fora imposta (MUNANGA, 1988).

No que tange à dinâmica das “identidades”, Munanga (2003) distingue em três formas as “identidades” de origem, sendo a primeira a “identidade legitimadora”, constituída pelas instituições dominantes visando a manutenção do status quo. A segunda é a “identidade de resistência”, articulada como estratégia de resistência por indivíduos subalternizados que buscam reivindicar a sobrevivência frente à opressão das instituições dominantes. A terceira é

a “identidade-projeto”, resultante dessas reivindicações. A “identidade negra” deve, pois, ser entendida para além das dimensões subjetivas e simbólicas, mas também no sentido político, considerando as tensões existentes devido às relações assimétricas de poder e dominação.

Tendo em vista que qualquer “resgate” histórico é uma recriação política e consciente (OLIVEIRA, 2006), faz-se necessário compreender que é a partir e através da “identidade” que os agentes sociais se reconhecem e ao mesmo tempo são reconhecidos no meio social no qual se inserem, cujas relações sociais que estabelecem são fruto de uma dinâmica também processual. Assim, a “identidade negra” se constitui num processo que inicia na relação com África e se desdobra na construção de novas representações baseadas nos “símbolos de referência” retomados e acionados de acordo com as singularidades de cada lugar.

Devido ao processo forçoso de negação da “identidade negra” no Brasil, o “povo negro” vêm buscando rememorar os possíveis modelos de organização econômica, política e cultural originadas da cosmovisão africana, confrontando a história oficial e canônica e ressignificando o processo de diáspora ao se apropriarem de suas próprias narrativas históricas em busca de uma redefinição identitária. Ademais a “tradição cultural” africana e “afrobrasileira” de acordo com Lima (2009) é dinâmica, visto que não há fragmentação dos saberes, mas interpreta-os como um movimento de interação entre os sujeitos históricos, onde a ideia de continuidade é fortemente presente.

A “memória” e “identidade negra” tendem a ser uma elaboração dos próprios negros sobre si mesmos e seus corpos e na relação com o olhar do “outro” que está fora (GOMES, 2005). Assim, a “identidade étnica” carrega consigo uma carga de “memória coletiva” que nos remete à prática de “retorno à origem” como forma de categorizar a si mesmo e aos outros, onde no tocante a movimentos políticos, o militante passa a ser, ele mesmo referência de “memória”, um lugar simbólico da “memória coletiva”, o responsável pela continuidade da “tradição”. O passado se configura como um elemento bastante significativo relacionado ao complexo processo de formação social da “comunidade negra” e orienta diretamente os referenciais simbólicos e coletivos de engajamento e pertencimento representativos dessa espécie de “cultura compartilhada”.

O pertencimento ao grupo tem a ver com um lugar histórico de “referência”, representativo desse “compartilhamento identitário”. A “memória coletiva” também atua no sentido de levar o agente a se reconhecer enquanto negro e reconhecer a “negritude” dos demais. Nota-se, portanto, o imbricamento entre “memória coletiva” e individual. Nesse sentido, a “memória” é:

Um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p.200).

Todos esses aspectos se evidenciam na trajetória de Mundinha Araújo, que se empenha até hoje em realizar um trabalho voltado para o enaltecimento dessa “herança” de origem africana e ao “resgate” da “memória negra”. Não por acaso, ainda que não reivindique tal título, é citada inúmeras vezes como historiadora nos espaços em que participa e em reportagens e notícias, conforme exemplificam as imagens a seguir:

Figura 5 – Programação oficial da 13ª Feira do Livro de São Luís – 2019



Figura 6 – Trecho de reportagem encontrada no site “Ação – A cor da cultura”



Figura 7 – Trecho de reportagem encontrada no site “G1 Maranhão”



A agente é tida como pioneira no Maranhão na abordagem e envolvimento com algumas pautas que são tidas como grandes conquistas para o “povo negro”. Seu engajamento militante e atuação política no âmbito do Centro de Cultura Negra do Maranhão são centrais para compreender o trabalho de “preservação” da “memória negra” desenvolvido por ela, entendido como de grande relevância para a “causa negra”. De acordo com Heymann (2005, p. 3), “guardar papéis, fotos, objetos, enfim, lembranças pessoais ou de um grupo é algo que fazemos na tentativa de preservar nossa memória e, por essa mesma via, nossa própria identidade”.

Nessa perspectiva, “memória” e “identidade” se cruzam enquanto ressignificações do passado para afirmação do presente em um processo de autoanálise, reavaliações, reelaborações e autorreconhecimento. Para Candau (2011, p.18) “memória é a identidade em ação”, pois todo ato memorial apresenta intencionalidades identitárias conferindo sentido ao passado revisitado.

O “retorno” ao passado é uma das “bandeiras” de luta acionada por Mundinha Araújo no trabalho de fabricação da “memória negra maranhense” e no processo de afirmação de sua “identidade” individual e coletiva. Isso porque suas lembranças são comumente vinculadas às atividades que ela desempenhou nos domínios sociais por onde transitou. Em um material de auto apresentação elaborado pela agente e disponibilizado aos pesquisadores que se interessam pela sua trajetória, ela pontua a existência de uma palavra de origem akan, “sankofa”, muito usada em Gana, que significa “para ir adiante é preciso retornar ao passado”, numa clara menção à África como lugar de origem.

No mesmo parágrafo do documento, a agente cita o violento e doloroso contexto diaspórico ao qual homens e mulheres negras estiveram submetidos em diversos países do mundo, marcando definitivamente a história do “povo negro”, e sinaliza sua “escolha” em

produzir narrativas que contemplam os movimentos de insurreição de seus “ancestrais”, na tentativa de recontar os feitos heroicos e atos de resistência invisibilizados e silenciados pelas narrativas apresentadas na história oficial.

Figura 8 - Primeira página do documento intitulado “À guisa de apresentação” elaborado

-PARA OS NEGROS AFRODESCENDENTES; DESCENDENTES DE TRABALHADORES ESCRAVIZADOS, OU DE ESCRAVOS, COMO QUEIRAM DENOMINAR, O RETORNO AO PASSADO NÃO É UMA VIAGEM PRAZEROSA. AS TORTURAS, SOFRIMENTOS, ATOS DESUMANOS PRATICADOS PELOS SENHORES DE ESCRAVOS, CONTINUAMENTE RELEMBRADOS PELA MÍDIA, ATRAVÉS DE NOVELAS DE ÉPOCA, DOCUMENTÁRIOS, OU LITERATURA, NÃO ALEGRA A NINGUÉM. NÃO LEVANTAM A AUTOESTIMA DAS CRIANÇAS E JOVENS NEGROS. -DESSE PASSADO OPTEI POR INVESTIGAR AS REAÇÕES INDIVIDUAIS E/OU COLETIVAS DOS NEGROS CONTRA O CATIVEIRO - (LUTAS DE LIBERDADE) - ORGANIZAÇÕES E MANIFESTAÇÕES SOCIOCULTURAIS DE NEGROS ANTES, E PÓS-ABOLIÇÃO.

Fonte: Arquivo pessoal de Mundinha Araújo

O documento traz ainda elementos acerca das motivações de Mundinha para iniciar suas pesquisas e investigações históricas sobre a “história negra” no Maranhão e novamente é possível perceber o imbricamento entre a “memória coletiva” e a trajetória individual da agente, tendo em vista que no texto, ela expõe que o processo de idealização e fundação do Centro de Cultura Negra do Maranhão demonstrou a necessidade de discutir com a sociedade maranhense a história que “não está contada nos livros” e instigar a reflexão quanto a alguns assuntos como a discriminação racial:

Figura 9 – Segunda página do documento intitulado “À guisa de apresentação” elaborado

MOTIVAÇÃO PARA O INÍCIO DAS INVESTIGAÇÕES

- COM A FUNDAÇÃO DO CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO -CCN, EM 1979, SENTIMOS A NECESSIDADE DE FORMAR QUADROS, JÁ QUE HAVÍAMOS ESTABELECIDO COMO PRIORIDADE A REALIZAÇÃO DE PALESTRAS NAS ESCOLAS, ESPAÇOS CULTURAIS, ASSOCIAÇÕES ETC. COM O OBJETIVO DE DISCUTIR COM A SOCIEDADE MARANHENSE A HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO QUE NÃO ESTÁ CONTADA NOS LIVROS, SOBRE O NOSSO PASSADO DE LUTA E RESISTÊNCIA E O NOSSO PRESENTE, DESMISTIFICANDO O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL REFLETINDO E QUESTIONANDO JUNTO À POPULAÇÃO NEGRA, A IDEOLOGIA DO BRANQUEAMENTO, DENUNCIANDO PRÁTICAS RACISTAS, O PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO EXISTENTES NA NOSSA SOCIEDADE.

Fonte: Arquivo pessoal de Mundinha Araújo

A atividade de pesquisa e levantamento bibliográfico realizados por Mundinha também serviram para orientar as ações do CCN, principalmente nos anos iniciais, tendo em vista que por quase uma década os militantes e então membros da entidade reuniam-se uma vez por semana para a leitura de textos, estudos e debates sobre temas diversos visando elaborar

internamente as pautas e temas a serem abordados nos eventos e espaços de mobilização e, segundo ela, “com a finalidade de aprender para ensinar”.

Em depoimento concedido aos pesquisadores Amilcar Araújo e Verena Alberti do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV, Magno Cruz, um dos expoentes do movimento negro no Maranhão, destaca o papel de “formadora” desempenhado por Mundinha Araújo:

O CCN na realidade iniciou, a Mundinha deu o encaminhamento que eu acho que foi o melhor possível, porque foi de formação. Então as primeiras reuniões que eu fui no CCN eram reuniões de estudo [...] era texto para gente ler, era jornal para gente ler, para discutir, livros... eu tinha que levar um livro para casa e na outra semana eu devolvia para alguém ler. Então foi formação mesmo para a gente aprender (CRUZ, 2004, p. 14).

Anos antes, mais precisamente entre 1976 e 1978, Mundinha Araújo havia se dedicado à coleta de informações sobre a história dos negros “aquilombados”³⁵ em algumas regiões do interior do Maranhão. Em entrevista concedida ao historiador Adelmir Fiabani, ela explicita que:

Ouvira falar que no interior, isto é, nos centros de alguns municípios existiam lugares onde ‘só morava pretos’ e que esses pretos não se misturavam com ninguém, ou seja, não havia qualquer vestígio de miscigenação entre eles. Naquele tempo a minha curiosidade como negra em saber mais sobre esses negros da zona rural levou-me a contatar aqui mesmo em São Luís com pessoas dos municípios, viabilizado a possibilidade de servirem de intermediárias quando chegasse até lá e tivesse que deslocar-me para os povoados (ARAÚJO *apud* FIABANI, 2009, p. 5).

A partir disso, realizou voluntariamente e de forma autônoma visitas a algumas comunidades rurais, estabelecendo contato com lideranças locais, visando se dedicar nos estudos sobre as práticas socioculturais e dinâmicas de vida dessas comunidades, atividades festivas e “resgate” de “memórias” do pós-escravidão. Nesse sentido, com a criação do CCN em 1979 ocorre a centralização das demandas das comunidades quilombolas, especialmente quanto à situação dos conflitos agrários e outras necessidades específicas destas. Assim, a partir do conhecimento de Mundinha Araújo e através de parceria com a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) deu-se a criação do Projeto Vida de Negro (1988 – 2005).

O projeto baseou-se e considerou significativamente os dados levantados na produção de Mundinha enquanto uma das fundadoras do Centro, agregando a possibilidade de

³⁵ A partir de uma perspectiva ampla e ressemantizada, Furtado (2012) aborda o processo de “aquilombamento” como uma territorialidade específica que exprime uma visão de luta de sujeitos sociais que se aglutinam a partir de realidades histórias críticas impositivas, a partir das quais se estabelecem antagonistas claramente definidos, tais como proprietários de terras e escravizados, detentores de meios de produção e expropriados, grandes fazendeiros e camponeses sem terra, empreendimentos estatais e atingidos por barragens; capitalistas e indígenas, “donos de terra” e quilombolas; entre outros.

financiamento e a participação de outros pesquisadores e militantes do Movimento Negro em seus trabalhos de campo, pesquisas cartográficas e outras tarefas. O pioneirismo de Mundinha nesse contexto, é reconhecido por seus companheiros de militância:

[...] Diga-se de passagem, a Mundinha foi a precursora de ir para as comunidades, botava uma máquina fotográfica debaixo do braço, dela mesmo, e ia para a zona rural, para as comunidades negras tirar fotos, fazer slides, depois ia para as comunidades mostrar esses slides. Ela fazia esse trabalho. E o que nós fizemos? Nós apenas demos continuidade a isso de uma forma mais sistematizada e mais articulada (CRUZ, 2004, p. 21).

O Projeto Vida de Negro (PVN) visava fundamentalmente a realização do mapeamento das “comunidades negras rurais” do Maranhão e o levantamento das formas de uso e posse da terra, manifestações culturais, religiosas e a memória oral do período antes e pós-abolição, além de reivindicar ao poder público tanto em esfera estadual quanto federal processos de efetivação de garantias legais para as comunidades quilombolas. É válido salientar que, os primeiros estudos sobre as “comunidades negras rurais”, que deram início ao movimento quilombola, aconteceram nas regiões Norte e Nordeste (FIABANI, 2009), especialmente no Maranhão e no Pará.

Dando continuidade ao processo de formação e discussão sobre as relações “étnico-raciais”, no início da década de oitenta, Mundinha Araújo produziu a Cartilha “Esta história eu não conhecia”, que trazia informações sobre a história dos negros no Brasil, dando sequência à sua produção sobre temas relacionados ao racismo e seus impactos na sociedade. A cartilha foi elaborada com o objetivo de trabalhar a autoestima das crianças negras e trazer à tona a discussão sobre discriminação racial no ambiente escolar.

**Figura 10 – Primeira página da cartilha “Esta história eu não conhecia” |
Fonte: Arquivo pessoal de Mundinha Araújo**



O material consistia em narrar a história de uma mãe que se empenhava em repassar ao filho histórias “positivas” sobre os negros. A criança relatava que havia presenciado uma briga entre um garoto branco que dizia a um garoto negro a seguinte frase: “Seu neguinho! Culpada disso é a princesa Isabel!”, então a mãe se dedicou a contar-lhe a história da abolição da escravatura.

A partir desta experiência o Centro de Cultura Negra começou a produzir e levar para as escolas materiais didáticos e paradidáticos que abordavam a questão das relações “étnico-raciais” no Maranhão. Juntamente com seu trabalho de pesquisa, a agente pontua o pioneirismo do CCN no desenvolvimento de atividades direcionadas à conscientização sobre a “história negra” com estudantes:

Nesse mesmo ano comecei a ir para o Arquivo Público para pesquisar, porque achei que tinha que ter informações sobre o negro no Maranhão nos arquivos. E lá eu já pesquisei sobre as leis abolicionistas, pegava logo os textos, o que foi a Lei do Ventre Livre? Pegava o texto da Lei Áurea. Porque eu sabia que isso era desconhecido de todo mundo. Aí a gente já discutia: a Lei dos Sexagenários será que libertou mesmo? E esses meninos? [...] Isso causava uma sensação nas escolas. Não era só por você estar dizendo “no Brasil tem discriminação”, mas era pelo novo que a gente estava levando, era pelas coisas que nunca antes tinham sido discutidas com os professores, e o próprio preconceito na sala de aula, o preconceito em todo o local. Foi o CCN que inventou essa história da Semana do Negro com essas características: trabalhar com estudantes e, ao mesmo tempo, ir para a periferia fazer palestras em reunião de moradores. (ARAÚJO, 2004, p. 70).

Mundinha Araújo costuma sinalizar em suas falas públicas e entrevistas que começou a pesquisar não por uma exigência acadêmica ou profissional, mas no intuito de adquirir informações sobre o processo de escravização e “diáspora” dos negros africanos e seus “descendentes”, bem como a trajetória dos negros no Maranhão:

Eu não enxergo a pesquisa como uma atividade profissional porque é por minha conta, mas é algo que continua, que eu faço há mais de 30 anos e nunca parei. Faço muitas palestras, justamente para poder conversar sobre essas questões, principalmente sobre a história dos negros e tudo o que não tem na história oficial. [...] **É um compromisso meu**, não é de projeto, nem nada (ARAÚJO, 2019, **grifos meus**).

Observa-se que a agente toma como um “compromisso” o trabalho de “resgate” e “preservação” da “memória negra” que desempenha. Considerando a “não obrigatoriedade” dessa atividade e o caráter de “voluntarismo” desde o início atribuído por Mundinha – também externamente reconhecido – pode-se pressupor que ela encontra na “causa” e na própria “negritude” o elemento impulsionador que dá razão ao seu “empenho” e “disposição” para exercer tal atividade, o que permite com que a mesma atue como mediadora, ainda que em nível individual, de uma coletividade, tendo em vista que busca falar para e em nome da “comunidade negra”.

Quando questionada sobre o lugar de destaque que ocupa, ela atribui ao “trabalho, persistência e paciência” a notoriedade que adquiriu graças à sua trajetória militante no Movimento Negro e produção intelectual:

Trabalho, persistência e paciência. É a gente acreditar no que está fazendo. Eu sempre digo que ninguém me mandou fazer isso. É a minha vontade de fazer, vontade de investigar e a minha curiosidade. A quantidade de coisas que eu queria saber e ainda quero, é o que me mantém. **Eu me transformei em uma contadora de histórias.** A gente saber as histórias da gente e ser capaz de contar, é muito importante (ARAÚJO, 2019, **grifos meus**).

Investida da “missão” política de recontar sua história e de “seu povo”, Mundinha tornou-se uma “guardiã” da “memória negra”, representando de maneira muito próxima e atual os chamados griots. Os griots fazem parte da tradição oral africana, sendo considerados “mestres” e agentes transmissores do conhecimento “ancestral”. São pessoas mais velhas da comunidade, “depositários da memória” que carregam consigo saberes que são repassados por meio de histórias, provérbios, contos, etc. É uma missão, um destino, que não visa retribuição ou ganho material (BERNAT, 2013). O ofício dos griots é contribuir com o crescimento e desenvolvimento da comunidade através da palavra. No entanto, no caso dela, essa “tarefa” acaba se configurando enquanto uma fonte de obtenção de gratificações simbólicas e de reafirmação da sua “função” de “porta-voz”.

O ato pedagógico de educar através da contação de histórias contribui com a formação integral da comunidade e com a manutenção e transmissão da memória do grupo. Atenta-se, portanto, ao caráter de “imprescindibilidade” do trabalho de mediação que a agente desenvolve, também legitimado pela “necessidade” de se fazer conhecer a história, reforçá-la e mais do que isso, evocar as “raízes”, a “tradição” e a “herança ancestral” com vistas a manter vivo o sentimento de continuidade da “negritude”, sobretudo para as gerações futuras.

Essas ideias e categorias são acionadas no repertório de justificação da palavra autorizada operada pela agente e conformam as bases de fundamentação e atualização, ao mesmo tempo, da “tradição” (garantindo a invenção e reconhecimento de uma ancestralidade) que permite respaldar o “presente” (REIS, 2010), orientando ainda a perspectiva de uma “história compartilhada” e comum ao grupo. Esse trabalho de fabricação do passado permite, através da construção e reconstrução da “memória negra”, que a agente construa também simultaneamente seu lugar nessa “memória”.

O investimento de Mundinha Araújo no trabalho de produção de “memórias pessoais” e de “seu povo” atesta que o que está em jogo é também uma constante tentativa de construção da autoimagem ou apresentação de si, que faz parte de um processo de auto

consagração. Assim sendo, a fabricação dessa “memória” pode ser entendida como “um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 201).

Com efeito, percebe-se recorrentemente em seus discursos e narrativas bibliográficas, a forte identificação com as “classes populares”, comunidades rurais e suas “demandas”, consequentemente colocando-se como parte do “povo”, remetendo sempre a uma lógica de “pertencimento” e de “identificação” com as “lutas do povo negro”, mesmo aquelas que temporalmente ela não vivenciou, o que torna evidente o acionamento de uma “memória ancestral”.

Conforme Souza (2018, p. 31):

Mundinha queria falar do povo negro, mas não reafirmando os momentos de dor e sofrimento, mas os de resistência e lutas. Foi para o Arquivo Público procurar o texto das leis abolicionistas, uma vez que não eram difundidas nas salas de aula do Maranhão. Elas foram o conteúdo do primeiro livreto produzido pelo CCN, voltado aos docentes do ensino básico. Foi uma novidade na época. Sem estar em contato direto com as discussões, mas conhecedora da realidade que a cercava, Mundinha já buscava difundir uma pedagogia decolonial, voltada para a valorização do povo negro e de suas histórias.

Mundinha Araújo fez do trabalho de “preservação” da “memória” efetivamente uma “missão”. Isso se evidencia na dedicação para organizar um arquivo pessoal e na criação da biblioteca Eugênio Araújo, uma pequena estrutura institucional dedicada a “preservar” e difundir seu acervo (HEYMANN, 2005), local em que é possível notar a “mescla” entre a “memória” individual e coletiva da agente. Segundo ela:

É um acervo que eu venho investindo. Eu compro livros. Mas também não queria que as informações ficassem só comigo. (...) Podem chegar aqui, sentar, ler, fazer sua ficha, tudo... e essa é a intenção. E é o que eu consegui acumular também como militante do movimento, as minhas anotações, e carta e tudo o que era dirigido para mim, porque eu procurei formar o arquivo do próprio CCN (Centro de Cultura Negra do Maranhão). Que resta pouco. Disseram que eles chamavam de arquivo morto, jogavam não sei por onde... Eu disse: “Não tinha nem idade para ser morto. Não tinha nem um século. E não existe arquivo morto. Todo arquivo está muito vivo”. (...) Eu estava mais preocupada em formar o arquivo do CCN. Não era o meu particular.” O meu já foi em decorrência até da própria trajetória do processo. (ARAÚJO apud HEYMANN, 2005, p. 1-2).

Primeiramente, observa-se mais uma vez o peso que a militância assume na trajetória da agente, já que ela aponta a preocupação em priorizar inicialmente o acúmulo de arquivos que constituem a história da entidade cuja qual ela integrou. Somente “em decorrência da própria trajetória do processo”, ou seja, em virtude do reconhecimento e notoriedade adquiridos através de sua ação política, ela considerou a possibilidade de se dedicar à organização de um acervo documental pessoal. Além disso, verifica-se que a “memória” é tomada por Mundinha como “motivação” para a idealização de um espaço direcionado à

“proteção” e “preservação” do “patrimônio” reunido ao longo de sua trajetória pessoal e militante.

O local pode ser entendido também como um “centro de referência” e difusão de memórias e espaço de afirmação da “identidade” individual e coletiva da agente, tendo em vista que reflete materialmente através de livros e outros símbolos, o vínculo afetivo e o sentimento de pertencimento à “comunidade negra”. Localizada na Rua da Misericórdia, número 288, Centro de São Luís, a biblioteca cujo nome homenageia o pai de Mundinha, transformou-se em seu local de trabalho.

Segundo ela, a homenagem se deu pelo fato de seu Eugênio ter sido o grande estimulador dela e de seus irmãos quanto ao hábito da leitura e à educação que pôde proporcionar-lhes através dos livros, demonstrando a importância de manter viva a “memória” como um elemento significativo e emblemático da própria trajetória e de seus antepassados.

Figura 11 - Fotografia de Eugênio Araújo (pai de Mundinha)



Fonte: Déborah Serra, 2019

Destacando o caráter incentivador de seu pai, ela afirma:

Como eu disse, meu pai é que estimulou em nós, os filhos, a leitura. Se não fosse meu pai... meu pai sempre comprou livros. Lógico que a biblioteca, essa, não é a dele, mas

na nossa casa tinha biblioteca. [...] Eu acho que é uma justa homenagem: é um negro, é um operário que lidava com as letras, e não só isso, mas o fato de ter tido 12 filhos e que proporcionou esse acesso à educação (ARAÚJO apud HEYMANN, 2005, p. 2).

Nota-se que a agente atribui bastante importância à trajetória de seu pai, chegando a considerar que deva ser conhecida por mais pessoas, o que indica ainda um apego ao sentimento de continuidade de sua história familiar:

Eu tinha muita afinidade com meu pai. Eu digo: “Meu pai tem que ficar aí”. Eu ainda vou fazer um folder com a biografia dele. Ele não pode ser só o pai de Mundinha, tem que saber o que ele foi para a gente (ARAÚJO, 2004, p. 93).

Quanto à temática da “negritude”, ela está presente não só nos livros, mas em quadros, objetos e artefatos de decoração que fazem menção à arte africana e fotografias de figuras importantes do movimento negro mundial que teriam inspirado a trajetória da agente. Imagens de notáveis como Angela Davis, Martin Luther King, Nelson Mandela, Lélia Gonzales, entre outros, bem como cartazes dos eventos realizados pelo movimento negro nacional e local, estão expostos por todo o espaço da biblioteca.

Figura 12 - Objetos de decoração representativos da arte africana expostos na biblioteca Eugênio Araújo idealizada por Mundinha Araújo



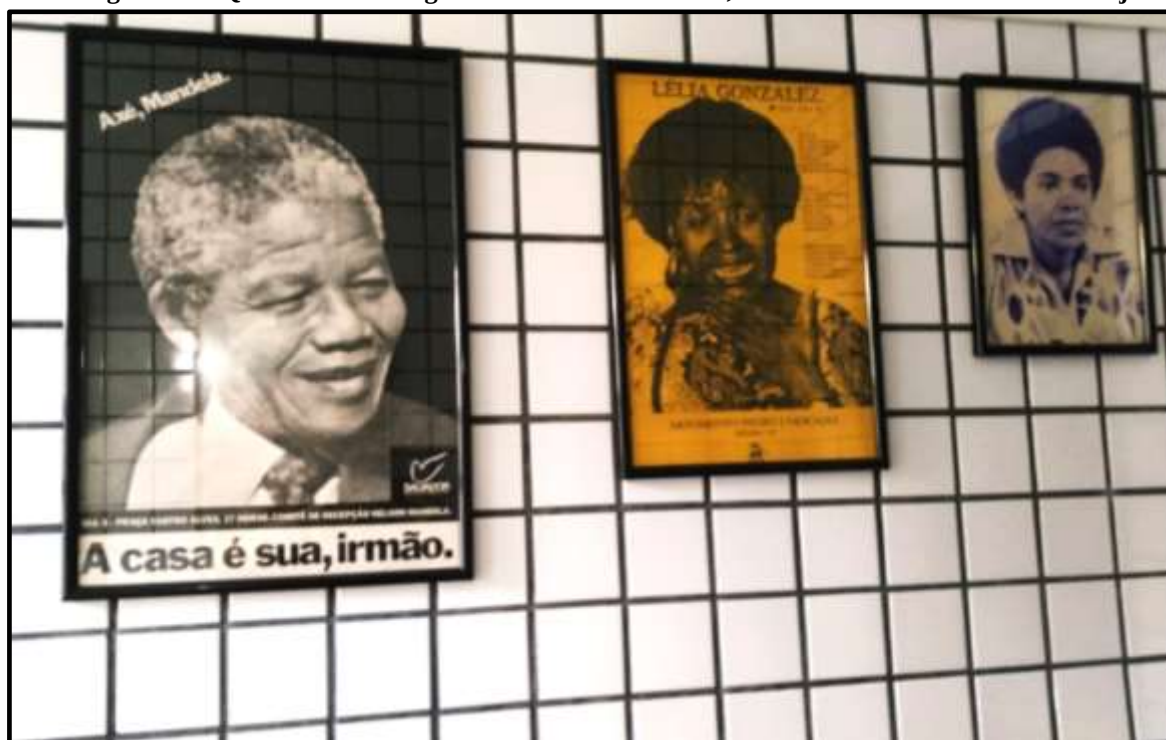
Fonte: Déborah Serra, 2019

Figura 13 – Parte do acervo da biblioteca Eugênio Araújo idealizada por Mundinha Araújo



Fonte: Déborah Serra, 2019

Figura 14 – Quadros com fotografias de Nelson Mandela, Lélia Gonzales e Mundinha Araújo



Fonte: Déborah Serra, 2019

O acervo reunido e transformado em biblioteca pela agente, não existe apenas enquanto espaço de acúmulo documental, mas como um modesto “lugar de memória”, cujo significado extrapola as fronteiras da representação de sua memória individual. Não por acaso,

através de sua trajetória, mas também por ser uma titular de arquivo privado que serve ao interesse público, Mundinha passou a ser vista como a “memória do movimento” (HEYMANN, 2005), já que é detentora de um conhecimento simbólico e material único, reconhecido, buscado e legitimado pelo grupo e por todos que a enxergam como “protetora da memória negra”.

Sabendo que o investimento na institucionalização de um acervo, seja ele público ou privado, requer, sugere e depende da existência de recursos sociais, políticos e financeiros para operar a transformação do acúmulo documental em realidade, cabe compreender que o que está em jogo, para além da “vontade” e “intenção” da agente em criar um espaço com fins à “preservação” de “memória”, é a possibilidade de adquirir trunfos simbólicos e reconhecimento social por tal ato.

Desse modo, a iniciativa na direção de colecionar elementos materiais que expressam a “memória” individual e coletiva, consiste em uma tentativa – intencional ou não – de reafirmar o lugar de notoriedade que lhe foi “concedido”. Quer dizer, sua efetiva participação e conhecimento sobre determinados eventos históricos, vem acompanhada da apresentação de competências, habilidades e saberes considerados raros e imprescindíveis.

Imbuída de um sentido de “missão geracional” individual e coletivo, Mundinha Araújo adquiriu reconhecimento também devido ao extenso e incessante trabalho intelectual desenvolvido, do qual resultam inúmeras pesquisas e produções sobre a história dos negros e negras. Nesse contexto, o trabalho de reconstrução de si e “dos seus”, expresso na dedicação à “proliferação de memórias”, consiste em “recuperar” o “elo perdido” durante o forçoso processo de rompimento com o passado. A “certificação coletiva” é o que permite com que a agente atue como mediadora e “intérprete” dos fluxos simbólicos e discursivos e assegurem seus posicionamentos legítimos sobre que elementos, episódios, fatos históricos, personagens e narrativas das “heranças históricas” devem ser selecionados e “preservados”.

Assim, desempenhando o papel ativo nas imposições e articulações sobre o “patrimônio cultural e histórico negro”, ela elege as “bandeiras” e temáticas que melhor traduzem, por meio de suas identificações, as “causas” que defende. As “memórias” são, pois, em certa medida, resultantes das intervenções da agente, recortes do passado que indicam, por meio de um roteiro prévio e determinado, que episódios de sua vida cotidiana, familiar e política, devem ser “recuperados”, como se estivessem perdidos, salvando-os assim do esquecimento e tornando-os presentes.

É neste sentido que podemos compreender que a produção escrita de Mundinha Araújo relaciona aspectos e “causas” consideradas marcantes em seu itinerário pessoal e os

fatos coletivos relevantes eleitos por ela através de sua atuação “técnica” que melhor representam o “grupo”. Em sua obra “Negro Cosme: em busca de Dom Cosme Bento das Chagas, tutor e imperador da liberdade”, Mundinha Araújo critica a forma como os autores escrevem sobre Cosme e a Revolta da Balaiada e procuram “confundir a opinião pública em relação à sua guerra pela liberdade” dos escravizados (PARECER CEE/MA - 212/2020):

Pois se ele se revoltara em nome das liberdades bem-te-vis, estaria lutando por outras causas ao lado de rebeldes que nunca requisitaram em seus manifestos a liberdade dos escravizados, e que, logo no início da guerra não queriam saber dos mesmos em suas fileiras (2008, p. 41).

A autora salienta que Cosme se preocupava com a liberdade, a consciência e a educação no Quilombo Lagoa Amarela ao ressaltar:

Hoje, pode-se afirmar que Cosme governava o seu povo com uma visão progressista para aquela época. Ao criar a escola no quilombo, em plena guerra, fica demonstrado que o sentido de liberdade para esse líder suplantava todos os limites estabelecidos pelo sistema escravocrata aos negros, dada à sua condição de cativos. E mais, ao ensiná-los a ler e escrever mostrava-lhes que além da liberdade física que adquiriam fugindo da casa do senhor, havia a liberdade da mente, da alma, uma liberdade plena adquirida através da educação (ARAÚJO, 2008, p.44).

No prefácio do livro “Insurreição de Escravos em Viana – 1867” escrito por Joel Rufino dos Santos, o autor contesta a “velha mentira” repetida de que não é possível fazer história do negro no Brasil, já que existe um grande número de documentos à espera de pesquisadores habilitados e interessados como Mundinha Araújo, considerada por ele como “uma das mais competentes e estimadas intelectuais do movimento”, cujo conhecimento e “domínio do assunto” a distinguem:

Há uma velha mentira, repetida até por lideranças de movimento negro, de que não é possível fazer história do negro no Brasil "porque Rui Barbosa queimou os documentos". Primeiro, a história não depende exclusivamente de documentos - escritos ou não. Segundo, o prejuízo causado pela resolução ministerial de Rui, em 1890, mandando queimar livros e papéis da escravidão, diz respeito somente aos recolhidos ao Ministério da Fazenda. Na verdade, há uma quantidade enorme de documentos sobre os afro-brasileiros dormindo em arquivos públicos e particulares, **à espera de pesquisadores como Mundinha Araújo - habilitados e interessados em revelar a trajetória de sofrimento, luta e prazer do povo brasileiro. Mundinha está de fato habilitada à tarefa que se impôs.** Faz tanto tempo - eu a conheço há pelo menos dez anos - que vem recolhendo amorosamente informações sobre quilombos no Maranhão, que **hoje ninguém domina o assunto como ela.** Seu interesse no tema - como também posso testemunhar - não é puramente intelectual. **Mundinha é uma das mais competentes e estimadas intelectuais do movimento negro.** (Não sei se ela gosta de ser chamada de intelectual, mas é no sentido bom do termo: o que faz e pensa sobre o que faz, contribuindo para o nosso maior conhecimento da realidade e avanço das lutas sociais) (SANTOS, 1994, **grifos meus**).

Segundo publicação disponível na página da Academia Vianense de Letras do Maranhão (2013), o livro é considerado um oportuno trabalho de pesquisa de leitura obrigatória para aprender sobre um dos fatos históricos “esquecidos” pela história oficial por narrar a “rebelião dos pretos de Viana”, tendo alcançado, desde o seu lançamento em 1994, citações nas mais diversas obras que “tentam melhor esclarecer a postura do negro frente a tão cruel forma de dominação”.

Percebe-se muito fortemente que um dos argumentos que “justificam” o trabalho de Mundinha quanto à produção de livros – e que sinaliza as disputas em torno da possibilidade de apresentar novas versões sobre a “história negra” – são as lacunas deixadas pela história oficial e a necessidade de contestação de narrativas que subjagam, minimizam e apagam o protagonismo negro nos mais diversos contextos históricos. Elementos como uma postura progressista e ativa por parte dos “heróis negros”, insurreições em favor da liberdade e a apropriação de instrumentos de mobilização, como a educação, para subverter o sistema escravocrata, são elementos recorrentemente presentes nas obras da autora.

Tendo sido uma de suas primeiras publicações, “Breve Memória das Comunidades de Alcântara”, trouxe através de registros históricos da memória oral e documentação fotográfica da comunidade Cajueiro Velho, localizada em Alcântara, visou “recuperar” as memórias que os moradores guardavam do antigo território, o sentimento de pertença e as manifestações culturais ali presentes, buscando relacionar todos esses aspectos com a “identidade quilombola” atribuídos à comunidade dos povoados localizados na área desapropriada para a instalação da Base Espacial³⁶.

Nas obras que se seguiram, Mundinha dedicou-se a discutir principalmente a luta por autonomia, movimentos de insurreição e estratégias de resistência negra, sobretudo nos territórios denominados “terras de preto”³⁷, distribuídos pelo corredor do Vale do Itapecuru, Baixo e Médio Mearim, Baixo Pindaré, região do Gurupi, Munim, estendendo-se até o Baixo Parnaíba e Baixadas Ocidental e Oriental do Maranhão. Em 1994, suas pesquisas resultaram na publicação da obra “Insurreição de escravos em Viana – 1867”. Mundinha também atuou na organização da obra “Documentos para a História da Balaiada” que buscava reconstituir a

³⁶ A instalação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) deixou, à época, oito seculares comunidades negras ocupantes da área. Com o objetivo de instalar a uma base espacial destinada ao lançamento de foguetes, foram desapropriados 52 mil ha, prejudicando a população local. Foram deslocadas 312 famílias para agrovilas e núcleos de colonização do Ministério da Aeronáutica (FIABANI, 2009).

³⁷ De acordo com Almeida (1998), por intermédio da categoria quilombo, ressemantizada tanto política, quanto juridicamente, tem-se, pois, um novo capítulo de afirmação étnica e de mobilização política de segmentos camponeses, que se refere particularmente às chamadas terras de preto ou às situações designadas pelo movimento negro como “comunidades negras rurais”.

historiografia de uma das “revoltas negras” mais importantes do Maranhão. Seguindo sua busca por heróis negros, Mundinha tratou através de suas pesquisas, de dar novos tons à história de Negro Cosme.

Contestando as narrativas históricas oficiais, a agente demonstra na obra “Em busca de Dom Cosme Bento das Chagas, Negro Cosme: tutor e imperador da liberdade”, o papel de liderança que Cosme desempenhou frente a um dos maiores “levantes populares” maranhenses, apesar de ter sido caracterizado como uma figura perversa e desumana por ter encabeçado a Balaiada. Ela procurou ressignificar tais interpretações, apresentando outros contornos da personalidade e vida deste personagem, como o fato de ter criado a escola da Fazenda da Lagoa Amarela, a primeira que se tem conhecimento de ter existido dentro de um quilombo no século XIX. Mundinha expõe na obra que a alcunha de “imperador da liberdade” contribuiu para que a historiografia o reduzisse a um personagem “folclórico”.

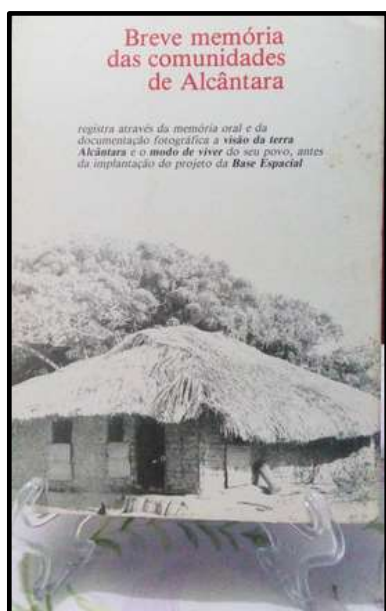


Figura 16 – Capa do livro “Breve memória das comunidades de Alcântara” de autoria de Mundinha Araújo
| Fonte: Google

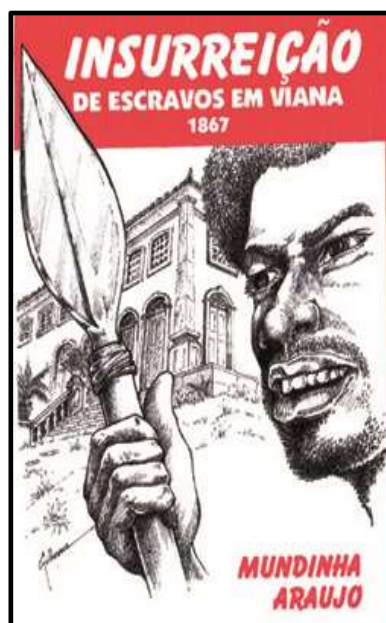


Figura 15 – Capa da 2ª edição do livro “Insurreição de escravos em Viana – 1867” de autoria de Mundinha Araújo
| Fonte: Google

Assim, empenhada em encontrar histórias que exemplificassem a capacidade multifacetada de articulação e resistência negra ao sistema escravagista e também pós abolição, Mundinha procurou elaborar suas próprias versões da “história negra” no Maranhão, estabelecendo, por meio de suas produções, um lugar de destaque para a “cultura

afromaranhense” e conseguindo até mesmo “provar” a legitimidade e veracidade de suas análises:

Eu sei da contribuição para a mudança de mentalidades em relação a determinados temas. Por exemplo, eu quando comecei, o que eu queria era derrubar a afirmação de que os índios não se submeteram à escravidão e os negros se submeteram. Esse é que foi o começo pra eu investigar, porque é claro que teve uma reação, eles lutaram, porque ninguém se submete assim à escravidão. Mas eu precisava mostrar o que os negros fizeram para se opor, reagir e resistir à escravidão. Não só em busca da liberdade, mas preservando sua cultura, seus ritmos, suas danças e seus cânticos. Então eu fui atrás e isso **eu consegui provar que existe**. Quando eu mostro que houve duas insurreições no Maranhão, uma chefiada pelo Cosme e outra no município de Viana, **eu provo** que os negros no Maranhão fizeram até insurreições para se libertar. Além disso, os outros trabalhos que eu tenho sobre as manifestações culturais e as terras de preto, mostram desde a origem comunidades negras. Eu saí pelos povoados recolhendo essas histórias (ARAÚJO, 2019, **grifos meus**).

A natureza das informações priorizadas nas obras de Mundinha Araújo enfocam o caráter de “heroicização” de figuras negras e narrativas de exaltação dos movimentos de insurreição e resistência ocorridos em diversas partes do Maranhão. Além disso, evidenciam o trabalho realizado por Mundinha Araújo desde meados da década de 1970 junto às comunidades quilombolas, que vieram a contribuir com a discussão acerca da garantia de direitos frente ao estado brasileiro. Dessa maneira, a produção da agente tornou-se uma ferramenta de auxílio para a mobilização coletiva das “comunidades negras” e remanescentes de quilombo.

Quadro 6 – Publicações de Mundinha Araújo

TÍTULO	ANO DE PUBLICAÇÃO	EDITORA
Breve memória das comunidades de Alcântara	1990	SECMA/SIOGE
A invasão do quilombo Limoeiro – 1878 (pesq/org.)	1992	APEM/SIOGE
Insurreição de escravos em Viana – 1867 2ª edição revista e ampliada 3ª edição revista e ampliada	1994 2006 2014	SIOGE EDIÇÕES ACADEMIA VIENENSE DE LETRAS
Documentos para a história da Balaiada (org.)	2001	FUNCMA/APEM
Em busca de Dom Cosme Bento das Chagas – Negro Cosme – Tutor e imperador da liberdade	2008	ÉTICA EDITORA
Descendência de Elesbão Lourenço de Araújo e Ana Raimunda de Sá Caldas (Donana)	2012	LITHOGRAF

Mais recentemente, Mundinha decidiu se debruçar sobre o projeto pessoal de “resgate” de sua origem familiar, reconstituindo sua árvore genealógica a partir da descendência de seus avós paternos. A organização do material deu origem à obra “Descendência de Elesbão Lourenço de Araújo e Ana Raimunda de Sá Caldas (Donana)”, publicada pela agente em 2012, onde de forma um tanto “romantizada” e “poética” ela reconstrói a própria “ancestralidade”.



Figura 18 - Capa da obra “Descendência de Elesbão Lourenço de Araújo e Ana Raimunda de Sá Caldas (Donana)” | Fonte: Déborah Serra, 2019



Figura 17 - Contra-capa da obra “Descendência de Elesbão Lourenço de Araújo e Ana Raimunda de Sá Caldas (Donana)” de autoria de Mundinha Araújo | Fonte: Déborah Arruda, 2019

Nota-se que a ênfase e reafirmação dadas aos processos de resistência, se constituem como um trunfo incontestável de insubordinação às elites, numa tentativa de fabricação do passado que reconta, reescreve e reelabora a história dos “ancestrais” a partir de uma perspectiva ativa, subvertendo a lógica passiva com que a história oficial descreve os negros. Os aspectos abordados por Mundinha em sua produção bibliográfica estão pautados primeiramente em uma dimensão pública (que abrange sua atuação como integrante do movimento) orientada por uma iniciativa de cunho coletivo que busca saber sobre os “antepassados”. E o outro originado da esfera privada (universo familiar), mais pessoal, que aciona laços afetivos, parentesco, linhagem, suas próprias “memórias” e as bases de constituição de outro tipo de “herança”.

Trata-se de renovar, simultaneamente, seus laços pessoais e políticos, o que demonstra, de diferentes maneiras, a indissociabilidade das duas dimensões. Portanto, a bibliografia da agente aponta para a gestão da própria imagem, onde em um nível, torna-se ela mesma fonte de material biográfico, e em outro, ao apresentar um rol de informações que narram através de versões próprias os feitos do “grupo”, torna-se fonte de material histórico, por meio dos quais pode mobilizar conceitos, narrativas, fatos, opiniões e pensamentos que encontram ressonância na “comunidade”.

Dessa maneira, através da “autorização” para desempenhar práticas formuladoras de bens culturais e atuar na descrição, seleção e classificação de símbolos e signos que designam a “identidade negra”, a agente torna-se apta a definir o que deve ou não ser “resgatado” e “preservado”, rememorado ou esquecido, relevante ou não a ser contado. Assim, constrói um universo de valores que são incluídos ou excluídos de acordo com uma partilha de sentidos e transmissão de significados que fazem emergir representações e identificações pessoais, simbólicas e ideológicas, onde estão sempre em jogo processos de “negociação” que convergem para a formatação dos discursos de “memória” acionados por ela nas lutas que empreende.

Neste sentido, é possível compreender que o trânsito de Mundinha Araújo por múltiplos domínios sociais (político, intelectual e militante), permite com que ela mobilize reiteradamente temáticas específicas e torne equivalentes uma diversidade de “causas” que pleteia e defende no jogo político. Entre as “causas que considera mais importantes, estão:

Ter sido professora, ter despertado pra luta de consciência e pra situação do negro no mundo, e no Arquivo Público ter tido a oportunidade de organizar aquele acervo e levar pessoas a se dedicarem e inventariarem aquela documentação que estava desorganizada. Então essas três coisas eu vejo que foi o que realmente valeu a pena. Ter acompanhado as mudanças, conquistas e essa evolução do ser humano até aqui enquanto cidadã, valeu a pena. [...] Não é dizer que mudou totalmente, mas hoje tem mais oportunidade de assistir e refletir. [...] Aqui é uma sociedade cujo comportamento das pessoas ainda tem muitas sequelas do tempo da escravidão. Séculos e séculos determinado segmento explorando outro. Isso não termina por lei, é uma mudança que tem que haver através da educação, porque é o pilar. Então ninguém faz nada por nós se não lutarmos. Nós é que devemos falar por nós mesmos e conhecer a nossa história. Em princípio minha causa sempre foi a dos direitos humanos, aí envolve mulheres, negros, mais especificamente negros, porque precisava que a gente desse uma atenção especial (ARAÚJO, 2019).

Verifica-se que a educação, a consciência da “negritude”, os “direitos humanos” e o trabalho de “resgate” da “memória negra” são destacados no repertório legítimo da agente e demarcam “causas” específicas que perpassam seu itinerário biográfico através de suas inserções profissionais e políticas e também orientam seu “fazer intelectual”. Assim, constata-se que a agente se especializou e priorizou recortes temáticos mais alinhados aos seus projetos pessoais e visões de mundo também muito em decorrência de seus trânsitos.

Ressalta-se que esses elementos são construídos e ressignificados nas relações vividas e nas leituras objetivas do mundo realizadas pela agente em distintos momentos históricos. Nesse sentido, as estratégias de produção da própria biografia variam em razão não somente das suas formas de difusão, mas também de contextos políticos específicos (BRIQUET, 1999; GAÏTI, 1999) que implicam a valorização e ênfase em determinados “traços” biográficos em detrimento de outros. Cabe enfatizar que os critérios de legitimidade nesse universo ancoram-se, no sentido de continuidade acionado na ideia de uma “memória herdada” dos ascendentes e no cultivo da “tradição” em redes de sociabilidade fortemente marcadas pelo parentesco por consanguinidade, por aliança e metafórico (GRILL, 2008).

Conjuga-se a isso o fato de que o trabalho de produção de “memórias” está comumente ligado ao passado de maneira nostálgica e expressa uma interseção com o tempo presente. Não raro, as rememorações portam uma carga significativa de “saudosismo” e “melancolia”, como é possível perceber no trecho a seguir referente a uma fala de Mundinha Araújo:

Eu estou em uma fase da vida que é de lembranças. Eu já vi tudo e tudo passa! Nós permanecemos. O importante é o que se vai fazendo por nós mesmos e pela luta coletiva. Tudo o que se aprende, é importante que se passe adiante. No que eu consigo me libertar, eu tenho que passar adiante. Isso eu acho que nós fizemos enquanto militantes do movimento (ARAÚJO, 2019).

Fica evidente o sentimento de “missão cumprida”, assim como a percepção de ter conseguido, através da atuação política dentro do “movimento”, “passar adiante” não somente os saberes e conhecimento adquiridos, mas o “ímpeto para a luta” e o “despertar de consciência” necessários para dar continuidade e sequência à militância. Desse modo, está claro que a existência do grupo reside na própria existência do “porta-voz” enquanto membro identificador (PIZZORNO, 1988), na lealdade e na crença que não só o grupo deposita nesse jogo de representatividade, mas que o próprio “porta-voz” deposita na causa legítima defendida por ambos.

Tomando elementos presentes nas produções bibliográficas de Mundinha Araújo, foi possível analisar o trabalho constante de “resgate” e transmissão da “memória negra” realizado pela agente, que influencia diretamente em sua afirmação política e intelectual e reforça seu reconhecimento enquanto “porta-voz” do movimento negro no Maranhão. A notoriedade adquirida por falar em nome da “causa negra” é resultado de sua trajetória militante e de uma vida dedicada à construção de narrativas históricas sobre esse grupo. Evidenciou-se ainda de diversas maneiras que as “causas” com as quais conseguiu se legitimar e que aparecem

recorrentemente em sua produção escrita e fluxos discursivos, retratam uma composição plástica do conjunto de identificações construídas no decorrer de sua trajetória.

Considerando o sentido de pertencimento e o acionamento da “identidade étnica”, ao ativar esses mecanismos a agente lança mão de uma série de recursos amalgamados que estão em voga no jogo político e que nos permitem tomá-los como instrumentos importantes para compreender de que modo ela consegue administrar “identidades estratégicas” (COLLOVALD, 1988). Interessa, pois, investigar como os usos da “intelectualidade” e o “compromisso” com a “preservação” da “memória negra” refletem na construção de uma autoimagem e tornam seu trabalho de “agenciamento” e gestão da “memória” mecanismos de consagração pública, conferindo a Mundinha um caráter de “excepcionalidade” e reafirmando sua “excelência social” manifestada no acúmulo de homenagens e como isso reverbera em seus domínios práticos de atuação.

5 A “GUERREIRA” QUE FAZ HISTÓRIA: MUNDINHA ARAÚJO E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE SUA IMAGEM PÚBLICA

5.1. A gestão das “identidades estratégicas”

Assim como pontuado anteriormente, faz parte da análise aqui empreendida a compreensão de como a agente lança mão de seus discursos de interpelação, mobilizados no “jogo” e alinhados às posições e tomadas de posições que ela assume. Objetiva-se examinar neste capítulo, os trunfos que garantem a Mundinha Araújo um lugar de notoriedade e os critérios de excelência que legitimam seu pertencimento a uma posição dominante no âmbito cultural no Maranhão, além do protagonismo nos debates políticos e intelectuais relativos à “cultura negra”.

A abordagem consiste ainda em identificar como ela opera os recursos amalgamados e as possibilidades de administração e gestão de “identidades estratégicas” (COLLOVALD, 1988), que influem na construção de sua imagem pública. Interessa-nos discutir também como os usos da “intelectualidade” e o sentido de “missão” e “compromisso” que ela atribui ao exercício de “preservação” da “memória negra”, refletindo na elaboração de sua autoimagem e tornando seu trabalho de “agenciamento” da “memória” um mecanismo de consagração pública, materializada no acúmulo de premiações e homenagens que “comprovam” sua “excelência social” e reverberando em seus domínios práticos de atuação.

Como discutimos, a vinculação a determinadas “redes” influencia na conquista de autoridade legítima para que os “porta-vozes” participem das batalhas pela produção de representações sobre o mundo social. Além disso, a posse de recursos culturais e de determinados atributos “qualificados” e saberes socialmente valorizados, favorecem o trabalho de formulação de bens simbólicos desenvolvido por esses agentes. Não raro, eles costumam integrar as mesmas redes de interreconhecimento, sendo recrutados segundo critérios que consideram suas “competências” e a possível aproximação com as temáticas que operam. De igual modo, a existência de laços de amizade e lealdade exerce grande peso quanto à inserção desses agentes em instituições, entidades e órgãos culturais, assim como seu vínculo junto a essas instâncias possibilita a ampliação dos recursos simbólicos, culturais e sociais por eles adquiridos.

Como apontou Collovald (1988, p.29), faz-se necessário “estudar as condições de ‘fixação’ das identidades segundo as instâncias onde ela é tornada pública”, tendo em vista os processos de redefinição aos quais elas estão suscetíveis, o que supõe “considerar o conjunto de seus modos de existência pública”. (COLLOVALD, 1988, p.29). No caso de Mundinha

Araújo, a construção de sua autoimagem e de uma imagem pública está fortemente pautada no fato de ela “encarnar” pessoalmente essa(s) identidade(s). A própria trajetória da agente “valida” seus discursos, à medida que não é a partir do “exterior” que interpela seus “pares”, “permitindo-lhes defender seus interesses; pelo contrário, ela os interpela (uma vez que os constitui) como portadora e representante, ela própria, dessa(s) identidade(s)” (SCOTTO, 1995, p. 25).

Através principalmente de sua atuação militante e da “eleição” e mobilização de “bandeiras” específicas defendidas no decorrer de sua trajetória, Mundinha vem conseguindo consolidar o reconhecimento adquirido em seu itinerário, tendo sua reputação assentada muito em função de seus alinhamentos e lutas em torno da “causa negra”. A dimensão “coletiva” que ela aciona e mobiliza em suas ações políticas, constitui-se como uma das ferramentas de legitimação de seu papel “especializado” e de detentora dos “critérios de excelência” necessários para falar em nome da “comunidade”.

Isso se evidencia no fato de que, em relação aos seus contemporâneos de militância e de fundação do Centro de Cultura Negra, por exemplo, Mundinha detém um volume de publicações bastante expressivo sobre temas priorizados pelo movimento. A dedicação (atualmente integral) à construção de um “acervo bibliográfico” sobre a temática da “negritude”, possibilitou que ela fosse gradativamente sendo tida como uma referência nos assuntos relativos ao “povo negro”. A partir disso, assumiu uma posição relevante e distintiva que lhe permitiu não somente formular versões sobre eventos, acontecimentos, personagens, etc., mas tornar-se ela própria uma figura de referência para trabalhos produzidos que destacam a “excepcionalidade” de sua trajetória.

Sendo assim, nota-se o peso que a atuação militante exerce na biografia da agente e como a escrita e o caráter de “abnegação” que ela parece atribuir ao exercício do trabalho intelectual, de pesquisa e de transmissão dos seus posicionamentos – por meio dos quais retirou e retira retribuições simbólicas – determinam e influenciam diretamente na dinâmica de administração da sua imagem. Foi também por meio da militância que, com o passar do tempo, ela pôde conquistar visibilidade e projeção, graças à participação em espaços públicos e eventos, seja “falando em nome” do Centro de Cultura Negra e de “seu povo” ou em nome próprio.

A vinculação a essa entidade e os “esforços” empreendidos quando da inserção de Mundinha em outros espaços, proporcionaram conquistas e recompensas “coletivas” e, justo por isso, contribuíram para que a agente fosse cada vez mais, vista como “porta-voz” da

“comunidade”, o que, por sua vez, acarretou o ganho de recompensas individuais como resultado de sua “doação” à “causa”. A ausência de capital familiar “herdado” foi “compensada” pelas possibilidades de, através dos investimentos efetuados no militância, acumular capital simbólico, condicionando as formas de engajamento e potencializando o valor dos bens culturais mobilizados nas “causas” (SAPIRO, 2012) que ela empreendeu.

Segundo Mundinha, todas as atividades que desenvolveu “tanto no serviço público como na vida, foram somando” (ARAÚJO, 2004, p. 79). No entanto, o controle de recursos operado pela agente e a construção e significação deles, além da gestão de suas “identidades estratégicas”, foram determinantes para “marcar” os aspectos de distinção imputados a ela em relação a outros militantes que ajudaram-na a encabeçar a idealização do Centro de Cultura Negra, visto que nem todos conquistaram uma posição proeminente que assegurasse tornarem-se publicamente reconhecidos, nem estavam hierarquicamente posicionados nas mesmas condições, não tendo assim atingido igual projeção.

Em termos gerais, foi o caráter de “serviço” e “compromisso” associados à “causa”, que motivaram-na a iniciar suas pesquisas e posteriormente “tomar a frente” do processo de articulação e recrutamento de apoiadores para o movimento. Isso é destacado em diversos momentos pelos contemporâneos de Mundinha. Como explicita Magno Cruz (2004, p. 27), “teve uma base que foi a Mundinha, que alicerçou (...) foi o alicerce forte da formação, da construção mesmo ideológica do próprio movimento”.

Sublinha-se que a existência de uma “identificação coletiva” compartilhada foi bastante importante para garantir a “legitimidade” das propostas e do trabalho desenvolvido por Mundinha, tendo em vista que seus investimentos culturais e intelectuais nesse sentido, permitiram com que ela se tornasse dotada dos atributos estimados e necessários para fundamentá-los. Além, claro, das “identidades corporificadas” (mulher e negra) e visíveis (SCOTTO, 1995) que ela carrega, que a precedem e também acionam no grupo “identificações coletivas”, sejam étnicas ou de gênero.

Portanto, o acionamento de suas “identidades estratégicas” deve ser pensado a partir de uma lógica bidimensional que envolve a esfera individual – ou seja, como ela constrói sua autoimagem e elabora a própria existência em si e para si – e como um conjunto de propriedades que a caracterizam encontram ressonância na esfera coletiva, tornando-se uma “marca simbólica” distintiva significada por um tipo de “existência representacional”.

Levando em conta que a agente não possui uma volumosa quantidade de recursos sociais de origem e a expressividade que a militância assume em sua trajetória, cabe ainda

rediscutir os elementos que se apresentam como centrais em seu itinerário e que são levados em conta para compreender a notoriedade adquirida no percurso. É sobretudo o trabalho intelectual e a produção escrita que, combinados ao exercício do militância, reforçam a excepcionalidade atribuída a Mundinha e lhe conferem as “certificações” necessárias para participar das disputas pela prescrição de princípios de visão e divisão do mundo social e formulação de bens simbólicos.

Foi defendendo essas atividades como um “propósito” e reafirmando o “voluntarismo” para exercê-las que a agente conseguiu alcançar reconhecimento em múltiplos domínios sociais e, mesmo não fazendo parte do âmbito acadêmico, desfrutar de prestígio intelectual. Interessante pontuar que, conforme demonstramos, ainda que não possua tal titulação e formação, Mundinha é citada em diversos espaços e por inúmeros veículos como “historiadora”, o que acaba se constituindo como um trunfo pela condução quase “orgânica” de seu trabalho.

A própria agente reflete sobre seu distanciamento da academia e a forma como exerce de maneira “autônoma” os “conhecimentos inatos” que acumulou:

Os nossos escritos têm que ser aceitos não só como tese, como dissertação. Eu não me considero uma pessoa da academia. Agora, tenho condições de ir em busca das informações e trabalhar com essas informações. Disso aí eu não tenho nenhuma dúvida. E tenho um imenso prazer em contar as nossas histórias. Eu sempre digo quando me perguntam se sou historiadora: “Não. Não fiz História. Eu sou uma contadora de histórias. E como contadora de histórias eu gosto dessa nossa história”. Apesar de historiadores dizerem que eu sou historiadora. Quem é historiador mesmo? É só fazer um curso de História? Só tirar um diploma de bacharel em História? Quem é historiador, não é? Eu acho que é quem está trabalhando com a história que não foi contada principalmente. E se foi contada, a gente tem que reavaliar isso tudo. E é esse trabalho que eu faço. E estou sempre discutindo. Lógico que não tem muita gente para discutir isso (ARAÚJO, 2004, p. 95).

Percebe-se que a agente estabelece uma diferença entre a história “feita por ela” e a História enquanto disciplina. Sua preocupação consiste em uma “reavaliação” da história tida como oficial. Ainda que se considere uma “contadora de histórias”, Mundinha afirma que gosta “dessa nossa história”, ou seja, da história dos negros e negras recontada, cujas “novas versões” ela ajuda a produzir. Retomamos assim a discussão sobre como a produção bibliográfica de Mundinha está voltada para a construção e formulação de narrativas que apresentam, desmistificam e enaltecem os “heróis negros” e seus feitos, bem como para a reelaboração do passado e da história dos antepassados.

O empenho em realizar a “tarefa” de “resgate” de “memórias” que falam de si e “dos seus”, fez da produção escrita de Mundinha um conjunto de pesquisas que se desdobraram pela “necessidade” de retomar o contato com suas “origens” e também pelas “demandas” da

“comunidade”, cujas especificidades foram se delineando nos mais diferentes períodos históricos que a agente vivenciou. Em algum nível, esse trabalho se aproxima do desempenhado pelos chamados “memorialistas”, que consiste em divulgar relatos e informações “diretamente ligados à vontade do autor em tomar a palavra publicamente, o que implica em se sentir autorizado social e politicamente a possuir ou acreditar possuir competência linguística e intelectual para tal empreendimento” (GRILL, 2012, p. 12).

Isto posto, nota-se que o investimento na escrita se apresenta para esses agentes, como uma possibilidade de transmissão e gestão da própria imagem, permitindo com que eles controlem e gerenciem as “representações de si” e dediquem-se ao trabalho simbólico de autoapresentação e autoconsagração e de administração de suas “identidades estratégicas” (COLLOVALD, 1988). O que está em jogo, portanto, é uma constante oportunidade de negociação e de redefinição de sua autoimagem (NEVEU, 1992).

No que se refere a Mundinha Araújo, o “falar de si” está “diluído” em suas produções. Ainda que não tenha produzido até hoje nenhum material intituladamente “autobiográfico”, tudo o que ela escreveu diz respeito às suas “memórias afetivas” e familiares e às suas “identificações” com assuntos que lhe são pessoalmente caros.

Ela demonstra ter pensado em algum momento sobre a própria representatividade. Não por acaso, ao fundar a biblioteca Eugênio Araújo, elegeu os elementos mais “adequados” para compor seu “espaço pessoal de memória”, mas chama atenção, principalmente, a preocupação em realizar uma “curadoria” bastante minuciosa dos textos que tratam mais diretamente sobre sua trajetória. Com o intuito de “facilitar a pesquisa” (ARAÚJO, 2019), ela reuniu, levantou, organizou, digitou e imprimiu durante anos, grande parte dos documentos relativos às suas “motivações” e “intenções” de pesquisa, publicações, homenagens, entre outras coisas. Isso sinaliza que ela conduziu (ao menos nesse espaço privado) ativamente a gestão de sua imagem e “escolheu” os eventos mais relevantes de sua trajetória a serem difundidos, revelando um potencial de administração de suas “identidades estratégicas” (COLLOVALD, 1988) e da notoriedade obtida.

Ao investir em um acervo documental e de pesquisa orientado a repensar as abordagens historiográficas vigentes e acrescentar outras interpretações para discutir processos e episódios vividos por homens e mulheres negras, Mundinha cria condições para produzir, ao mesmo tempo, a sua autoimagem e a imagem coletiva do grupo em nome do qual se posiciona. O acionamento ou rejeição de categorias, “memórias” ou narrativas em seus trabalhos, está intrinsecamente ligado a elaboração de novas concepções sobre a “história negra”, que, quando

operadas por uma “porta-voz” autorizada como ela, despertam “identificações”, encontram ressonância na “coletividade” e exercem influência nas “versões” produzidas posteriormente.

Vale, portanto, observar que a legitimidade adquirida para “falar em nome” devido à “qualidade” de pesquisadora, combinada à gestão (consciente ou não) de sua imagem pública, permite compreender porque “o que a Mundinha fala (...) são coisas que a sociedade ouve com muita respeitabilidade, com muita credibilidade (CRUZ, 2004, p. 39), que extrapolam as fronteiras de um “consenso grupal” e são transmitidas e “exaltadas” nos discursos provenientes dos integrantes da “comunidade” ou de pessoas e instituições externas a ela.

5.2. Homenagens e consagração

Consoante ao que abordamos, a construção da imagem pública de Mundinha Araújo não deve ser pensada de maneira “descolada” de uma dimensão coletiva, tendo em vista que a notoriedade e as consagrações por ela alcançadas, se deram muito em função de sua atuação política frente ao movimento negro no Maranhão, de seu engajamento militante junto a ele e do trabalho de formulação de concepções acerca da “causa negra”.

Para além dos elementos tomados como “excepcionais” e que a “qualificam” individualmente enquanto personalidade notável, as estratégias de construção dessa imagem perpassam em muitos níveis, as “identificações” e “identidades” coletivas” frequentemente acionadas pela própria agente, devido ao sentimento de “pertencimento” às lutas que engendrou. É preciso entender a existência de:

Uma tal identificação (“quem somos nós?” - “de onde viemos e aonde vamos?” - “qual é a nossa posição na sociedade?”; “quem são eles?” - “de 32 onde vieram e aonde vão?” - “qual é a posição deles na sociedade?”) - vai permitir o desencadeamento de um processo de construção de sua identidade ou personalidade coletiva, que serve de plataforma mobilizadora (MUNANGA, 1999, p.14).

Assim, a maneira como as “identidades estratégicas” da agente são acionadas por ela e também publicamente tomadas pelas instâncias de “validação” de sua reputação e notoriedade, corroboram aquilo “que ela é”. Conforme afirma Mundinha:

Porque primeiro, eu acho que antes de entrar no coletivo a gente tem que saber: quem somos? O que eu sou? O que é o negro aqui no Brasil? O que esperam de nós? O que esperamos de nós mesmos? Porque se a gente incorporar que vai ser aquilo que sempre ouviu dizer que nós somos, e nós não nos perguntarmos o que nós somos, eu acho que está perdido (ARAÚJO, 2004, p. 95).

É por “entender-se negra” que se dá o “interesse” em assumir o protagonismo no processo de retomada da “memória coletiva”, e que, ao mesmo tempo, encontra “permissão” para “fazer-se coletivamente” em uma “comunidade” de vivências comuns e partilhadas, onde,

justamente por integrá-la, pode trazer à tona publicamente vivências e acontecimentos marcantes de sua história e da história dos “antepassados”. Estes atributos passam a ser acionados como estratégia de construção de uma “identidade comum”, o que por sua vez, possibilita a expressão coletiva das “necessidades” e “anseios” do grupo em conjunturas que propiciam a emergência do discurso (POLLAK, 2000).

Em seu caso, não apenas as conjunturas serviram para orientar suas “motivações” de pesquisa e posicionamentos, como “imprimiu” em cada uma delas uma tentativa permanente de construir e resolver “demandas” e de reagir aos acontecimentos históricos em contextos de efervescência de temáticas específicas, favorecendo o alinhamento a “causas” em voga, como por exemplo, a questão fundiária. Ainda que ela não mobilize todos esses fatores no sentido de extrair retribuições, percebe-se que atribui ao trabalho que desempenha um potencial de “eternização” através da possibilidade de publicar e encara como uma “necessidade” pessoal o interesse em divulgar suas produções:

Eu começo a pesquisar geralmente para as palestras. Depois eu vejo que determinados temas eu posso ampliar mais, então eu começo a me debruçar. Se der para fazer um livro, um livreto ou outra coisa, eu faço, mas eu nunca começo pensando que vai ser um livro. Eu vou em busca das informações sobre determinada pessoa, um fato ou tema, mas não é como essa intenção. Por isso que quando me chamam de escritora eu digo que não, porque o escritor tem isso como uma atividade mesmo do dia-a-dia e eu não. Eu só tenho a necessidade de divulgar o que eu encontro (ARAÚJO, 2019).

Quando questionada sobre sua notoriedade e a importância do trabalho que desenvolveu, Mundinha afirma que “essa parte geralmente quem fala são as outras pessoas” (ARAÚJO, 2019), mas se demonstra consciente sobre a contribuição de ambos para “a mudança de mentalidades em relação a determinados temas” (idem), frisando sua determinação em “provar” as lacunas existentes nas narrativas transmitidas pela história oficial.

Imbuída do sentimento de, segundo ela, “saber mais sobre nós mesmos” (ARAÚJO, 2019), entre prêmios, diplomas, certificados, placas, medalhas e troféus, Mundinha Araújo acumulou mais precisamente desde 1991, honrarias e consagrações pelo conjunto de ações e trabalhos desenvolvidos em prol da “cultura negra”, concedidas por diversas entidades e instituições públicas e privadas.

Quadro 7 - Homenagens prestadas à Mundinha Araújo

ANO	INSTITUIÇÃO	TIPO DE HONRARIA	ESPECIFICAÇÃO ³⁸
1991	Academia Maranhense de Letras	Diploma	Prêmio Antônio Lobo conferido pelo livro “Breve Memória das Comunidades de Alcântara”
1999	Academia Maranhense de Letras	Medalha	Em comemoração ao Bicentenário do nascimento de Manoel Odorico Mendes
1999	Câmara Municipal de Pinheiro	Certificado	Por seus serviços prestados e suas atividades junto à comunidade negra, no sentido de disseminar e defender em Pinheiro e em todo o país os ideais de uma sociedade livre e igualitária com plena consciência de cidadania
1999	Câmara Municipal de São Luís	Placa	Pelos relevantes serviços prestados à valorização, difusão e conservação das tradições culturais do povo maranhense
2001	Prefeitura Municipal de São Luís (Fundação Municipal de Cultura - FUNC)	Placa	Pela sua militância à frente dos movimentos sociais que lutam em busca de uma nova sociedade onde todos participem realmente
2001	Câmara Municipal de São Luís	Medalha	Pelo seu trabalho de pesquisa
2004	Secretaria Extraordinária de Solidariedade Humana	Placa	Pela trajetória de contribuições sociais ao Maranhão
2005	Colégio Marista Maranhense	Medalha	Homenagem à pesquisadora Mundinha Araújo

³⁸ Coletadas junto ao material organizado e redigido pela própria agente.

2005	Centro de Cultura Negra do Maranhão/ Sociedade Maranhense de Direitos Humanos	Honra ao Mérito	Pela iniciativa do trabalho junto às “terras de preto” no Maranhão
2008	Associação Folclórica e Cultural “Tambor De Crioula União de São Benedito”	Certificado de honra ao mérito	Pelo trabalho, esforço, dedicação e luta para manter o Tambor de Crioula, manifestação genuína do Maranhão
2008	Instituto de Educação Pesquisa Afro-Maranhense	Troféu	Prêmio Agostinelli
2012	Câmara Municipal de São Luís (Comissão de Defesa dos Direitos e Protagonização da Mulher)	Diploma de honra ao mérito	Como mulher que faz a luta por direitos amplos, um instrumento de justiça e igualdade social em favor do povo ludovicense
2012	Universidade Federal do Maranhão (UFMA) V Encontro maranhense de História da Educação	Placa	Pelos relevantes estudos e pesquisas sobre a História do Estado
2012	Assembleia Legislativa do Maranhão	Medalha	Pelos relevantes e inestimáveis serviços prestados à cidade de São Luís no século XX e no atual
2012	Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (ACONERUQ)	Troféu	Pelo seu trabalho de pesquisa
2012	Academia Maranhense de Letras (AML)	Medalha	Pelo seu trabalho de pesquisa
2012	Governo do Estado do Maranhão	Medalha da Ordem dos Timbiras, no Grau de Comendador	Em reconhecimento aos seus relevantes serviços

			prestados à cidade de São Luís
2013	Bloco Afro AKOMABU/ Centro de Cultura Negra do Maranhão	Tema do Carnaval: “Mundinha Araújo: A guerreira que faz história”	Homenagem à sua trajetória de vida
2013	Academia Itapecuruense de Ciências, Letras e Artes (AICLA)	Certificado	Reconhecimento - Amigo da Cultura
2014	Prefeitura Municipal de São Luís	Homenagem (8ª Feira do Livro de São Luís)	Pelo trabalho que realiza "para o engrandecimento da nossa cultura"
2014	Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)	Outorga do Título de Doutor Honoris Causa	Pelo conjunto de trabalhos desenvolvidos em prol da cultura negra no Maranhão
2015	Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão	Homenagem	Ao povo negro maranhense na pessoa da Sra. Maria Raymunda Araújo, pela história de luta e militância política, combatendo o racismo e promovendo a igualdade racial
2017	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Medalha	Como uma das cinco professoras homenageadas durante o VI Encontro Maranhense sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero no cotidiano Escolar
2020	Museu do Negro – Cafua das Mercês Governo do Estado do Maranhão – Secretaria de Estado da Cultura (SECMA)	Homenagem (exposição)	Pela luta contra o racismo e em defesa da identidade negra no Maranhão

A análise do quadro demonstra que, até o ano de 2020, Mundinha conquistou 24 prêmios. Os anos de 1992 e 2012 figuram como os mais promissores em termos da conquista de honrarias para Mundinha Araújo, em que ela pôde acumular respectivamente três prêmios e posteriormente, seis. A agente recebeu duas honrarias em cada um dos seguintes anos: 2001, 2005, 2008, 2013 e 2014. O tipo de honrarias mais concedidas à Mundinha foram medalhas (7), seguido das homenagens (5), placas (4) e certificados (3). Ela possui a mesma quantidade de diplomas e troféus, dois de cada. E a honraria menos conquistada foram os títulos (1).

Além disso, as instituições que mais premiam a agente foram a Academia Maranhense de Letras e a Câmara Municipal de São Luís (3 prêmios cada), enquanto a Assembleia Legislativa do Maranhão, a Prefeitura Municipal de São Luís e o Governo do Estado do Maranhão aparecem em segundo lugar como as entidades que mais condecoraram, seja por meio de comissões, fundações ou secretarias. Quanto às instituições acadêmicas, a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) prestou reconhecimento a pesquisadora por duas vezes e a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) por uma vez, outorgando o título de Doutor Honoris Causa, que se destaca pelo peso simbólico.

Atenta-se para algumas palavras utilizadas nas especificações das honrarias, tais como: “contribuição”, “serviços” e “defesa”, que sinalizam a “singularidade” com que Mundinha conduziu suas pesquisas. Categorias como “tradições culturais” e “cultura” também aparecem nessa caracterização das homenagens prestadas, o que remete aos temas privilegiados e recorrentes nos trabalhos desenvolvidos pelos “porta-vozes” da “cultura” no Maranhão. Assim sendo, gostaríamos de discutir mais detidamente e de maneira cronológica algumas dessas homenagens, abordando ainda outros “reconhecimentos simbólicos” que contribuem para o acúmulo de consagrações conquistadas por Mundinha.

Em 1999, o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) organizou a cartilha “A verdadeira história do Brasil são outros quinhentos” como “ato” simbólico de contestação aos eventos de comemoração aos 500 anos do descobrimento. Segundo informa a introdução, o material teve como principal objetivo:

Possibilitar a disseminação de informações a respeito da história do povo negro, história essa negada pela corrente principal do conhecimento produzido neste país e a que o próprio povo negro não tem acesso, assim como também discutir e apresentar alternativas a essa corrente que amarra a história deste país à história de suas elites, recuperando também informações sobre a população indígena, contestando assim as comemorações do ato fundador da ideologia da descoberta do Brasil” (CENTRO DE CULTURA NEGRA, 1999, p.9).

No intuito de questionar as “versões” da história oficial e provocar reflexões através da apresentação de diferentes visões sobre a formação sociohistórica e cultural do

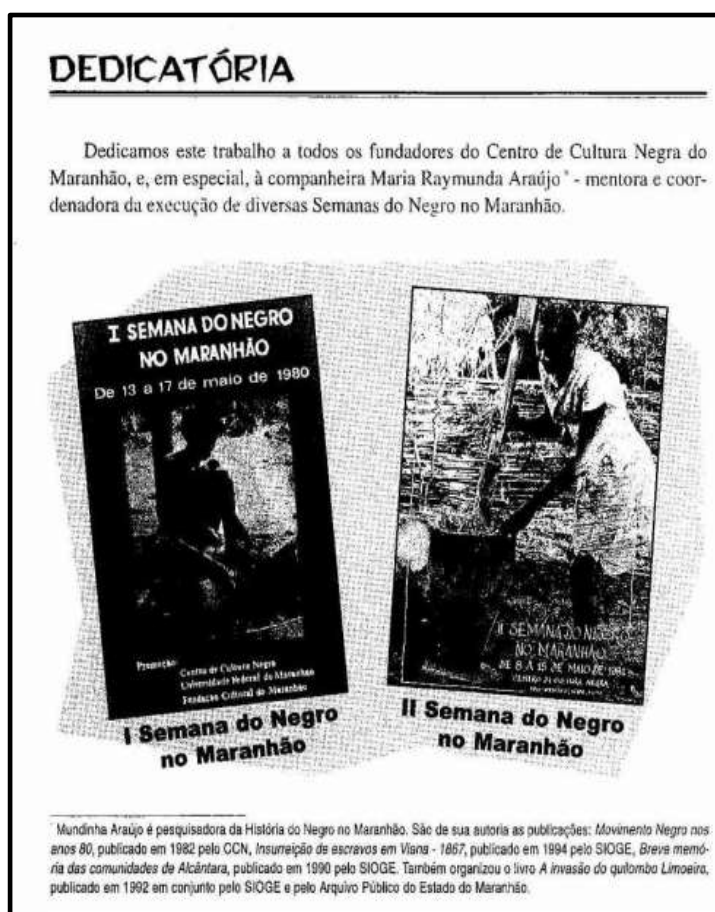
Brasil, o livreto também foi idealizado numa tentativa de reforçar a autoestima “dos afro-brasileiros, mostrando que tanto o povo negro como os povos indígenas massacrados pela colonização têm histórias mais dignas de serem lembradas” (p. 9). Na sessão de dedicatórias, uma homenagem é prestada à Mundinha Araújo, com a seguinte inscrição: “Dedicamos este trabalho a todos os fundadores do Centro de Cultura Negra do Maranhão, e, em especial, à companheira Maria Raymunda Araújo – mentora e coordenadora da execução de diversas Semanas do Negro no Maranhão”.

Figura 19 – Capa da cartilha “A verdadeira história do Brasil são outros quinhentos”



Fonte: Instituto Socioambiental, 1999

Figura 20 – Sessão “Dedicatória” da cartilha “A verdadeira história do Brasil são outros quinhentos”



Fonte: Instituto Socioambiental, 1999

No tópico “A saga dos afro-brasileiros x racismo”, Mundinha é novamente citada e figura, juntamente a outras “personalidades negras” como Abdias Nascimento e Benedita da Silva, tidos como:

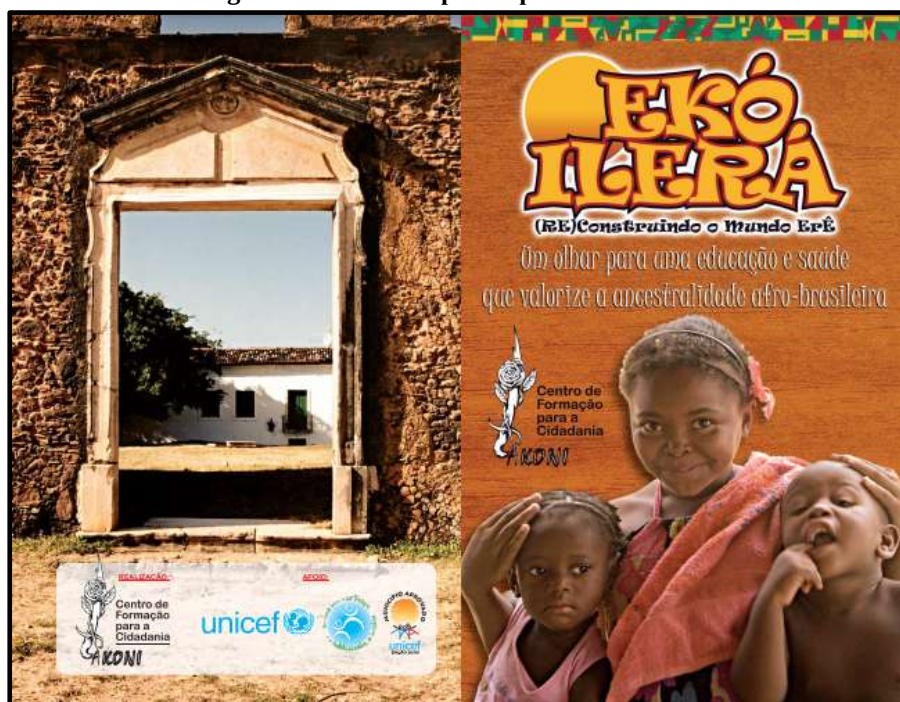
Exemplos de verdadeiras trincheiras na luta anti-racista, que sempre colocaram seus estudos, conhecimentos, sabedoria, competência, organização e poder em prol da emancipação da comunidade afro-brasileira - num constante caminhar em busca de

nossa identidade, dignidade e plena cidadania (CENTRO DE CULTURA NEGRA, 1999, p. 31).

Pelo ano de publicação e tendo sido elaborada pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), muito provavelmente Mundinha Araújo deva ter participado da idealização ou de pelo menos alguma das etapas de construção do material. Chama atenção o tom “combativo” e o caráter “emancipatório” atribuído aos estudos desenvolvidos por ela e pelos demais agentes citados. Esse documento ajuda a ilustrar não somente o peso que a agente exerce enquanto “influenciadora” e “formadora” no processo de “despertar” e busca pela “identidade” de outros homens e mulheres negras, mas também o reconhecimento e respeito com que é tratada por seus “companheiros” de movimento.

O Centro de Formação para a Cidadania AKONI também lançou no ano de 2008 através da cartilha do projeto “Ekó Ilerá: (Re)construindo o mundo erê”, a edição intitulada “Um olhar para uma educação e saúde que valorize a ancestralidade afro-brasileira”, na qual Mundinha Araújo também é homenageada. Discutindo temáticas como “História Afrobrasileira”, “Saúde da População Negra”, “Racismo Institucional”, entre outros assuntos.

Figura 20– Contracapa e capa da revista “Ekó Ilerá”



Fonte: XDOCS, 2020

A biblioteca Eugênio Araújo serviu como fonte de pesquisa e consulta de alguns dos materiais necessários para orientar as discussões apresentadas. Além disso, o processo de idealização da cartilha contou com a participação de Mundinha Araújo na comissão editorial e

consultoria técnica. Ela é citada no primeiro capítulo intitulado “A História Afro-Brasileira”, nos tópicos I (“A Contribuição da África Para o Mundo”) e II (“Retrospectiva Pré-Abolição”). Na décima sétima página pode-se encontrar uma imagem da chamada “árvore da sapiência brasileira”, cuja qual Mundinha integra. O nome da agente aparece ao lado dos nomes de notáveis intelectuais, jornalistas, artistas, militantes do movimento negro nacional, políticos, juristas, escritores e engenheiros.

Figura 21 – Árvore da sapiência brasileira: herança da ancestralidade africana



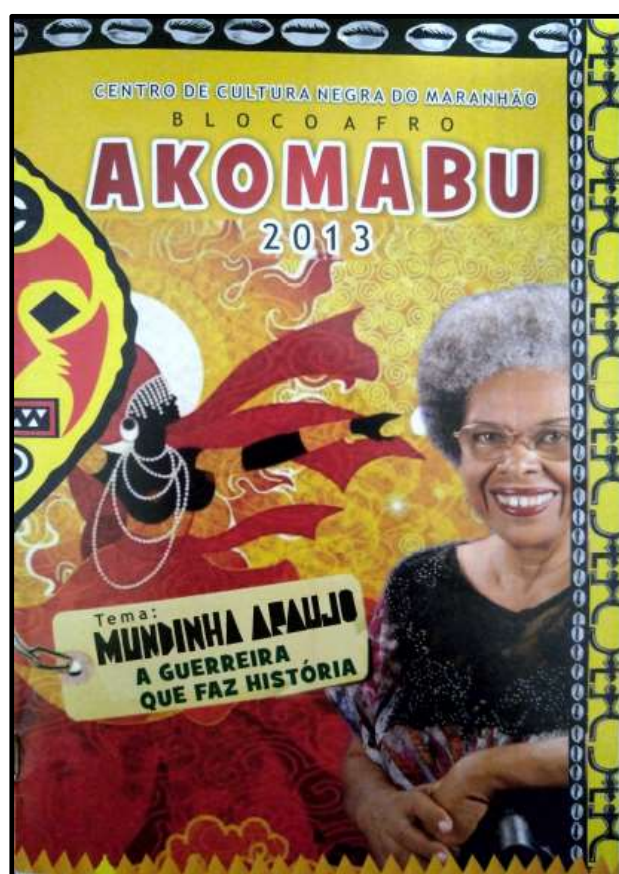
Fonte: Cartilha “Ekó Ilerá”

Dois aspectos são curiosos de serem observados. Primeiramente, o fato de Mundinha Araújo ser representada como “historiadora” entre as atribuições profissionais citadas e – considerando que as características que acompanham os nomes dos agentes homenageados dizem respeito às ocupações e a formação de cada um deles – como já discutimos, Mundinha não possui nenhuma titulação no ramo da História. Em segundo lugar,

o cunho metafórico que o uso da palavra “árvore” assume, já que para que uma árvore cresça forte, é preciso “cultivá-la”, assim como a copa é geralmente a parte que mais se destaca. Pode-se entender, portanto, que o conhecimento produzido e o “saber” detido por essas “personalidades negras” construíram as bases tidas como necessárias para originar “frutos”, ou seja, inspirar outras pessoas a darem continuidade às lutas por eles empreendidas.

No ano de 2013, ao completar setenta anos de vida e 30 anos de trajetória militante, Mundinha Araújo foi homenageada pelo bloco “afro” Akomabu que decidiu celebrá-la no tema do desfile daquele ano, intitulado “Mundinha Araújo: A guerreira que faz história”.

Figura 22 – Capa do folheto de cânticos elaborado pelo Bloco Akomabu



Fonte: Arquivo pessoal de Mundinha Araújo, 2019

O Bloco Akomabu foi criado em 03 de março de 1984 pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão como uma das formas de combate à discriminação racial e de valorização da “identidade negra”. Composto pelos moradores do bairro do João Paulo em São Luís, o Akomabu foi idealizado com o intuito de “resgatar” e enaltecer a história e a “cultura africana” e “afrobrasileira” e de fortalecer a “cultura negra” no Maranhão. Como um de seus eixos

políticos³⁹, se constitui enquanto espaço educativo não-formal, visando através da música e da dança reforçar elementos que contribuem para o fortalecimento da “negritude”. Os temas e cânticos retratam a importância histórica de “personalidades” negras envolvidas no trabalho de “preservação” da “cultura negra”, a valorização da “beleza negra”, a religiosidade “afro”, entre outras coisas.

A homenagem a Mundinha Araújo deu-se graças à sua trajetória de anos encampando as “bandeiras” de luta da “comunidade negra”, inserindo suas demandas no decorrer do processo e em variados espaços e ocupando uma posição de liderança em quase todas elas, tendo contribuindo significativamente com a “luta coletiva” e as conquistas históricas do “povo negro”. A iniciativa de prestar-lhe a homenagem teria partido de Magno Cruz, conforme destaca Lurdinha Siqueira, professora, pesquisadora pós-doutora e contemporânea de movimento de Mundinha:

As civilizações africanas primordiais recomendam que as grandes honrarias se devem agradecer celebrando rituais. Eparrei Oyá! Eparrei Oyá! Simbolicamente ritualizo a iniciativa de Magno Cruz ao propor ao CCN/Akomabu o tema “Mundinha Araújo: A guerreira que faz história”, louvando a Iansã e pedindo que abençoe a sua filha Mundinha. Ao CCN/Akomabu, aos compositores, que interpretando o sentimento de todos nós, transformam em poesia e música esse nosso desejo de que a cultura não deve morrer, cantando a história de Mundinha Araújo. É neste sentido que o Akomabu te magnifica, Mundinha Araújo! (SIQUEIRA, 2014)

Através da fala de Lurdinha Siqueira, nota-se a forte presença de elementos que fazem menção ao universo da religiosidade “afro”, tema que apareceu de forma bastante recorrente nas composições escritas para homenagear Mundinha Araújo no desfile de 2013. Além disso, todas elas citam não só termos que a caracterizam a partir dessa aproximação com a religião “afro”, mas também mencionam suas “origens” e “bandeiras” de Mundinha no decorrer de sua trajetória.

Na composição “Mundinha Araújo: A pena de ouro” de Zeca Melo, Paulinho Akomabu e Robinho interpretada por Célia Sampaio, podemos identificar o uso dos adjetivos “guerreira” e “determinada” para se referir a Mundinha, além da citação às lutas contra a discriminação e as que realizou junto às “comunidades negras rurais”. Assim como na fala de Lurdinha Siqueira, a agente aparece como a “filha de Iansã” e dona de “uma voz que não se cala”, devido às suas “inquietações”, sempre destacadas por ela mesma em suas falas acerca da “motivação” para construir seus trabalhos.

³⁹O bloco também desenvolve estratégias formativas e de intervenção social nas áreas periféricas da cidade de São Luís, principalmente nos bairros adjacentes ao João Paulo, onde está situada sua sede, tais como: Fé em Deus, Coroadinho e Liberdade. A atuação do Akomabu não se restringe somente ao período carnavalesco, visto que os projetos desenvolvidos pelo grupo são desempenhados durante todo o ano.

Figura 23 – Letra da canção “Mundinha Araújo: A pena de ouro” interpretada por Célia Sampaio



MUNDINHA ARAÚJO: A PENA DE OURO
 Composição: Zeca Melo, Paulinho Akomabu e Rabinho
 Interprete: **Célia Sampaio**

Mundinha é marco na vida dos negros
 Com sua luta contra a discriminação
 Essa guerreira tem fé / Determinada mulher
 E que nasceu em São Luís do Maranhão (bis)

Coordenou luta no campo / Na cidade e no estrangeiro
 Para o povo quilombola / Junto com seus companheiros

Sua força é o black power / A vontade de mudança
 Através dos seus escritos / Traz pro negro a esperança

Filha de Iansã, meu axé / Akomabu vai pra rua
 E não esquece / Nossa luta continua (bis)

Mundinha é guerreira ô ô / É mina... menina... nagô...
 Uma voz que não se cala / A pena de ouro chegou (bis)

Fonte: Arquivo pessoal de Mundinha Araújo, 2019

Figura 24 – Letra da canção “A Yabá do Akomabu” composta e interpretada por Walkerlene Soeiro

A YABÁ DO AKOMABU
 Composição e Interpretação: Walkerlene Soeiro

És pelos direitos humanos da mulher negra
 És contra a maldade e grilagem nas terras de preto
 Teu clamor é por igualdade racial
 E no Akomabu tu desfilas neste carnaval

Tu vens do gueto, dos becos, quilombos, mocimbas
 Tu és a filha ilustre da deusa Oyá
 Teu black revela tua força por todos os cantos
 Teu canto foi hino e é bandeira pra conscientizar

Ela é a nossa yabá / Nosso anjo negro de luz
 A rainha Mundinha guerreira / Mulher preta do Akomabu
 O povo negro veio ver / A nêga Maria Raimunda falar
 Contar nossa história e vitória aê /
 De guerra e magia dos orixás



Fonte: Arquivo pessoal de Mundinha Araújo, 2019

Na letra de Walkerlene Soeiro, a compositora também menciona a luta de Mundinha contra a “grilagem” de terras, em favor dos “direitos humanos da mulher negra” e pela igualdade racial. Novamente nota-se o uso do adjetivo “guerreira”, empregado para caracterizar a “rainha Mundinha”, vinda “do gueto, dos becos, quilombos e mocambos”, cuja força se revela através de seu “black”. Pontua-se que na mitologia iorubá, segundo Muraro (2014), a figura das mulheres tem um papel relevante na narrativa da criação, sendo elas as provedoras pela existência dos orixás. O termo “yabá” ou “ayabá” significa “mãe rainha” e, nas religiões “Afrobrasileiras”, designa os orixás femininos. Nesse caso, percebe-se que na letra, Mundinha é qualificada e elevada ao nível de “entidade”.

Figura 25 – Letra da canção “Mundinha Araújo: Baobá guerreira” composta e interpretada por Tadeu de Obatalá



TADEU de Obatalá

MUNDINHA ARAÚJO: BAOBÁ GUERREIRA
 Composição e Interpretação
 Tadeu de Obatalá

Baobá guerreira / Black power com certeza
 Mundinha Araújo / Guardiã da minha fortaleza (bis)

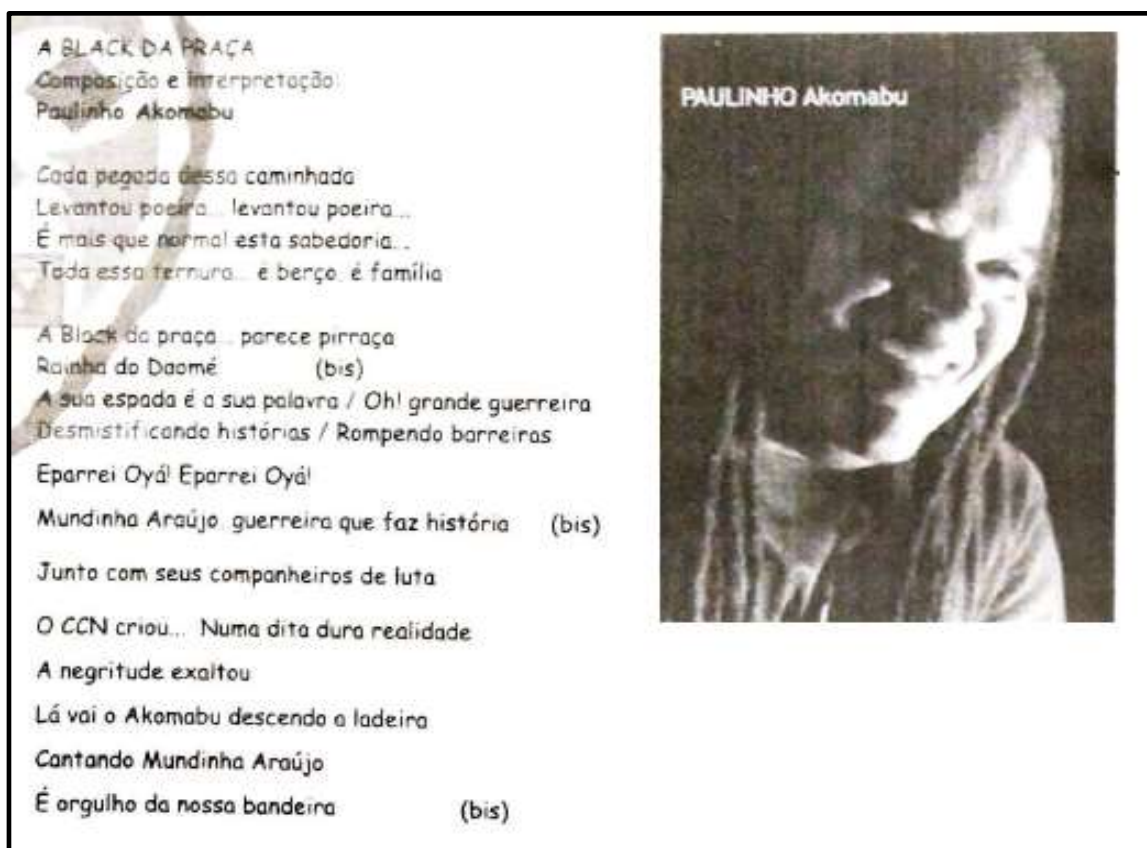
Filha de Iansã... eparrêi Oyá
 Tigresa felina / Ialodé ayabá (bis)

Cata, cata, bateia, garimpa / A história outra insurreição
 Pesquisando a nossa memória
 Rebeldia negra nesse Maranhão
 Ensinando com arte tem no Laborarte
 Outra inspiração, coral universitário
 Seu legado de paixão (la griot)

La griot ô ô ô Oyá
 La griot ô ô ô Oyá (bis)

Fonte: Arquivo pessoal de Mundinha Araújo, 2019

Figura 26 – Letra da canção “A black da praça” composta e interpretada por Paulinho Akomabu



Fonte: Arquivo pessoal de Mundinha Araújo, 2019

No cântico interpretado por Paulinho Akomabu, Mundinha Araújo é exaltada por sua “ternura” tomada pelo compositor como “berço” e “família”. Surge ainda como a “rainha do Daomé” cuja palavra é a sua “espada”, detentora de uma sabedoria “mais que normal”. Ele salienta o trabalho da agente de “desmistificar histórias”, tendo ainda criado o CCN em meio a uma “dita dura realidade”, em alusão ao contexto histórico em que vigorou o regime militar no Brasil.

Em outro momento de sua trajetória, Mundinha Araújo foi homenageada pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Em 2014, a instituição outorgou-lhe o título de Doutor Honoris Causa, reconhecendo seus “feitos” em prol da “cultura negra” do Maranhão por meio de suas pesquisas. A cerimônia de homenagem foi prestigiada por intelectuais, autoridades políticas, membros de movimentos sociais, familiares da pesquisadora, diretores de Centro, professores, funcionários, alunos da universidade e convidados.

Figura 27 – Mundinha Araújo discursando para os presentes na cerimônia que lhe concedeu o título de Doutor Honoris Causa, concedido pela UEMA



Fonte: ASCON/UEMA, 2014

A mesa de autoridades foi composta pelos membros do Conselho Universitário (CONSUN), presidido pelo reitor José Augusto Silva Oliveira, do qual faziam parte os pró-reitores de Administração, Walter Canales Sant’Ana; de Planejamento, Antônio Pereira e Silva; de Pesquisa e Pós-Graduação, Porfírio Candanedo Guerra; de Extensão e Assuntos Estudantis, Vânia Lourdes Martins Ferreira; e de Graduação, Maria Auxiliadora Gonçalves de Mesquita. Também participaram da mesa a coordenadora do Centro de Cultura Negra (CCN) à época, Ana Amélia Bandeira; o presidente da Academia Maranhense de Letras, Benedito Buzar e o presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM), Euges Lima.

O responsável por conduzir Mundinha Araújo até a mesa de honra foi o diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), José Antônio Ribeiro de Carvalho, que ao realizar seu discurso inicial apresentando a trajetória social, acadêmica e militante da homenageada, declarou que:

A relevância de sua militância política no Movimento Negro a coloca como pioneira na realização do mapeamento dos quilombos e do trabalho como voluntária e autônoma, sobretudo no processo de investigação de temas para a história do negro no Maranhão. Há um reconhecimento de suas contribuições ao participar de projetos de pesquisa, seminários, simpósios e outros eventos em universidades, bem como em

outras instituições relacionadas às questões sociais, políticas, culturais e históricas (CARVALHO, 2014).

O então reitor da UEMA, José Augusto, ressaltou que a titulação representaria a escolha de uma individualidade ilustre identificada por sua personalidade e postura tanto na vida quanto na obra, conhecimento e sabedoria, além da contribuição do trabalho intelectual de Mundinha para o “bem comum”. Para ele:

A trajetória de Maria Raymunda Araújo reflete as inquietações de uma pesquisadora que não se limitou ao tempo burocrático da vida acadêmica, nem se acomodou diante das dificuldades impostas no fazer ciência em nosso meio. Com persistência, continua seu **trabalho missionário, catequético** até, na difusão e valorização das tradições culturais do povo maranhense. [...] As atividades exercidas por Mundinha, no decorrer de sua trajetória pessoal e profissional, e que lastrearam sua indicação, de tão honrosas, sozinhas já seriam suficientes para legitimar esta titulação. Seu currículo é pródigo, porém sucinto em registrar os muitos feitos e resultados nos campos político e social, que transcendem os limites do ente acadêmico e científico, e a posicionam como uma mulher universal, uma cidadã do mundo (OLIVEIRA, 2014, **grifos meus**)⁴⁰.

O posicionamento do reitor chama atenção pelo caráter de “missão” e “catequização” que ele atribui ao trabalho desenvolvido por Mundinha Araújo e que por si só, já seria “suficiente” para torná-la “digna” de receber tal condecoração. Segundo ele, apesar de “pródigo”, o currículo da agente é “sucinto” quanto ao registro de seus feitos e resultados na esfera política e social, o que indica que o mesmo pode considerar a existência de muitas outras coisas “não ditas”, como relevantes na trajetória pessoal e profissional de Mundinha.

Na oportunidade de realizar seus agradecimentos, Mundinha expressou sua gratidão ao professor José Antônio pelo relato acerca de sua trajetória e ao CONSUN, pela unanimidade com que decidiu conferir-lhe o título. Além disso, prestou cumprimentos aos seus familiares e demais presentes na cerimônia.

Confesso-lhes que jamais me imaginei como centro e motivo de uma solenidade igual a esta, singularizada por borlas, capelos e vestes talaras. Em tudo quanto fiz e continuo fazendo, **não tive e não tenho objetivo de granjear para mim homenagens porque sempre conferi ao meu trabalho o sentido de missão**, como uma constante em minha vida. Agradeço a todos que vieram prestigiar este momento: meus familiares, amigos, membros do bloco Akomabu, militantes do movimento negro, Academia Maranhense e Vianense de Letras e aos meus companheiros de luta que já se foram. Mais uma vez, agradeço a Universidade Estadual do Maranhão (ARAÚJO, 2014).

Em sua fala, Mundinha explicita a ausência de interesse por parte dela em extrair do trabalho que desempenhou, retribuições em termos de homenagens, reafirmando o sentido

⁴⁰José Augusto Silva Oliveira *apud* ESDRAS. UEMA concede título de Doutor Honoris Causa à professora Mundinha. Disponível em: PORTAL UEMA. Acesso em 03/11/2019.

de “missão” com que ela decidiu executá-los. Interessante perceber que o título simbólico de maior peso que ela recebeu até hoje, tenha sido ofertado pela academia, ainda que ela não tenha estado diretamente vinculada ao ambiente acadêmico, a não ser através das “redes” e relações de amizade que manteve com alguns intelectuais.

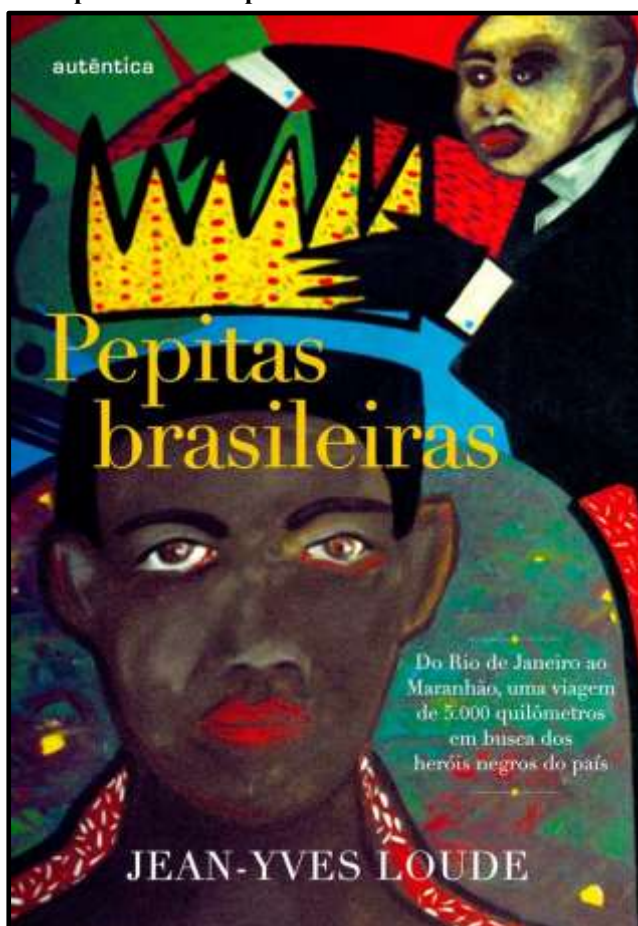
Mais recentemente, no ano de 2016, o etnólogo francês Jean-Yves Loude lançou o livro “Pepitas brasileiras”, no qual apresenta a “herança” deixada por africanos e seus “descendentes” “afro-brasileiros”. O pesquisador percorreu cinco mil quilômetros, entre o Maranhão e o Rio de Janeiro, em busca das chamadas “pepitas brasileiras” ou “heróis negros” do país. No curso da obra, a leitura é orientada na forma de diálogo com o leitor, onde o autor constrói uma narrativa que se baseia em fatos narrados por terceiros, pesquisadores ou estudiosos, também estabelecendo uma certa aproximação com o gênero dos “romances históricos”.

No tópico “Os esquecidos da ilha misteriosa”, Loude relata brevemente seu encontro com Mundinha Araújo, “uma das figuras maiores do movimento negro no Maranhão” (LOUDE, 2016, p. 326), e explicita sua “vontade de testemunhar a vitalidade dos quilombos contemporâneos, de que o Brasil deve se orgulhar” (idem). Nas linhas que se seguem, o autor descreve a experiência da seguinte maneira:

A professora que lutou toda sua vida pela valorização da herança dos afrodescendentes; escreveu sobre o Negro Cosme; fundou o Centro de Cultura Negra do Maranhão. E nos encorajou a investigar as raízes do quilombo do Cajual. [...] Essa intelectual, bela e forte, coroada de cabelos crespos que a idade e a obstinação em lutar embranqueceram [...] O nome de Mundinha Araújo abre os rostos. Um copo de cachaça ali partilhado faz o resto (LOUDE, 2016, p. 327).

A descrição sobre o encontro permite supor que Jean-Yves tenha “elegido” Mundinha como informante local, graças ao reconhecimento público que ela possui enquanto “pioneira” nos estudos sobre “comunidades negras rurais” e quilombos no estado. Nota-se ainda que ele a percebe como uma mulher “obstinada” em lutar, destacando alguns de seus “feitos” em prol da valorização da “herança” dos “afrodescendentes”.

Figura 28 – Capa do livro “Pepitas brasileiras” de autoria de Jean-Yves Loude



Fonte: Déborah Serra, 2020

Ao ser interrogada sobre ter sido citada na obra de Jean-Yves e o fato de suas pesquisas e publicações terem se tornado referência nas discussões sobre as “narrativas negras” no estado, e por meio delas ter podido ser reconhecida como uma figura importante no cenário intelectual maranhense, Mundinha afirma:

Eu ouvi falar, mas ainda não vi. Não sei, porque vem muita gente aqui. Mas veio um francês há muito tempo e talvez eu tenha falado sobre as pesquisas que eu estava fazendo. Mas como eu nunca peguei pra ler... são inúmeras pessoas que passam e não retornam. Então eu não sei como saiu ou o que colocaram. Eu confesso que não tenho tempo de ficar acompanhando, nem de ter esse controle (ARAÚJO, 2019).

No que se refere às homenagens que recebeu no decorrer de sua trajetória, Mundinha Araújo se diz “honrada”, mas não “envaidecida”, conforme demonstra em uma de suas falas, que também expressa a sua “recusa” a alguns convites feitos por instituições como o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM) e a Academia Maranhense de Letras (AML).

Eu sempre me sinto honrada, mas não sou muito de me envaidecer. Eu costumo agradecer, mas digo não para tantos outros convites e instituições. Sempre me pergunto o que eu vou fazer ali, por exemplo, no IHGM ou na AML. Eu recusei, porque eu sempre digo pra eles: “nada contra, mas é um problema meu, porque eu não sei o que eu faria”. As vezes eu digo “talvez quando eu tiver oitenta anos”, outras eu digo “deixem que eu escreva mais e conclua outros trabalhos” (ARAÚJO, 2019).

A agente pontua que “justificou” sua resposta negativa aos convites ressaltando que não tem “nada contra” a participação nessas instâncias de consagração, mas que “não sabe o que faria” caso chegasse a se tornar uma de seus membros. No entanto, sua fala sugere a “possibilidade” de um aceite, tendo em vista que ela pondera que “talvez quando tiver oitenta anos” (ARAÚJO, 2019) ou tiver concluído outros trabalhos. Essas avaliações podem estar relacionadas ao sentimento de estar vivenciando a fase de conclusão de seu ciclo etário e de “balanço” da trajetória, onde, acometida pelo sentimento de “nostalgia” pelo passado e de “missão cumprida” pelas tarefas realizadas, a agente “revisa” sua trajetória. Isso se evidencia na afirmação a seguir:

Eu acho que os negros no Maranhão... os negros que se envolveram aqui no movimento, muito persistentes. Tantos grupos que vieram até do nosso tempo e depois de nós, que desapareceram. E esses negros persistindo. Houve mudanças? Claro! Tem que haver mudanças. Como é que algo vai ficar do mesmo jeito, cristalizado? Mas as mudanças, eu penso que somam a experiência do passado com a vivência do presente para que nós continuemos vivos. Vivos e militando. Eu acho que essa avaliação eu faço do movimento hoje. Sem nenhuma mágoa, sem nada. Não é dizer: “Alguém que começa...” **Eu fico como quem tem um filho, vê esse filho crescer e esse filho está muito bem** (ARAÚJO, 2004, p. 77).

O trecho exprime a percepção de Mundinha sobre sua trajetória e sobre os “efeitos” das lutas por ela empreendidas no sentido de provocar “transformações” e “mudanças. Em relação ao movimento negro, enfatiza que não possui “mágoa” e revela um sentimento muito próximo do orgulho de ver um “filho crescer”. Como “legado”, Mundinha Araújo diz que pretende deixar suas histórias e que se um dia chegar a escrever uma autobiografia, vai narrar a história de sua família, em virtude de, mais do que qualquer outra coisa, se considerar “fruto” dela (ARAÚJO, 2019).

O trabalho de “continuidade” da “memória familiar” já vem sendo materializado em partes, na obra que citamos anteriormente e que trata do “resgate” da descendência de seus avós. A agente reflete que por conta de sua ação militante conseguiu “despertar” a consciência da “negritude” na segunda geração da família (ARAÚJO, 2004). Podemos observar isso em “Sufocação de Azulejos” (2014), primeiro volume da “Trilogia do Arejamento”, escrito e organizado pelo artista visual, carnavalesco e doutor em História da Arte, Eugênio Araújo, sobrinho de Mundinha.

Na obra, ele aborda questões acerca da dinâmica cultural em São Luís, discutindo aspectos mais amplos como “patrimônio”, “folclore”, “cultura popular”, “tradição”, modernidade e inovação. Ele menciona a tia professora a quem exalta e considera exemplo de consciência social e política, a quem também se demonstra grato por ter lhe “descortinado” o mundo da música erudita e da MPB com seus discos, e da fotografia com sua Rolleiflex. Juntamente com a tia Paula, ele agradece Mundinha pela revisão do texto, ressaltando o fato de serem mais “afeitas ao mundo das letras” do que ele próprio.

Nas páginas iniciais retoma memórias do que ele chama de “clã familiar” e das vivências na casa dos avós, onde afirma ter sido praticamente fundada a “primeira célula do movimento negro organizado do Maranhão”, o CCN, onde reuniões eram realizadas, projetos esboçados e decisões tomadas “sob os auspícios” da tia Mundinha. No decorrer das páginas iniciais, segue narrando as reuniões culturais que costumavam acontecer no “flutuante” casarão musical que nunca estava vazio e sediava “animadas rodas de samba” que contavam com a presença de muitos jovens instrumentistas, cantores e compositores da cidade de São Luís.

Nota-se, no texto, um tom saudosista e de admiração e entusiasmo em contar a própria história e acessar episódios familiares marcantes. Percebe-se ainda o respeito e certo fascínio com que Eugênio se refere nas passagens em que discorre sobre a trajetória de Mundinha Araújo. A partir da presença de elementos contidos no livro, que, de alguma forma, fazem referência à “negritude” (agradecimento aos orixás, “folcloristas”, citação de nomes de músicos negros) podemos supor a existência de uma “conscientização” acerca da própria “ancestralidade” e “identidade”. Além disso, o envolvimento com a temática cultural sugere a influência exercida por Mundinha quanto a aproximação com essa área, assim como a “transmissão geracional” quanto a certos “gostos” e “afinidades”.

Têm relevo, portanto, as demonstrações pessoais, afetivas, os sentidos de estima e a dedicação em registrar e publicar informações sobre os ascendentes familiares nessa “etapa conclusiva” do itinerário da agente, inclusive administrando os trunfos disponíveis com vistas à consagração da família e dos antepassados, que refletem o significado atribuído às memórias e se mostram ligados ao desejo de realizar homenagens e de se mostrar “grata”. Assim, a escrita se constitui também como uma possibilidade de fazer conhecer a própria história a partir de si própria e de seus “feitos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou analisar a trajetória de Mundinha Araújo, jornalista e militante negra tida como fundadora do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN). Inicialmente, apresentamos o escopo teórico que norteia a pesquisa desenvolvida e que trata de aspectos gerais relativos às condições e condicionantes de afirmação de elites culturais e intelectuais no Maranhão, abordando as dinâmicas do trabalho de agentes inscritos nos mais variados domínios sociais que disputam princípios de classificação acerca de concepções como a “cultura” e a “história”.

Discutimos sobre as possibilidades de adquirir reconhecimento e ocupar posições de destaque que o exercício de mediação oportuniza a esses agentes, permitindo que eles invistam em estratégias de afirmação que lhes permite “falar em nome” de grupos, erigir problemáticas tidas como legítimas e formular representações que sustentam suas versões da realidade e tornam “válidas” as “causas” com as quais se alinham.

Seguindo tal perspectiva, tomamos o perfil biográfico de Mundinha Araújo, buscando compreender um conjunto de elementos que contribuíram para o entendimento da conquista de uma posição de destaque assumida por ela no domínio cultural maranhense que lhe permite até os dias atuais, legislar em prol da “cultura negra” no e do estado, sendo pública e reiteradamente reconhecida em nível local e nacional como uma “guardiã” da “memória negra”. Reconstituímos seu itinerário a partir do pioneirismo atribuído em virtude de sua atuação militante e do protagonismo no processo de consolidação do movimento negro maranhense, principalmente no âmbito do Centro de Cultura Negra do Maranhão.

Procuramos examinar as origens sociais da agente, suas inserções, trânsitos, investimentos, engajamentos, produções, entre outras coisas que combinadas, foram determinantes para interpretar suas posições e tomadas de posições. O tratamento dessas dimensões revelou uma série de atributos, habilidades e saberes que “justificam” a consagração de Mundinha Araújo, tornando-a “credenciada” a desempenhar a função de “porta-voz” e intérprete da “cultura negra”. Nesse sentido, foi possível identificar como tais competências se traduzem em trunfos mobilizáveis nas lutas políticas que ela empreende.

Consideramos pertinente discorrer no segundo capítulo sobre o papel desempenhado por intelectuais no período de efervescência dos movimentos sociais e dos movimentos negros no Brasil, destacando os investimentos realizados por eles na tentativa de protagonizar os debates acerca das discussões identitárias, raciais e de gênero e formulando

análises sobre a dinâmica social indicando “alternativas” para pensar a “realidade brasileira” em termos “étnico-raciais”.

Nesse mesmo eixo, pontuamos a atuação da chamada “imprensa negra” e o surgimento de diversas organizações negras que foram responsáveis por contestar as relações raciais no país e pautar questões identitárias como a “negritude” e a “identidade negra”. Esse cenário foi determinante para a criação de entidades voltadas ao fortalecimento de demandas específicas da população negra em diversas regiões brasileiras, como é o caso do Centro de Cultura Negra do Maranhão, primeira organização do Movimento Negro contemporâneo no estado.

As mobilizações de Mundinha Araújo foram fundamentais no processo de traçar as estratégias iniciais de formação do CCN e de recrutamento dos primeiros militantes e participantes. Juntamente com seu investimento intelectual em atividades de pesquisa, isso fez com que ela fosse gradativamente adquirindo projeção nacional como uma das pioneiras na abordagem e envolvimento com algumas pautas que até os dias de hoje são tidas como conquistas significativas para mulheres e homens negros.

Tendo em vista que nos dedicamos a analisar a trajetória de uma agente mulher e negra, nos propusemos a refletir sobre a afirmação do movimento feminista e seus desdobramentos, situando a atuação de mulheres intelectuais como consequência das conquistas adquiridas através de suas dinâmicas de mobilização política. Demonstramos que foi durante o período da chamada redemocratização que ocorreu o acentuamento de lutas em torno de questões específicas que visavam ampliar os discursos e a atuação dos movimentos. No caso dos movimentos de mulheres, isso significou um tensionamento nos debates por parte das mulheres negras, indicando a necessidade de aprofundar as discussões incluindo dimensões interseccionais entre gênero, raça e classe.

Já no capítulo três, priorizamos situar a agente em relação a alguns “notáveis” da “cultura” no Maranhão, procurando observar principalmente as particularidades que o domínio cultural assume localmente e o empenho desses “porta-vozes” em fornecer interpretações acerca do mundo social e formular narrativas sobre a “cultura popular”, a “memória regional” e a “identidade maranhense”. Evidenciamos entre esses “porta-vozes”, a preponderância de pessoas brancas, que não se reconhecem ou chegam a reivindicar a “identidade negra”. Isso torna ainda mais distintivo o caso de Mundinha Araújo, que também se difere de grande parte desses intérpretes por não ter transitado por instâncias de consagração cultural, nem ocupado cargos relacionados diretamente à cultura no âmbito da burocracia pública.

Ainda nesse capítulo, frisamos que os condicionantes sociais associados aos “gêneros” são estruturantes das hierarquias existentes entre homens e mulheres também no domínio cultural e das oportunidades de acesso aos espaços públicos. Por isso, caracterizamos brevemente alguns perfis e ressaltamos elementos que nos permitiram pensar sobre como mulheres ocupam posições bem-alocadas enquanto intérpretes da “cultura” no Maranhão, e participam das disputas por esses lugares de destaque, concorrendo entre si e em relação aos homens. Assim, pudemos sublinhar como a trajetória de Mundinha Araújo indica certa raridade nesse sentido, tendo em vista que ela figura como uma das poucas referências femininas no que diz respeito ao movimento negro no Maranhão.

Posteriormente, nos ocupamos de modo mais detido da trajetória biográfica da agente, apresentando um conjunto de características relativas à sua origem social, o percurso escolar e a trajetória profissional. Salientamos o papel da figura paterna como determinante para o acúmulo de recursos intelectuais e a influência de Eugênio Araújo no “gosto” que ela “herdou” por atividades de arquivamento e editoração. Pontuamos como se deu o “despertar de consciência para a negritude”, ainda que ela seja oriunda de família interracial onde a “questão de cor” não era pautada. Foi possível notar o peso que o parentesco e as relações de amizade exerceram em algumas de suas inserções profissionais.

No quarto capítulo, descrevemos mais detalhadamente a constituição do Centro de Cultura Negra do Maranhão desde os anos iniciais e o engajamento militante de Mundinha Araújo, explicitando como a agente conseguiu amalgamar de múltiplas formas, uma série de recursos que viabilizaram sua projeção no cenário nacional enquanto uma das principais representantes da referida entidade, construindo uma rede de relações sólidas e mobilizando-as oportunamente. Notamos que ela realizou um alto investimento em recursos culturais, seja através de viagens, passagem por “boas escolas” e aquisição de livros, por meio dos quais pôde acumular trunfos importantes que posteriormente passaram a contar no âmbito do movimento e tornando-se um critério de distinção.

A vinculação profissional a órgãos públicos e institutos de pesquisa foi fundamental para conseguir certas “facilitações” quanto a realização de atividades propostas que eram deliberadas nas reuniões que dariam origem ao CCN. Seja conseguindo suporte estrutural ou confeccionando materiais em seus postos de trabalho, a agente conseguiu estender as ações do CCN a outros lugares e envolver um grande número de pessoas e instituições na “causa”.

O caráter formativo priorizado pelo Centro de Cultura Negra desde a sua idealização, serviu para estimular ainda mais o desenvolvimento de pesquisas que ela já vinha

realizando desde antes de sua adesão ao movimento. Dessa forma, a dimensão da história passa a ser central para o movimento e nas produções da agente. Mundinha dedica-se a recontar e reescrever versões sobre a “história negra” que foram “apagadas” pela história oficial. Busca falar sobre “histórias de resistência” e heróis negros, visando preencher lacunas historiográficas e ressignificar narrativas sobre momentos históricos de dor e sofrimento de seus “ancestrais”.

Exerce, assim, o trabalho de “resgate” da “memória negra”, sendo o “retorno” ao passado uma das “bandeiras” de luta acionadas por ela não somente na atividade de fabricação da “memória negra maranhense”, mas também no processo de afirmação de sua “identidade” individual e coletiva. Observou-se que a agente assume como “compromisso” e “missão” o trabalho de “preservação” da “memória negra” que desempenha, destacando o caráter de “voluntarismo” que ele manifesta e que permite que ela atue no sentido coletivo de “falar em nome” da “comunidade”.

O “resgate” da “memória” se constituiu como uma “motivação” para a idealização de um espaço direcionado à “proteção” do “patrimônio” que ela reuniu ao longo de sua trajetória pessoal e militante. Por essa razão, ela concentrou esforços para idealizar seu próprio arquivo, reunindo inúmeros materiais acumulados em seu itinerário, criando a Biblioteca Eugênio Araújo. A agente também adquiriu reconhecimento devido ao extenso e incessante trabalho intelectual desenvolvido, do qual resultam inúmeras pesquisas e produções sobre a “história” dos negros. Sua produção escrita relaciona aspectos, “identificações” e “causas” consideradas marcantes em sua trajetória pessoal e os fatos relevantes eleitos por ela e que coletivamente encontram ressonância.

O investimento na escrita e na elaboração de produções intelectuais se configura como uma ferramenta que propicia a construção de uma imagem de si mesma ainda em vida. Por fim, demonstramos como essa atividade de “agenciamento da memória negra” se apresenta como uma dentre tantas outras possibilidades de obter gratificações, retribuições simbólicas e notoriedade, permitindo que ela venha acumulando “trunfos”, premiações e homenagens, que contribuem para que ela ocupe uma posição relevante no domínio cultural maranhense, “atestam” seu caráter de “excepcionalidade” e “comprovam” sua “excelência social”.

Ao realizar o “balanço” de sua trajetória, Mundinha Araújo analisa seu percurso fazendo menção a um sentimento de “missão cumprida” por ter conseguido através de sua atuação política no movimento negro, “passar adiante” os conhecimentos e saberes que adquiriu durante a vida, o “ímpeto para a luta” e o “despertar de consciência” necessários para dar continuidade à militância. As análises que se desdobraram neste trabalho serviram para

compreender os aspectos que, congregados, influem na “qualificação” de Mundinha Araújo enquanto personalidade notável do domínio cultural maranhense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. (orgs.) **Histórias do movimento negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC/FGV, 2007.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombos: Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida (1995-1997)**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB), Rio de Janeiro, n. 45, p. 51-70, 1998.

_____. (org.). **Terras de preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento**. São Luís: Projeto Vida de Negro/CCN-MA, 2002.

ARAÚJO, Eugênio. **Sufocação de azulejos – Reflexões sobre dinâmica cultural em São Luís**. São Paulo: Editora Nelpa, 2014.

ARAÚJO, Mundinha. **Insurreição de Escravos em Viana - 1867**. São Luís: SIOGE, 1994.
_____. **Negro Cosme: em busca de Dom Cosme Bento das Chagas, tutor e imperador da liberdade**. Imperatriz: ÉTNICA, 2008.

_____. **Descendência de Elesbão Lourenço de Araújo e Ana Raimunda de Sá Caldas (Donana)**. São Luís: LITHOGRAF, 2012.

BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. Dinamicas huerfanas. In: **Política Comparada**. México: Fondo de Cultura Economica, 1993.

BAIROS, Luiza. **Nossos feminismos revisitados**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

BARBOSA, Kátia Maria de Aguiar. Um educador negro na Chapada Diamantina: a história ainda não contada. In: MENEZES, Jaci Maria Ferraz de; SANTANA, Elizabete Conceição; Aquino, Maria Sacramento (orgs.). **Educação, região e territórios: formas de inclusão e exclusão**. Salvador: EDUFBA, 2013.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Uma história do feminismo no Brasil**. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 34 n. 1, p. 135-138, 2003.

BERNAT, Isaac. **Encontros com o griot Sotigui Kouyaté**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

BOLTANSKI, Luc. **Les cadres: la formation d'un groupe social**. Paris: Les Éditions de Minuit, p. 47-60, octobre, 1982.

BOURDIEU, Pierre. "A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região". In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. Classificação, desclassificação, reclassificação. In: NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira; CATANI, Afrânio Mendes. (orgs). **Pierre Bourdieu: escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

- _____. O ponto de vista do autor. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996.
- _____. “Violência simbólica e lutas políticas”. In: BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. Modos de dominação. In: BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença**. São Paulo: Zouk, 2002.
- _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. **Homo Academicus**. Florianópolis: EDUFSC, 2011.
- _____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2016.
- BRIQUET, Jean Louis. L'imperatif du changement. Critique de la classe politique et renouvellement des parlementaires dans la crise italienne (1992-1994). In: OFFERLÉ, Michel. **La profession politique 19e-20e siècles**, Paris, Belin, p. 93-134, 1999.
- BRUBAKER, Rogers. **Au-delà de l'identité**. Actes de la recherche en sciences sociales. n. 139, p. 66-85, 2001.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARDOSO, Marcos Antônio. **O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.
- CARDOSO, Cláudia Pons. **Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, vol.22 n. 3, setembro/dezembro, p. 965-986, 2014.
- CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.
- CÉSAIRE, Aimé. **Negritude et humanisme**. Paris: Semil, 1964.
- _____. **O discurso sobre a negritude**. Paris: Présence Africaine, 2010.
- CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.
- COLLOVALD, Annie. **Identité(s) Stratégique(s)**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Paris, v. 73, p. 29-40, juin, 1988.
- CORADINI, Odaci Luiz. **Elites Culturais e Concepções de Política no Rio Grande do Sul entre as décadas de vinte e sessenta**. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre, 1998.
- _____. Panteões, Iconoclastas e as Ciências Sociais. In: FELIX, Loiva Otero & ELMIR, Cláudio Pereira. (orgs.). **Mitos & Heróis: Construção de imaginários**. Porto Alegre: EDUFRGS, p. 209-235, 1998.

COSTA, Ivan. **1986 a 2006: 20 anos de lutas e conquistas em defesa dos direitos dos territórios quilombolas**. In: ZUMBIDO. Informativo do Centro de Cultura Negra do Maranhão, São Luís, 12ª edição, setembro, 2006.

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DEL CONT, Valdeir. **Francis Galton: eugenia e hereditariedade**. *Scientiae Studia*, São Paulo, vol.6 n.2, p. 201-218, abril/june, 2008.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo, Niterói, v.12, n.23, p. 100-122, março, 2007.

_____. **Como se fosse bumerangue: Frente Negra Brasileira no circuito transatlântico**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.28 n. 81, p. 155-170, fevereiro, 2013.

ELIAS, Norbert. **The changing balance of power between the sexes. A process-sociological study: the example of the Ancient Roman State**. Theory, Culture & Society, London, v. 4, n. 2, p.287-316, june, 1987.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. **O processo civilizador**. Zahar, Rio de Janeiro, 2011.

FERREIRA, Mary. **As caetanas vão à luta: feminismo e políticas públicas no Maranhão**. São Luís: EDUFMA; Grupo de Mulheres da Ilha, 2007.

_____. **Feminismos no nordeste brasileiro: Histórias, memórias e práticas políticas**. *Polis* [online], Santiago, v.10, n.28, pp.145-160, 2011.

FERRETTI, Mundicarmo; LIMA, Zelinda. (Orgs.). **Perfis de cultura popular: mestres, pesquisadores e incentivadores da cultura popular maranhense**. São Luís: CMF, 2015.

FIABANI, Adelmir. **Os novos quilombos: Luta pela terra e afirmação étnica no Brasil [1988-2008]**. Tese – (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2008.

_____. **Os quilombos contemporâneos maranhenses e a luta pela terra**. Estudos Históricos, n. 2, p. 1-18, agosto, 2009.

FURTADO, Marivânia Leonor Souza. **Aquilombamento no Maranhão: um Rio Grande de (im)possibilidades**. Tese – (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente, 2012.

GAÏTI, Brigitte. Syndicat des Anciens contre Forces Vives. In: OFFERLÉ, Michel. **La profession politique 19e-20e siècles**, Paris, Belin, p. 279-307, 1999.

GARCES, Karolinne Cristine Reis. **“Panteões”, “cultura” e “história” em um domínio de atuação da “elite maranhense”: A Revista IHGM**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2021.

GARCIA, Afrânio. **Les intellectuels et la Conscience Nationale au Brésil**. Actes de La Recherche em Sciences Sociales, vol. 98, p. 20-33, juin, 1993.

- GAXIE, Daniel. **Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective**. Swiss Political Science Review, v.11, n.1, p. 157-188, 2005.
- GOHN, Maria da Glória M. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2003.
- GOMES Nilma Lino. **Sem perder a raiz - corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 2a edição. Belo Horizonte: Autêntica, v. 1, 2005.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. São Paulo: Marco Zero, 1982.
- GRILL, Igor Gastal. **Heranças políticas no Rio Grande do Sul**. São Luís: EDUFMA, 2008.
- _____. **“Memórias” de políticos brasileiros: produção escrita, gestão de imagens e “teorizações” nativas do jogo político**. Política & Sociedade, Florianópolis, v. 11, n. 22, p. 11-40, novembro, 2012.
- _____. Especialização política: bases sociais, profissionalização e configurações de apoio. In: SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor G. (orgs). **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- _____.; REIS, Eliana Tavares dos. **Elites parlamentares e a dupla arte de representar: interseções entre “política” e “cultura” no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.
- _____.; REIS, Eliana Tavares dos. **Intérpretes e notáveis da literatura e da cultura popular do Maranhão**. Revista Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, v. 53, n. 2, p. 363-377, maio/agosto, 2017.
- _____.; REIS, Eliana Tavares dos. **Dos campos aos domínios de atuação de elites no Brasil**. Revista Tomo, Sergipe, n. 32, p. 163-210, março, 2018.
- GRYNSZPAN, Mário. **Os Idiomas da Patronagem**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 5, n.14, p. 73-90, outubro,1990.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado (Org.) **Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raça e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10.ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.
- HEYMANN, Luciana. **Velhos problemas, novos atores: desafios à preservação dos arquivos privados**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.
- HOLANDA, Maria Auxiliadora De Paula Gonçalves. **Tornar-se negro: trajetórias de vida de professores universitários no Ceará**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009.
- JOUTARD, Philippe. Desafios à História Oral do Século XXI. In: ALBERTI, Verena et al. (Orgs.). **História Oral: desafios do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz /CPDOC – FGV, 2000.
- LAHIRE, Bernard. **Homem plural: os determinantes da ação**. Editora Vozes, Petrópolis, 2002.

LENCLUD, Gérard. **A tradição não é mais o que era... Sobre as noções de tradição e de sociedade tradicional em etnologia.** Revista História, histórias. Brasília, vol. 1, n. 1, p. 148-163, agosto, 2013.

LIMA, Ivan Costa. Mobilização Social Negra: Recolocando Novos Atores Coletivos na História da Educação. In. LIMA, Ivan Costa; NASCIMENTO, Joelma Gentil do. **Coleção Formação do Movimento Negro Unificado: Trajetórias Históricas e Práticas Pedagógicas da População Negra no Ceará.** Fortaleza, Impreco, nº 1, 2009.

LOUDE, Jean-Yves. **Pepitas brasileiras: do Rio de Janeiro ao Maranhão, uma viagem de 5.000 quilômetros em busca dos heróis negros do país.** 1ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

MACHADO, Lia Zanotta. **Campo intelectual e feminismo: alteridade e subjetividade nos estudos de gênero.** Série Antropologia. Brasília: UnB, n. 170, p. 1-28, 1994.

MACHADO, Andressa de Carvalho. **Mulheres intérpretes do Maranhão: perfis e concepções de cultura.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2018.

MARANHÃO, Caroline Santos. **A Delegacia Especial da Mulher de São Luís (MA) à luz da Lei Maria da Penha: uma reflexão sobre as práticas institucionais de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.** Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

MARTINS, Sandra; IORUBA, Togo; GOMES, Flávio. **Redemocratizando na raça: sobre memórias, intelectuais negros e movimentos sociais contemporâneos (notas de pesquisa).** História: Questões & Debates, Curitiba, v. 63, n. 2, p. 195-210, 2015.

MATOS, Elisene Castro. **Intérpretes da “cultura popular” e a produção de memórias no Maranhão.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2019.

_____. Edificação da “cultura popular maranhense”. In: GRILL, Igor Gastal.; REIS, Eliana Tavares dos. **Estudos sobre elites políticas e culturais (volume 3).** São Leopoldo: Oikos, 2020.

MATTOS, Hebe; Rios, Ana Lugão. **Memórias do Cativo. Família, Trabalho e Cidadania no Pós Abolição.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e Sentidos.** São Paulo: Ática, 1986.

_____. **Negritude: usos e sentidos.** 2ª ed. São Paulo: Ática. Série Princípios, 1988.

_____. **Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades.** Revista de Antropologia, v. 33, p. 109-117, 1990.

_____. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

_____. Algumas considerações sobre a Diversidade e a Identidade Negra no Brasil. In: MINISTÉRIO, da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Diversidade na Educação: reflexões e experiências.** Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**. Petrópolis, Editora Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Maria da Conceição. **Considerações sobre racismo e subjetividade: problematizando práticas / desnaturalizando sujeitos e lugares**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

NEDEL, Letícia. **Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília. Brasília, 2005.

NEIBURG, Federico. “Argumentos de autoridade”. **Os intelectuais e a invenção do peronismo**. Estudo de Antropologia Social e Cultural. SP: EDUSP, 1997.

NEVEU, Erik. **Le sceptre, les masques et la plume**. Mots, Paris, n. 32, p. 7-27, ago, 1992.

NORA, Pierre. **Entre memória e história. A problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo, v. 10, p.7-28, julho/dezembro, 1993.

OFFERLÉ, Michel. **Los oficios, la profesión y la vocación de la política**. PolHis - Revista Bibliográfica del Programa Interuniversitario de Historia Política, Año 4, n. 07, p. 84-99, abril, 2011.

OLIVEIRA, Eduardo. **Cosmovisão Africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente**. 3º. ed. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2006.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Amílcar. **O Mundo Negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

PEREIRA, André Luis. **O pensamento social e político na obra de Abdias do Nascimento**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

PHÉLIPPEAU, Eric. Sociogênese da profissão política. In: GARRIGOU, Alain. & LACROIX, Bernard. (orgs.). **Norbert Elias. A política e a história**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

PINTO, Regina Pahim. **O movimento negro em São Paulo: luta e identidade**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). São Paulo, FFLCH/Universidade de São Paulo, 1993.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. **Feminismo, história e poder**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v.18 n.36, p.15-23, junho, 2010.

PINTO, Louis. **L’Invention du consommateur**. Sur la légitimité du marché. Paris, PUF, Collection Le Lien Social, 2018.

PIZZORNO, Alessandro. Sur la rationalité du choix démocratique. In: BIRNBAUM, Pierre; Leca Jean (dir.). **Sur l'individualisme: théories et méthodes**. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1986.

_____. Algum tipo diferente de diferença: uma crítica das teorias da escolha racional. In: FOXLEY, A. (et alii). **Desenvolvimento e política**. São Paulo: Vértice, p.366-386, 1988.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. **L'expérience concentrationnaire**. Paris: Métailié, 2000.

PONTES, Heloísa.; ROSSATTI, Camila Gui.; REIS, Eliana Tavares dos. **Gênero e cultura nas Ciências Sociais brasileiras: depoimento de uma pesquisadora com nome próprio**. Revista Pós Ciências Sociais (REPOCS), v.17, n.34, p. 101-127, julho/dezembro, 2020.

REIS, Eliana Tavares dos. **"Confissões políticas" de mulheres parlamentares**. Revista Pós Ciências Sociais (REPOCS), v.17, n.34, p. 189-214, julho/dezembro, 2020.

. _____. **Juventude, Intelectualidade e Política: Espaços de Atuação e Repertórios de Mobilização no MDB dos Anos 70**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001.

_____. **Contestação, engajamento e militância: da "luta contra a ditadura" à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

_____. A "arte" da intervenção política: carreiras e destinos de protagonistas que "lutaram contra a ditadura militar" no Rio Grande do Sul. In: CORADINI, Odaci Luiz. (org). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. **Referencial e mediação na produção de políticas públicas para a "cultura" no Maranhão**. In: 33.º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, p. 1-32, 2009.

_____. **Em nome da "cultura": porta-vozes, mediação e referenciais de políticas públicas no Maranhão**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 25, n.3, p.499-523, set/dez, 2010.

_____. O trabalho de construção de um "perfil artístico e cultural do Maranhão". In: REIS, Eliana Tavares dos.; GRILL, Igor Gastal. **Estudos sobre elites políticas e culturais**. São Luís: EDUFMA, 2014.

_____.; GRILL, Igor Gastal. **Estudos sobre elites políticas e culturais**. São Luís: EDUFMA, 2014.

_____. "Rupturas, crises e intersecções". In: REIS, Eliana Tavares dos. **Trajetórias, espaços e repertórios de intervenção política**. EDUFMA; Zouk, 2015.

_____.; GRILL, Igor Gastal. "Mirada reflexiva e esforços propositivos às pesquisas sobre elites". In: REIS, Eliana Tavares dos; GRILL, Igor Gastal. **Estudos sobre elites políticas e culturais: reflexões e aplicações não canônicas**. São Luís: EDUFMA, 2016.

_____. GRILL, Igor Gastal. **Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades no Brasil**. Tempo Social, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 137-159, 2017.

_____.; BARREIRA, Irllys Alencar F. **A “força da representação”: pesquisando mulheres em domínios políticos e culturais.** Revista Pós Ciências Sociais (REPOCS), v.17, n.34, p. 9-18, julho/dezembro, 2020.

_____. MACHADO, Andressa de Carvalho; GARCES, Karolline Cristine Reis. Produtoras, gestoras e porta-vozes: perfis de mulheres que atuam na “cultura maranhense”. In: GRILL, Igor Gastal.; REIS, Eliana Tavares dos. **Estudos sobre elites políticas e culturais (volume 3).** São Leopoldo: Oikos, 2020.

RIBEIRO, Matilde. **Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 446-457, 1995.

RIOS, Flávia Mateus. **Institucionalização do movimento negro no Brasil contemporâneo.** Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2008.

RODRIGUES, Cristiano Santos.; PRADO, Marco Aurélio Maximo. **Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o estado brasileiro.** Psicologia & Sociedade, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 445-456, setembro/dezembro, 2010.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFA, Helen Icken. **Women's Social Movements in Latin America.** Gender and Society. Special Issue: Women and Development in the Third World, vol. 4, n. 3, p. 354-369, september, 1990.

SALES JR., Ronaldo. **Democracia racial: o não-dito racista.** Tempo Social, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 229-258, 2006.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O Movimento Negro e a crise brasileira.** Política e Administração, v. I, n. 2, julho/setembro, p. 287-308, 1985.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Modernidade, identidade e a cultura de fronteira.** Tempo Social; Revista de Sociologia da USP, São Paulo, vol. 5, n. 1/2, p. 31-52, 1993.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Educação: um pensamento negro contemporâneo.** São Paulo: Editora Paco. 2014.

SANTOS, Leyliane Bezerra dos. **Atuação política, produção escrita e construção identitária na trajetória de Paulo Paim.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2018.

SAPIRO, Gisèle. **Modelos de intervenção política dos intelectuais: o caso francês.** Revista Pós Ciências Sociais, v. 9, n. 17, p. 19–50, 2012.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTTO, Maria Gabriela. **O visível e o invisível: considerações sobre uma candidatura.** Comunicações do PPGAS/MN, Rio de Janeiro, v. 5, p. 21-38, 1995.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade, vol. 16, n. 2, p. 5-22, julho/dezembro, 1990.

SEIDL, Ernesto. **“Intérpretes da história e da cultura”: carreiras religiosas e mediação cultural no Rio Grande do Sul. Anos 90,** Porto Alegre, v.14, n. 26, p.77-110, dezembro, 2007.

SIGAL, Silvia. **Intelectuais, cultura e política na Argentina.** Revista Pós Ciências Sociais (REPOCS), São Luís, v. 9, nº 17, p. 51-66, junho, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Marluce Pereira da.; SILVA, Ageirton dos Santos. **Para além da avenida: as narrativas de sambas de enredo e a constituição de identidades negras.** Calidoscópio, São Leopoldo, v. 13, n. 2, p. 152-162, maio/agosto, 2015.

SILVA, Marcelo Kunrath; RUSKOWSKI, Bianca. **Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise.** Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 21., p. 187-226. setembro/dezembro, 2016.

SIMIONI, Ana Paula C. **Profissão artista: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (FAPESP), 2008.

SOARES, Iraneide da Silva. **Caminhos, pegadas e memórias: uma história social do Movimento Negro Brasileiro.** Universitas Relações Internacionais, Brasília, v. 14, n. 1, p. 71-87, janeiro/junho, 2016.

SORJ, Bila. Estudos de Gênero: a construção de um novo campo de pesquisas no país. In: COSTA, Albertina; MARTINS, Ângela & FRANCO, Maria. **Uma história para contar: a pesquisa da Fundação Carlos Chagas.** São Paulo: Anna Blume, p. 118-139, 2004.

SOUZA, Geraldine Mendonça de. **Trajetórias da luta negra pela Educação: uma inspiração em Mundinha Araújo.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018.

WOODWARD, Kathryn. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FONTES

ARAÚJO, Mundinha. Maria Raimunda Araújo (depoimento, 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV). In: ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. (orgs.) **Histórias do movimento negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC/FGV, 2007.

ARAÚJO, Mundinha. **Entrevista concedida a Ivaldo Marciano e Isabel Guillen no contexto do projeto de pesquisa “Ritmos, Cores e Gestos da Negritude Pernambucana”, desenvolvido pelo Laboratório de História Oral e Imagem (LAHOI) – UFPE**. São Luís, 19 de junho de 2014. Disponível em: Vídeo RPN. Acesso em: 21 de outubro de 2019.

ARAÚJO, Mundinha. **Entrevista concedida a Déborah Arruda Serra**. São Luís, 4 de setembro de 2019.

CARVALHO, José Antônio Ribeiro de Carvalho apud ESDRAS. **Uema concede título de Doutor Honoris Causa à professora Mundinha**. Portal UEMA, São Luís, 21 de novembro de 2014. Notícias. Disponível em: Portal UEMA. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO. **Ata de Constituição do Centro de Cultura Negra do Maranhão**. Biblioteca Maria Firmina. Primeira diretoria. 1980.

CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO. **A verdadeira história do Brasil são outros quinhentos**. São Luís, 1999. Disponível em: Acervo Socioambiental. Acesso em: 20 de março de 2021.

CRUZ, Magno José. **Entrevista concedida a Verena Alberti e Amilcar Pereira**. CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV). São Luís, 8 de setembro de 2004.

EKÓ-ILERÁ: **Um olhar para uma educação e saúde que valorize a ancestralidade afro-brasileira**. Centro de Formação para a Cidadania – AKONI, São Luís, 2008. Disponível em: XDOCS. Acesso em: 25 de março de 2021.

PORTAL UFMA. **Professor Luiz Alves Ferreira é homenageado em seu ato de aposentaria**. São Luís, 14 de agosto de 2014. Disponível em: Portal UFMA. Acesso em: 16 de dezembro de 2019.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

DADOS DE ORIGEM

1. Nome
2. Data de nascimento
3. Local de nascimento
4. Nível de Escolarização
5. Escolarização dos pais
6. Profissão exercida pelos pais
7. Escolarização dos avós
8. Profissão exercida pelos avós

TRAJETÓRIA ESCOLAR

9. Ensino fundamental - nome da escola (pública ou privada); cidade
10. Ensino médio - nome da escola (pública ou privada); cidade
11. Graduação - instituição, cidade; motivo da escolha; ano de formação
12. Pós-Graduação (se houver) - instituição, cidade, motivo da escolha; ano de formação
13. A senhora tem ou já teve familiares engajados em questões culturais, políticas ou no próprio movimento negro? (Quem são e o que fizeram?)

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

14. Quais atividades/ocupações já exerceu anteriormente? Em que período?
15. Que atividades exerce atualmente?
16. Ao longo de sua trajetória profissional desempenhou alguma função administrativa ou ocupou cargos públicos? (Se sim, quais?)
17. Que importância atribui ao Centro de Cultura Negra no contexto do Maranhão?
18. Em que momento e por quais influências/motivações iniciou suas pesquisas sobre a cultura negra no Maranhão?

VINCULAÇÃO COM A CULTURA NEGRA

19. Enquanto uma das envolvidas no processo de fundação do CCN, que papel social atribui a si e a este espaço em relação à “cultura afromaranhense”?
20. Que outras pessoas estiveram engajadas na idealização e criação do Centro?
21. Quem são as pessoas que você admira e que lhe inspiram/influenciam, atuantes no cenário cultural maranhense e no movimento negro? Por quê?
22. A que ou a quem atribui a sua aproximação e identificação com a questão da cultura negra (influências familiares, espaços de inserção, etc)?

PRODUÇÃO INTELECTUAL

23. Além de livros, a senhora já produziu algum outro material referente à temática da cultura negra no Maranhão?
24. Quais os títulos de suas obras? Em que ano respectivamente foram publicadas? Por quais editoras?
25. Que tipo de veículos privilegia para divulgar sua produção intelectual (livros, jornais, revistas acadêmicas, etc)? Porque?

26. Qual a importância de suas produções para a “cultura afromaranhense”?
27. Em 2014, a senhora foi escolhida por diversos intelectuais como uma das três personalidades da literatura maranhense a serem homenageadas na Feira do Livro de São Luís. Como recebeu essa indicação?
28. Em que momento a literatura passou a integrar suas produções?
29. Frequenta os círculos e eventos literários da cidade?
30. Sua produção literária também versa sobre a cultura negra?

HOMENAGENS

31. Suas pesquisas e publicações tornaram-se referência nas discussões sobre as narrativas negras no estado. A senhora se consagrou e foi reconhecida como uma figura importante no cenário intelectual maranhense, tendo recebido o título de Doutor Honoris Causa em 2014 e tida como uma “pepita brasileira” e heroína negra em uma das obras do etnólogo francês Jean-Yves Loude. O que tem a dizer sobre essas honrarias?
32. Em entrevista realizada pelo Imirante em 2013, o jornalista Pedro Sobrinho, ao pontuar sobre a difusão do movimento negro no Maranhão e a influência do movimento norte-americano “*Black is Beautiful*”, cita um relato seu e afirma que a senhora quebrou paradigmas em São Luís em meados dos anos 1970, tendo sido vaiada e achincalhada no Centro de São Luís. Poderia comentar um pouco mais sobre esse episódio?
33. Em comemoração aos seus 70 anos de vida e 30 anos de militância, o bloco AKOMABU prestou-lhe uma homenagem intitulada “Mundinha Araújo: a Guerreira Que Faz História”. A senhora entende que fez história no movimento negro maranhense?